



EXEMPLAR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIV — Nº 039

TERÇA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Luiz Viana, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 1979

Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaçari, Estado da Bahia, a elevar em Cr\$ 63.800.000,00 (sessenta e três milhões e oitocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Camaçari, Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 63.800.000,00 (sessenta e três milhões e oitocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinado ao financiamento da 2ª etapa do Plano de Complementação Urbana daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Senado Federal, 30 de abril de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 53ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

— Nº 60/79 (nº 104/79, na origem), referente ao Projeto de Lei nº 1/79-CN, que concede pensão especial a Gabriel Francisco da Silva, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.632, de 28 de abril de 1979.)

— Nº 61/79 (nº 105/79, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 73/77 (nº 1.040/75, na origem), que veda a exibição de cartaz cinematográfico que não seja criado, produzido e impresso por brasileiro ou empresa brasileira. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.633, de 28 de abril de 1979.)

Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 59/79 (nº 107/79, na origem), referente à escolha do Sr. João Baptista Pinheiro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

1.2.2 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 141/79, comunicando a aprovação da Emenda nº 2 e a rejeição da de nº 1, do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara nº 12/75 (nº 1.507, de 1973, na Casa de origem), que estabelece normas para a prática didático-científica da vivisseção de animais, e determina outras providências. (Projeto enviado à sanção em 30-4-79.)

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 20/79 (nº 3.364/77, na Casa de origem), que modifica o art. 5º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 21/79 (nº 1.328/75, na Casa de origem), que altera a redação do art. 42 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 72/78 (nº 2.234/76, na origem), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 115/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no último dia 26, em Alegrete, no Rio Grande do Sul.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Sesquicentenário de nascimento do escritor José de Alencar.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — A exploração da fauna pesqueira como medida de maior economicidade da região amazônica. Declaração do Sr. Ministro do Interior a respeito da importância da participação do Congresso Nacional na solução do problema amazônico.

SENADOR JARBAS PASSARINHO, como Líder — Congratulando-se com o orador que o antecedeu na tribuna, pelo reconhecimento das intenções do Sr. Ministro do Interior, com relação à solução dos problemas amazônicos.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 116/79, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Sr. Nascimento e Silva, quando da homenagem prestada à memória do ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em Porto Alegre.

1.2.7 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 89/79, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que altera os artigos 15, *caput*, e 16 do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978.

1.2.8 — Fala da Presidência

— Antecipação, para a sessão do dia 2 de maio próximo, da comemoração do sesquicentenário do nascimento de José de Alencar, anteriormente marcada para o dia 3 do mesmo mês.
Aprovada.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Trabalhos das Comissões

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MAURO BENEVIDES — Eleição para prefeitos das estâncias hidrominerais do Estado de São Paulo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Homenagem ao trabalhador brasileiro ao ensejo do transcurso do “1º de Maio”. Constituição, pelo MDB, de uma comissão destinada a formular projetos que reflitam as grandes reivindicações do assalariado nacional.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Política salarial dos Governos revolucionários a propósito de considerações feitas pelo Sr. Roberto Saturnino, na presente sessão, sobre a matéria.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Apelo ao Sr. Ministro da Justiça, em favor da criação de um Tribunal Regional do Trabalho com sede em Manaus—AM e jurisdição em toda a Amazônia Ocidental.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador José Lins, proferido na sessão de 22-3-79.

— Do Sr. Senador Luiz Cavalcante, proferido na sessão de 27-4-79.

3 — ATO DO PRESIDENTE

— Nº 11, de 1979.

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 53ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA, GABRIEL HERMES,
LOURIVAL BAPTISTA E JORGE KALUME**

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — João Bosco — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Costa

— José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 60/79 (nº 104/79, na origem), de 28 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 01, de 1979-CN, que concede pensão especial a Gabriel Francisco da Silva, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.632, de 28 de abril de 1979);

Nº 61/79 (nº 105/79, na origem), de 28 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1977 (nº 1.040/75, na Casa de origem), que veda a exibição de cartaz cinematográfico que não seja criado, produzido e impresso por brasileiro ou empresa brasileira. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.633, de 28 de abril de 1979).

MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 59, DE 1979

(Nº 107/79, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João Baptista Pinheiro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, nos termos dos arts. 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador João Baptista Pinheiro, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de abril de 1979. — **João Baptista Figueiredo.**

Curriculum Vitae:

Embaixador João Baptista Pinheiro.

Nascido em Siqueira Campos, Espírito Santo, 26 de outubro de 1914.

Bacharel em Ciências Jurídicas, Faculdade de Direito, Universidade Niterói.

"Master of Arts", Colégio de Ciências e Letras, Universidade da Califórnia, 1948.

Cônsul de Terceira Classe, concurso, 28 de setembro de 1940.

Cônsul de Segunda Classe, merecimento, 10 de dezembro de 1945.

Primeiro Secretário, merecimento, 8 de junho de 1953.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de setembro de 1958.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 30 de junho de 1966.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração, 1942.

Chefe, substituto, da Divisão Econômica, 1954.

Auxiliar do Secretário-Geral, 1954/55.

Buenos Aires, Terceiro Secretário, provisoriamente, 1944/55.

São Francisco, Vice-Cônsul, 1945.

São Francisco, Cônsul-Adjunto, 1946/49.

São Francisco, Encarregado do Consulado-Geral, 1947, 1948 e 1949.

Washington, Segundo Secretário, 1949/51.

Tóquio, Ministro-Conselheiro, 1964/65.

Tóquio, Encarregado de Negócios, 1964.

Montevideu, Chefe da Delegação junto à ALALC, 1965/69.

México, Embaixador, 1969/71.

Bonn, Embaixador, 1971/73.

Buenos Aires, Embaixador, 1974/76.

Washington, Embaixador, 1976/79.

Atenas, Encarregado de Negócios, 1978

XXXI Conferência Internacional do Trabalho, São Francisco, 1948 (secretário).

Comitê de Revisão da Escala de Contribuição da ONU para a FAO, Washington, 1950 (representante).

Comitê de Controle Financeiro da FAO, Washington, 1950 (membro).

Sessão Extraordinária do CIES, Washington, 1950 (membro).

Conferência Especial da FAO, Washington, 1950 (membro).

Sessão Ordinária do Conselho da FAO, Roma, 1951 (membro).

Reunião do Comitê Plenário da CEPAL, Santiago, 1952 (membro).

XV Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1952 (assessor-técnico).

V Período de Sessões da CEPAL, Santiago, 1953 (membro).

XVII Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1953 (delegado).

Comissão de Estudo do Programa da X Conferência Interamericana, Caracas, 1953 (membro).

VII Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1953 (Delegado).

VIII Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1953 (Delegado).

Reunião dos Chefes de Missão em Países Membros da OEA, Washington, 1954 (assessor-suplente).

Negociações de Renovação dos Acordos de Intercâmbio Comercial entre o Brasil e Portugal, 1954 (membro).

Negociações de Novo Acordo Comercial e de Pagamento com a Grécia, Atenas, 1954 (chefe).

Conferência Econômica da OEA, Buenos Aires, 1957 (delegado).

Comitê dos "21" do Conselho da OEA, Buenos Aires, 1959 (delegado).

III Período de Sessões da Comissão Especial de Formulação de Novas Medidas de Cooperação Econômica (Comitê dos "21"), Bogotá, 1960 (delegado).

Reunião Especial para a Reestruturação do Conselho Interamericano Econômico e Social, OEA, Washington, 1960 (chefe).

IX Período de Sessões do Comitê de Comércio CEPAL, Santiago, 1961 (chefe).

Primeiras Reuniões Anuais do CIES, Washington, 1962, (conselheiro).

XVIII Sessão da Assembléia-Geral da ONU, Nova Iorque, 1963 (delegado-suplente).

Reunião da CEPAL sobre Integração Econômica na América Latina, Santiago, 1965 (representante).

Negociações com o Governo Japonês sobre "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A", Tóquio, 1965 (delegado).

Conferência dos Chanceleres das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, 1965 (membro).

V e VI Conferência da ALALC, Montevideu, 1965 e 1966 (chefe).

V e VI Períodos de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, 1965 e 1966.

IV Reuniões Anuais Ordinárias do CIES, 1966 (subchefe).

I e II Reuniões do Conselho de Ministros da ALALC, Montevideu, 1966 e 1967 (membro).

VIII Sessão do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, ALALC, Montevideu, 1967 (chefe).

Reunião Extraordinária do CIES, Buenos Aires, 1967 (delegado).

XI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, OEA, Punta del Este, 1967 (delegado).

IV Período de Sessões Extraordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1967 (chefe).

Reunião do Conselho de Ministros da ALALC, Assunção, 1967 (delegado).

VII Período de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, Montevideu, 1967 (chefe).

Comissão Permanente de Assuntos Administrativos e Financeiros, ALALC, 1968 (presidente).

XXII Sessão da Assembléia-Geral da ONU, 1968 (delegado).

I Sessão da Conferência-Geral do Organismo para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina, 1969, (observador).

VI Reunião em Nível Técnico da CECLA, Viña del Mar, 1969 (membro).

VI Reunião Anual Ordinária do CIES, 1969 (Delegado).

Missão Especial para incremento do Intercâmbio entre o Brasil e o México, 1969 (subchefe).

Delegado do Brasil às solenidades de posse do Presidente do México, 1970 (membro).

Seção Brasileira na Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-México, 1970 (Chefe).

XVI Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1971 (delegado).

XVII Sessão da Conferência da ONU para a FAO, precedida da LXI Sessão do Conselho e seguida da LXII Sessão do Conselho, Roma, 1973 (delegado).

Missão Especial do Governo Brasileiro às Exéquias de sua Excelência o Senhor Tenente-General Juan Domingo Perón, Presidente da Argentina, 1974 (membro).

III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, 1942 (auxiliar do Secretário-Geral).

Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, 1952 (assessor técnico).

Comissão de Coordenação dos Preparativos da Conferência da CEPAL, Rio de Janeiro, 1953 (membro).

Comissão Consultiva de Acordos Comerciais, 1953 (secretário).

Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Finlândia, 1954 (Membro).

Comissão para elaboração das Instruções à Delegação do Brasil ao Comitê dos "21", 1960 (membro).

Grupo de Trabalho Interministerial para Preparação da Posição do Brasil na Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, CIES e Entendimentos Bilaterais com os Estados Unidos da América, 1969 (presidente).

Professor IRBr nos Cursos de Extensão de Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional, 1952 e de Economia Política Econômica, 1952 e 1953.

Secretário da Fazenda do Governo do Espírito Santo, 1955.

À disposição do BNDE, 1956.

Diretor do BNDE, 1957/61.

Ordem do Mérito, serviços distinguidos.

Ordem Cavaleiro, Peru.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, Chile.

Ordem de Mayo al Mérito, Grã-Cruz, Argentina.

Ordem do Mérito, Grã-Cruz, República Federal da Alemanha.

Medalha do Mérito Aeronáutico.

Medalha do Mérito da Confederação Brasileira de Desportos.

O Embaixador João Baptista Pinheiro se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 17 de abril de 1979. — **Sérgio de Queiroz Duarte**. Chefe da Divisão do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 141/79, comunicando a aprovação da Emenda nº 2 e a rejeição da de nº 1, do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1975 (nº 1.507/73, na Casa de origem), que estabelece normas para a prática didático-científica da vivissecção de animais, e determina outras providências. (Projeto enviado à sanção em 30-4-79.)

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 1979 (nº 3.364/77, na Casa de origem)

Modifica o art. 5º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que "define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, alterado pela Lei nº 5.469, de 8 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação, revogados os seus parágrafos:

"Art. 5º O Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, terá a seguinte composição:

Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;
Delegado do Ministério das Relações Exteriores;
Delegado do Ministério dos Transportes;
Delegado do Ministério da Aeronáutica;
Delegado do Ministério da Fazenda;
Delegado do Ministério da Agricultura;
Delegado do Ministério do Interior;
Delegado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
Delegado do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
Representante dos Agentes de Viagens;
Representantes dos Transportadores;
Representante dos Hoteleiros;
Representante da Confederação Nacional do Comércio."

Art. 2º O Poder Executivo regulará a duração do mandato e a forma de designação dos representantes dos agentes de viagens, transportadores e hoteleiros e da Confederação Nacional do Comércio, bem como dos seus respectivos suplentes.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 55, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Nacional de Turismo, e dá outras providências.

CAPÍTULO II

Do Conselho Nacional de Turismo

Art. 4º É criado o Conselho Nacional de Turismo, tendo como atribuições formular, coordenar e dirigir a política nacional do turismo.

Art. 5º O Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, constituído de delegados de órgãos federais e representantes de iniciativa privada, terá composição:

- Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;
- Delegado do Ministério das Relações Exteriores;
- Delegado do Ministério dos Transportes;
- Delegado do Ministério da Aeronáutica;
- Delegado do Ministério da Fazenda;
- Delegado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
- Delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Representante dos Agentes de Viagens;
- Representante dos Transportadores; e
- Representante da Indústria Hoteleira.

§ 1º

§ 2º Os representantes da iniciativa privada terão um mandato de 3 (três) anos e serão escolhidos e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, entre os nomes constantes de listas tríplices, apresentadas pelos agentes de viagens, transportadores e indústria hoteleira, devendo ser escolhidos no mesmo ato, os respectivos suplentes.

Art. 6º Compete ao Conselho Nacional de Turismo:

- a) formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política nacional de turismo;
- b) participar de entidades internacionais de turismo;
- c) conceder autorização para a exploração dos serviços turísticos em todo o território nacional;
- d) expedir normas de disciplina e fiscalização das operações da EMBRATUR, e das sanções decorrentes do não-cumprimento das obrigações contraídas pelos mutuários;
- e) baixar resoluções, atos ou instruções regulamentares deste Decreto-lei, inclusive as que forem necessárias ao pleno exercício de suas funções;
- f) examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- g) aprovar o Plano-Geral de Aplicação dos Recursos da EMBRATUR e homologar os contratos e convênios realizados pela aludida empresa;
- h) modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares, com a finalidade de facilitar e estimular as atividades de turismo, baixando as normas necessárias;
- i) opinar na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional sobre anteprojeto e projetos de lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- j) aprovar o projeto dos Estatutos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e suas eventuais alterações, submetendo-as à aprovação do Presidente da República, mediante Decreto;

k) aprovar o aumento de capital da Empresa Brasileira de Turismo, sempre que necessário;

l) aprovar planos de financiamento e convênios com instituições financeiras e autarquias bancárias autônomas, depois de ouvido o Conselho Monetário Nacional ou o Banco Central da República do Brasil;

m) organizar o seu regimento interno.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho:

- a) presidir as reuniões do Conselho;
- b) designar os membros do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e os respectivos suplentes;
- c) vetar as decisões do Conselho nos casos do art. 9º deste Decreto-lei e recorrer *ex officio* de sua decisão para o Presidente da República;
- d) representar o Conselho nas suas relações com terceiros;
- e) promover a execução das decisões do Conselho.

Art. 8º O Conselho Nacional de Turismo utilizará, mediante delegação, os serviços das representações diplomáticas, econômicas e culturais do Brasil, no exterior, para tarefas de divulgação e informação turísticas nacionais bem como para prestação de assistência turística aos que dela necessitarem.

Art. 9º As decisões do Conselho Nacional de Turismo, ainda que normativas, poderão ser vetadas pelo seu Presidente, sempre que a seu critério, sejam contrárias à Política Nacional do Turismo, recorrendo *ex officio* de sua decisão para o Presidente da República.

Art. 10. Os membros integrantes do Conselho Nacional do Turismo terão direito a uma gratificação por Sessão a que comparecerem, fixada mediante Decreto do Poder Executivo.

LEI Nº 5.469, DE 8 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, e constituído nos termos do art. 5º do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte composição:

- Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;
- Delegado do Ministério das Relações Exteriores;
- Delegado do Ministério dos Transportes;
- Delegado do Ministério da Aeronáutica;
- Delegado do Ministério da Fazenda;
- Delegado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
- Delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Representante dos Agentes de Viagens;
- Representante dos Transportadores; e
- Representante da Indústria Hoteleira.

Art. 2º O Ministro da Indústria e do Comércio, na qualidade de Presidente do Conselho, será substituído em suas faltas ou impedimentos por representante de sua livre escolha, com as prerrogativas conferidas pelas alíneas a, d e e do art. 7º, do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

Parágrafo único. Os delegados dos Ministérios e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e seus suplentes serão designados pelos respectivos Ministros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1979
(nº 1.328/75, na Casa de origem)

Altera a redação do art. 42 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que "define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 42 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º Não será permitida a representação por meio de mandatário.

§ 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares, exceder a três mil, pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados, nas Assembléias Gerais, por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e que não exerçam cargos eletivos na sociedade.

§ 3º O estatuto determinará o número de delegados; a época e a forma de sua escolha, por grupos seccionais de associados de igual número; e o tempo de duração da delegação.

§ 4º O delegado disporá de tantos votos quantos forem os componentes do grupo seccional que o elegeu.

§ 5º Aos associados localizados em áreas afastadas, os quais, por insuficiência de número, não puderam ser organizados em grupo seccional próprio, é facultado comparecer pessoalmente às Assembléias Gerais para o exercício do direito de voto.

§ 6º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e de voto.

§ 7º As Assembléias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembléia geral dos associados."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO IX
Dos Órgãos Sociais

SEÇÃO I
Das Assembléias-Gerais

Art. 38. A Assembléia-Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutário, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º As Assembléias-Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente

mais frequentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares. Não havendo, no horário estabelecido, *quorum* de instalação, as Assembléias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 2º A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º As deliberações nas Assembléias-Gerais serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

Art. 39. É da competência das Assembléias-Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 40. Nas Assembléias-Gerais, o *quorum* de instalação será o seguinte:

I — 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II — metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação;

III — mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação, ressalvado o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Art. 41. Nas Assembléias-Gerais das cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciados pela diretoria das respectivas filiadas.

Parágrafo único. Os grupos de associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão representados por 1 (um) delegado, escolhido entre seus membros e credenciado pela respectiva administração.

Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente ou representação não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º Nas Assembléias-Gerais das cooperativas singulares cujos associados se distribuam por área distante a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede, ou no caso de doença comprovada, será permitida a representação por meio de mandatário que tenha a qualidade de associado no gozo de seus direitos sociais e não exerça cargo eletivo na sociedade, vedado mandatário dispor de mais de 3 (três) votos, compreendido o seu.

§ 2º Nas cooperativas singulares, cujo número de associados for superior a 1.000 (mil), poderá o mandatário que preencher as condições do parágrafo anterior representar até o máximo de 4 (quatro) associados, de conformidade com o critério que, em função da densidade do quadro associativo, for estabelecido no estatuto.

§ 3º Quando o número de associados nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembléias-Gerais por delegados que se revistam com as condições exigidas para o mandatário a que se refere o § 1º. O estatuto determinará o número de delegados, a época e a forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação.

§ 4º O delegado disporá de tantos votos quantos forem os associados componentes do grupo seccional que o elegeu.

§ 5º Aos associados localizados em áreas afastadas, os quais, por insuficiência de número, não puderam ser organizados em grupo seccional próprio, é facultado comparecer pessoalmente às Assembléias para exercer o seu direito de voto.

§ 6º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembléias-Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 7º As Assembléias-Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da Assembléia-Geral dos associados.

Art. 43. Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembléia-Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia foi realizada.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Agricultura.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1978 (nº 2.234/76, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 368, do Código Civil, (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 113, DE 1979

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, no último dia 26, em Alegrete, no Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1979. — **Lourival Baptista.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento lido será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O sesquicentenário de nascimento de José de Alencar, que amanhã se dará, vem obtendo condigna comemoração, para o que contribuiu, decisivamente, o Ministério da Educação e Cultura e o Instituto Nacional do Livro.

Ainda no último dia 26, o nobre Senador Almir Pinto ressaltou, com brilho e eloquência, o referido acontecimento e, na próxima quarta-feira, esta Casa irá prestar significativa homenagem à figura do ilustre escritor que honra as letras brasileiras.

Todos sabemos da importância de José de Alencar, cuja obra literária é das mais conhecidas em todo o Brasil. Bastaria ter sido o fundador do romance brasileiro para que Alencar assegurasse sua imortalidade. Sua importância histórica é imensa e inesquecível. Mas, José de Alencar criou obra vasta, de imenso valor literário, que lhe assegura lugar de destaque em nossa história da literatura. Suas obras são das mais conhecidas e admiradas, desde sempre, pelo povo brasileiro, sempre reeditadas e lidas pelas novas gerações, pois mantêm encanto e valor permanentes.

José de Alencar não foi, porém, apenas autor de notável obra literária. Teve vida de rara intensidade, participando ativamente, como poucos, da vida brasileira, como jornalista, romancista, teatrólogo, advogado, jurista e político. Homem de ampla experiência, que atuou intensamente na vida pública brasileira, difícil se torna dizer qual a importância maior de sua vida, se na literatura, ou na política.

A meu ver, um dos pontos altos das comemorações do sesquicentenário desse grande homem esteve na publicação de sua biografia por Luís Viana Filho, resultado de vinte anos de pesquisa, estudos e meditações. “A Vida de José de Alencar”, lançada pela Editora José Olympio, será um grande evento, quando se comemora, oficialmente, o sesquicentenário do nascimento desse grande e inesquecível brasileiro. Foi o que senti ao ler aquela obra, que mostra a vida do autor mais conhecido e amado do Brasil, cujos livros todos lemos em nossa mocidade, marcando-a, profundamente, inclusive pelo sadio espírito patriótico de amor à terra e às nossas coisas, daquele que criou ou revolucionou o romance brasileiro.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Exª, nobre Senador Lourival Baptista?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com imenso prazer, eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Lourival Baptista, no último fim-de-semana me detive compulsando esta obra magnífica a que V. Exª alude, de autoria do ilustre Presidente da Casa, Senador Luiz Viana, em torno da vida de José de Alencar. É bom se destacar que o autor remonta à vida do Senador José Martiniano de Alencar, genitor do escritor, permitindo, então, que se entre em contacto com a realidade política do Nordeste brasileiro. Naquele Nordeste, o Senador Alencar foi, sem dúvida alguma, figura da maior expressão, pelo seu talento, pela sua liderança, pelo seu arrojo, pela sua combatividade, pelo seu espírito público. Tendo exercido, por duas vezes, a Presidência da Província do Ceará e ascendido ao Senado da República, o Senador Alencar se constituiu o paradigma do homem público para o seu filho José de Alencar. Este chegou, inclusive, a ocupar o Ministério da Justiça, não tendo, lamentavelmente, sido guindado ao Senado Federal em razão daquela inexplicável decisão de D. Pedro, que o alijou do provável mandato senatorial, apesar de sua condição de primeiro da lista. Quero, nesta oportunidade em que V. Exª está homenageando José de Alencar, enaltecer este trabalho magnífico de Luiz Viana, prestando também a manifestação da minha admiração por este nosso eminente colega que se acha hoje à testa dos destinos do Congresso Nacional.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Muito grato a V. Exª, Senador Mauro Benevides, pelo aparte que dá e que muito enriquece o nosso pronunciamento.

“A Vida de José de Alencar”, escrita por Luís Viana Filho, consagrado biógrafo brasileiro, autor de biografias de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rio Branco, Machado de Assis e Castello Branco, realizações notáveis, não apenas pelo seu enorme valor literário, mas, também, de documentação sobre a vida de grandes vultos de nossa história, é uma obra que demonstra grande sensibilidade e acentuado espírito literário.

Sr. Presidente, desta tribuna, tive a oportunidade de aludir ao sesquicentenário de nascimento de José de Alencar, 23 de outubro de 1977, quando do lançamento das suas obras, em convênio realizado entre o Instituto Nacional do Livro e a Livraria José Olympio, e, não poderia, de forma alguma, deixar de registrar o evento da publicação de sua biografia, escrita pelo nosso eminente colega, que preside esta Casa.

Após estas rápidas palavras, desejo, mais uma vez, ressaltar os elevados méritos culturais do consagrado escritor Luiz Viana Filho que, com este seu livro “A Vida de José de Alencar”, enriquece o nosso patrimônio histórico e literário, revelando-se um pesquisador perspicaz e arguto, ao tempo em que estendo estas minhas homenagens ao Instituto Nacional do Livro através do seu Diretor e escritor Herberto Sales e à Livraria José Olympio, pelo muito que já realizaram e, certamente, continuarão realizando, em favor das tradições culturais do povo brasileiro.

Finalizando, Sr. Presidente, solicito que seja incorporado a este meu pronunciamento, o artigo "Dimensão Biográfica", de Fábio Freixeiro, publicado no *Jornal do Brasil*, do último dia 28 de abril.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

DIMENSÃO BIOGRÁFICA

Fábio Freixeiro

A Vida de José de Alencar, Luís Viana Filho, José Olímpio/INL, Rio/Brasília, 1979, 311 pp. Cr\$ 90.

Pas de documents, pas d'Histoire, costuma citar o historiador Herculano Mathias. Diante do livro que vamos analisar em suas linhas gerais, percebe-se a razão, concretizada, da insistência. Muitas foram as fontes documentais de L. V. F., que fez uma verdadeira colheita em âmbito nacional, na qual avultam as contribuições do Arquivo Fábio de Alencar, do Museu Histórico Nacional, Instituto Histórico do Ceará, Arquivo Público de Pernambuco, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Imperial de Petrópolis, além da Biblioteca Plínio Doyle, fontes de S. Paulo, e muitas outras fontes. Perante tal manancial de subsídios informativos, observa-se, quase que necessariamente, o predomínio ou o grande relevo, nas notas aos capítulos, de citações de fontes manuscritas de Alencar ou sobre ele, estas últimas geralmente emanadas de contemporâneos, dada a natural parcimônia com que o Autor enfoca a Posteridade do Cearense, e não caberia mais num livro desse gênero. Ainda na mesma linha de trabalho, L. V. F. fez uma consciante abstração, quase que sistemática, de biografias anteriores. Artur Mota, por exemplo, comparece apenas uma vez, na nota 5 do cap. XXIII, na citação de uma carta. Outros nem figuram, ou apenas o fazem de raspão. O Raimundo de Meneses que comparece não é o biógrafo, mas o de *Cartas e Documentos de José de Alencar*, que, dentro da índole da pesquisa, é várias vezes utilizado. O velho Araripe Jr., este é frequentemente citado, mas não se trata a rigor de um biógrafo, porém, de Autor de um perfil literário que entrelaça, num misto de testemunho e depoimento, a maneira impressionista, uma visão vida/obra. Com efeito, o Acadêmico L.V.F. quis fazer o seu trabalho, revelando-se incansável pesquisador e evitando a repetição de tradições biográficas mais ou menos sedimentadas, no que lhe vai um dos grandes méritos da obra ora dada a público.

Com a imensa cópia de fontes manipuladas, pôde também evitar o grande mal do subjetivismo interpretativo, ou o reduziu ao mínimo como superposição aos fatos documentados, dos quais tudo o mais se induz. Assim é que a biografia é História, mas História documental combinada, em doses equilibradas, com História interpretativa. Desta forma se explica que a tradição — referida já na Nota Liminar — dos amores de Alencar por Francisca Nogueira da Gama, que teria sido a inspiradora de *Senhora*, não foi explorada senão brevemente (p. 49-50), além de ilustrada com uma foto de Chiquinha. Não se faz com efeito, biografia com tradição, a não ser que aquela seja, querida ou inevitavelmente (por carência documental), fantasista e não tenha, portanto, compromissos com a História.

Outro aspecto a focalizar, positivamente, na leitura do livro, é o do equilíbrio na visão do político (biógrafo e biografado). Não há, como não deveria haver, nenhuma deformação ideológica, nenhum *parti-pris*, pois Alencar aparece naturalmente, no seu comportamento autêntico, sem "mal-entendidos" de enfoque. Antes de começar sua carreira política, o Cearense fora o folhetinista de "Ao correr da pena", e L.V.F. versa esta fase no cap. V, mostrando a saída de Alencar, bastante moralista, do *Correio Mercantil*, pelas críticas feitas aos especuladores da Bolsa, que a Direção do jornal pretendia proteger como aliados. Em nenhum momento, o moralismo (ou a filantropia) de Alencar se confunde com um pretensão eco

do brado internacional de 1848, que assim — precocemente — teria retumbado no Brasil patriarcal... Este é um exemplo de interpretação serena dos fatos, sem nenhum compromisso de provar esta ou aquela tese. E o episódio da demissão de Alencar, após a série geral de amenos folhetins, poucas vezes austeros, pode explicar um pouco do futuro político nas suas atitudes independentistas e rebeldes, em relação ao próprio partido em que militava.

Suscita o livro de L.V.F. — também e muito — o problema da relação da biografia com a crítica e a interpretação literária, mais ainda com esta. A posição radical que nega pura e simplesmente valor à biografia parece ultrapassada. Nem voltemos a Sainte-Beuve, nem confundamos o biógrafo de hoje com o analista, intérprete ou crítico literário. Por que, por exemplo, dizer o biógrafo mais de *Senhora* do que o fez? O importante é que, neste livro de L.V.F., há subsídios primorosos para, entendendo a personalidade global do biografado (incluindo o político, o advogado, o jurista, o homem privado, o jornalista etc.), melhor captar a sua personalidade literária. Isto se pode dizer aos não apaixonados e aos não ortodoxos. Porque os ortodoxos, em qualquer corrente de abordagem literária, jamais transporão a ponte.

Sente-se, não à primeira vista, a importância do livro para um público maior que o que espera pela vida dos varões ilustres à Plutarco. Não são apenas os aficcionados da biografia, em particular de Alencar, que devem ler o tomo. Biografia não é só curiosidade e desvelar de segredos, nem tampouco apenas um exemplo de vida que se propõe. Por isso o público desta obra pode e deve dilatar-se. Estudantes de História, de Letras, críticos literários sem preconceitos, estudiosos de nossa cultura em geral, em que Alencar há muito brilha como estrela de primeira grandeza, devem possuir o volume de L.V.F. Ele ajuda-nos a compreender, de maneira honesta e segura, uma controvertida figura da política partidária do II Reinado, bem como uma vitoriosa carreira literária. Não simplifiquemos dizendo: em Literatura, um liberal, um avançado; em política, um conservador. No conservadorismo político de Alencar, que L.V.F., esmiuça, estão os germes de um contraditório liberalismo, o qual radicava na própria formação familiar de Alencar, bem como no seu caráter independente e personalista. E nem tudo é avanço, liberalismo, no "paradoxo romântico" da literatura alencarina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há poucos dias, analisando o comportamento do Sr. Ministro do Interior diante do problema amazônico, nós lhe fizemos alguns reparos, principalmente quando afirmara que teria um projeto pessoal, que teria um plano pessoal de aproveitamento racional da floresta amazônica. Nós nos surpreendemos com a assertiva, pois ela se revestia de uma temeridade a toda prova. Haja vista as condições peculiares, muito íntimas, muito diferentes, da floresta amazônica. Pois se sabe hoje, cristalinamente, que a floresta amazônica é diferente, completamente diferente, de qualquer outra que exista no Sistema Planetário. De Mercúrio a Plutão, nada se iguala à floresta amazônica. Pesquisas da maior seriedade, estudos minuciosos, pormenorizados, foram já realizados pelo INPA em torno deste problema.

A Amazônia encerra um segredo ainda a desvendar, mas um segredo intrincado, um verdadeiro quebra-cabeças.

A Amazônia não é um ecossistema, como se esperava que fosse. A Amazônia é constituída de múltiplos, infindáveis ecossistemas, emaranhados, imbricados e entrelaçados, cada um responsável por

um comportamento e por uma finalidade, levando todos ao resultado e ao somatório deste equilíbrio fitozoológico que deslumbra todos os estudiosos que, pela Amazônia, pervagam.

A posição de êxtase e de deslumbramento não é mais do literato, do esteta, do beletrista, que adentrava a Amazônia. Não! Hoje, é o cientista, é o biólogo, é o zoólogo, é o fitólogo, que se deslumbra diante dos arranjos intrincados e *sui generis* de sustentação daquela floresta, pois ela não depende do solo, Srs. Preciso repetir isso milhões de vezes, para conseguir erradicar, para conseguir extirpar da consciência nacional essa idéia de que a floresta amazônica é uma floresta que vem do solo, que vem da terra. Não! Absolutamente, não! É uma floresta que depende de uma reciclagem, de um *feedback* intenso, de um laboratório muito tênue que nós chamamos de biomassa e que recobre aquele arenito, fundo de um oceano que se levantara no Terciário.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Exª

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Evandro Carreira, o interesse demonstrado pela opinião pública nacional em torno dos problemas da Amazônia é extraordinário, e desta assertiva tive, recentemente, uma demonstração irretorquível. Pelo simples anúncio da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que eu, em determinado momento, tive o meu nome cogitado para integrá-la. Só por este fato, recebi significativas demonstrações de apoio àquela iniciativa sobretudo de pessoas que desejavam colaborar com a prestação de informes abalisados em torno da questão amazônica. O jornalista Edmar Morel, por exemplo, foi um dos que, comigo, estabeleceram contatos com aquele objetivo salutar e patriótico, de oferecer subsídios para o trabalho que o Congresso irá desenvolver em torno da Amazônia. E, no momento em que V. Exª faz questão de dar ciência à Casa e ao País dessa conscientização do povo para com a problemática amazônica, fiz questão de interromper o seu discurso, para lhe prestar esse testemunho, por mim constatado, há poucos dias, pelo simples anúncio de que eu deveria integrar a CPI que investiga a devastação da floresta da Amazônia.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Mauro Benevides, agradeço esta contribuição inestimável, que confirma essa preocupação da consciência nacional. Parece até que um determinismo histórico, um determinismo religioso, místico, orienta a bússola do entendimento e da compreensão nacional, pois, desde o momento em que se anunciaram pretensos contratos, ou de risco ou não, com o intuito de derrubar cinquenta e seis milhões de hectares, o que equivale, a quinhentos e sessenta mil quilômetros quadrados, a fim de comercializar a madeira retirada desses hectares, para saldar parte da dívida, a consciência nacional se levantou, se arregimentou, se arrepiou toda, numa reação autêntica de nacionalismo e de entendimento profundo do significado da Amazônia.

O Sr. Ministro, Mário Andreazza ao levantar a existência de um plano de ordem pessoal para o remanejo, o aproveitamento racional, o uso sistemático, o toque econômico rentável, a técnica sustentada de renovação, uma série de expressões, uma catadupa de sentenças puramente inócuas e aéreas, sem a menor significação científica.

E tudo pura embromação, não se tem nada, não existe nada. Até hoje não há *know-how* no Mundo para um entendimento racional ou um aproveitamento racional da madeira amazônica. Não há nada. Tudo é pura enrolação.

A Floresta Amazônica é um segredo que ainda precisa ser decifrado, precisa ser penetrado e entendido, através de estudo metódico, estudo cuidadoso e profundo.

Por isso, me surpreendi quando o Sr. Ministro Mário Andreazza, homem já experimentado, homem já calejado, homem de certo embasamento cultural, se aventurava a uma nova Transamazônica.

Fiquei surpreso, porquanto, a experiência que o Sr. Ministro Mário Andreazza adquiriu com a Transamazônica, deve ter sido suficiente para lhe reformular os conceitos a respeito da Amazônia. S. Exª deve ter amadurecido, S. Exª deve ter compreendido e deve ter aprendido que a Amazônia é algo diferente, a exigir uma demora, um amadurecimento profundo, um estudo cuidadoso sobre qualquer arremetida que se lhe faça.

Vim a esta tribuna estranhando o comportamento do Sr. Ministro. Expliquei, reexpliquei e torno a explicar, explico até aos meus irmãos da Amazônia que não entendem a fragilidade do solo amazônico.

Imagine V. Exª, Sr. Presidente, que o nosso irmão amazonense, os prefeitos do interior capinam as ruas até encontrar o chão, a laterita, e alegam que estão limpando a cidade, quando em verdade estão sujando. Retirar o capim da margem dos rios, retirar o capim da superfície é a mesma coisa que expor o chão a erosões terríveis. É um conceito de limpeza completamente errado para a Amazônia.

Há amazonenses que nunca fizeram um estudo cuidadoso do que representa aquele segredo e aquele mistério biológico.

A Amazônia é completamente diferente. É uma floresta que não depende do solo. Ela depende da água, ela depende da sua biomassa e da atmosfera que é lavada pelas chuvas intermitentes. A Floresta Amazônica se serve da chuva que lava a atmosfera. Nessa atmosfera há resíduos de sais minerais, há resíduos de nutrientes que estão em suspensão e que a chuva leva para o primeiro patamar de copa. Esse patamar recebe água, que se vai infiltrando, até que, ao chegar ao solo, chega carinhosamente, sem insultar a biomassa, esse laboratório onde há milhares de microorganismos que ainda não foram classificados, ainda não foram identificados, microorganismos tanto vegetais quanto animais, e que vivem, num trabalho incessante, em harmonia com a raiz das plantas amazônicas, que são raízes epigêias, são raízes que se espriam sobre o solo. Não são raízes pivitantes, são raízes que caminham sobre o solo em busca da convivência com esta biomassa, onde acontece o fenômeno de reciclagem. É preciso explicar, que nem os amazônidas sabem, porque é um estudo muito especializado, no entanto, já foi feito por Harald Sioli, Herbert Schubert, Vanzolinig Stark, Encas Salati, Dirceu Leite, José Lutzemberg, Warwick Kerr, Goodland, Irwin, Guido Ranzanni, William Rodrigues, Klinger, Fittakau, Mário Schemberg, brigadeiro Pedro Frazão Medeiros de Lima, E. Bruning, e tantos outros como Paulo Nogueira Neto, a própria Clara Pandolfo sabem disso. O próprio Paulo de Tarso Alvim sabe disso.

Esse mistério precisa primeiro ser desvendado.

Não há nada de racional para a Amazônia ainda. Só há uma racionalidade, é obedecer, é acompanhar os tropismos amazônicos, o homem se comportar como usufrutuário, e não tentar macaquear uma economia européia, ou sulina, ou nordestina, para a Amazônia, que não dá certo. Isso está provado, a Amazônia repele a homogeneidade, por exemplo. A Amazônia não aceita florestas homogêneas. Não há hipótese. O Sr. Ford tentou, em Belterro e Fordlândia, plantar seringais homogêneos, o resultado foi danoso. E se nós tentarmos corrigir os defeitos através de biocidas, esses biocidas são lixiviados para o solo, e vão perturbar o metabolismo do solo, dessa biomassa.

Os seringais de cultivo, por exemplo, que estultamente a SUDHEVEA está pretendendo implantar no Amazonas, serão improdutivos, irão quebrar um elo biológico, quando a esperança é depois que a árvore estiver à mercê da *Dothitella*, do fungo que destrói a folha da seringueira aspergir, um biocida, um antifungo, sobre as árvores. Nós protegeremos aquela produção de borracha, mas iremos ofender o solo e dentro em pouco a própria árvore, a própria seringueira, sentirá o impacto da modificação do metabolismo do solo, que lhe garantia aquela exuberância em látex.

Mas, Sr. Presidente, eu sei que é difícil explicar, é difícil modificar estruturas mentais, preconceitos, raciocínios, esquemas, que já vêm sendo adotados há séculos, há milênios; será difícil explicar para alguém que a economicidade da Amazônia não está na árvore, está no peixe ou está no que se possa tirar da árvore, naquilo que as essências ofertam, a castanheira, o látex das euforbiáceas.

Nós poderemos fazer proteínas de todas as euforbiáceas amazônicas; será uma proteína de difícil digestão, mas poderá suprir o mercado da fome daqui a cem ou duzentos anos.

Porém, temos a proteína do peixe, Sr. Presidente, que é uma proteína altamente assimilável, e os mananciais amazônicos podem se transformar em viveiros, em fazendas aquáticas, capazes de abastecer a população do mundo, quando for até de 50 bilhões de seres.

Por que, não entender a floresta amazônica como peça dessa usina protéica? A Amazônia é uma usina protéica, é uma fábrica de proteínas. Por que não entender a floresta como uma peça, assim como a chuva, assim como o rio, assim como o calor, assim como a umidade que são outras peças dessa usina?

Conclui-se que a floresta não pode ser tocada, desde que a árvore, na Amazônia, não tem economicidade. Repito, a árvore, na Amazônia, não tem economicidade. Ela é um *debrum*, é um elemento de sustentação de um caldo de cultura, onde viceja a verdadeira economicidade, que é a economicidade protéica do peixe amazônico. O mercado de alimentos, o mercado protéico é o mercado mais ávido e voraz, é o mercado mais rotativo e veloz que existe.

Por que, não aproveitarmos essa economicidade?

Cada ser humano é obrigado a fazer duas refeições protéicas por dia, e nós somos quatro bilhões de seres no planeta Terra e seremos oito, e seremos vinte bilhões, nas próximas décadas.

Garanto aos senhores que os estudos mais modernos já chegaram à conclusão de que uma contenção da natalidade, uma conduta anticoncepcional, é um comportamento agressivo, não atende ao ecossistema do ser humano. A mulher como o homem foram programados por Deus para a procriação, e o comportamento anticoncepcional ofende, através de pílulas ou de qualquer outro ingrediente, pode dar resultados danosos que só serão observáveis daqui, talvez, a duzentos, trezentos, quinhentos anos. Há, portanto, necessidade da Humanidade se preparar para uma população de 20, 30, 50 bilhões. E a usina protéica, que garantirá o fornecimento de alimento para esta Humanidade, será a Amazônia, desde que se entenda que a floresta não tem economicidade, *de per si*, isoladamente.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muita honra, nobre Senador?

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Ouço V. Exª, nesta Casa, desde que aqui cheguei, sempre com o mais alto apreço, que o seu conceito parlamentar e científico merece. E digo a V. Exª que antes de chegar ao Senado tive o cuidado de ler, cuidadosamente, os pronunciamentos de V. Exª nesta Casa, condensados, hoje, em seis volumes, que é o recado amazônico de V. Exª Louvo, portanto, V. Exª pela sua coerência, pela sua unidade de pensamento, há tantos anos manifestada no Senado, sempre fiel à tese que hoje, mais uma vez, está esposando. Não vamos descer a detalhes a respeito deste pronunciamento de caráter geral que V. Exª, neste momento, faz no Senado, primeiro por uma questão — digamos assim — de natureza preliminar. É que este Senado, com o apoio unânime o Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional, instituíram uma Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual V. Exª é seu ilustre Presidente, onde, naturalmente, iremos, com absoluta isenção, espírito técnico e científico, fazer exame metucioso de todos esses problemas que afetam a Amazônia. Portanto, acredito que, em virtude da instituição dessa Comissão, onde ouviremos técnicos, especialistas, cientistas, pesquisadores, devemos suspender qualquer

juízo definitivo para externá-lo através de um relatório geral que será oportunamente formulado. Mas, sem embargo da constituição dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, estou de acordo com V. Exª em que a Amazônia é, realmente, um imenso campo onde essas experiências, no setor ictiológico, poderão ser desenvolvidas com êxito, carreando um potencial protéico muito grande, para atendimento das necessidades regionais e nacionais e, quiçá, mundiais. Há muitos anos, no Pará, o Dr. Carlos Estevão, que foi ilustre Diretor do Museu Emílio Goeldi, iniciou estudos de piscicultura, inclusive para reprodução do pirarucu, e pretendeu criar naquele grande centro de pesquisa e investigação, de renome científico mundial, o primeiro instituto de piscicultura da América do Sul. Mas a Amazônia não pode se resumir, evidentemente, a isso. Em virtude do revestimento florístico dessa imensa área, que forma uma região natural complexa, e que, portanto, resulta da justaposição de várias regiões naturais simples, nós não podemos, na Amazônia, evidentemente, ater-nos apenas à exploração dessa riqueza ictiológica. Quando V. Exª afirma, de maneira peremptória, que a floresta amazônica não tem valor econômico, permito-me, em tese, insisto, em pedir vênica para divergir do ponto de vista de V. Exª. Creio que a floresta amazônica constitui uma das grandes riquezas daquela região, assim como o solo da Região apresenta, segundo os estudos pedológicos modernos, áreas de grande fertilidade, de média fertilidade e áreas pobres, assim como o seu subsolo contém grandes riquezas minerais, suscetíveis de exploração econômica em escala de mercado internacional. É evidente, pois, que o setor madeireiro representa uma riqueza mas que deve ser explorada de maneira racional, sob rigoroso critério técnico, de maneira compatível com a preservação de todo esse meio ambiente, das condições ecológicas a que V. Exª às vezes se refere com tanta ênfase, sem prejuízo, evidentemente, da economia regional e nacional. Creio que é uma vã tentativa para não dizer utopia, pretender manter intocável, preservar sem qualquer modalidade de utilização econômica, racional, a floresta amazônica. Essa tentativa de preservação talvez se volte como um bumerangue contra nós. Não podemos deixar essa imensa riqueza totalmente intocável, sem utilização econômica. Deveremos explorá-la, utilizá-la economicamente e, sempre que o fizermos, com a reposição, com espécies próprias da região, de modo a manter o equilíbrio ecológico, a preservar a nossa flora, a nossa fauna, enfim, outros fatores que fazem da Amazônia, sem dúvida alguma, uma área de equilíbrio, dentro do território nacional, continental e mundial. Portanto, comungo dessas apreensões de V. Exª. Acho que devemos fazer um estudo técnico, apurado, ponderado, sereno de todos esses problemas que afetam a região amazônica e partir para indicações que possam possibilitar ao Governo medidas efetivas de execução, no plano econômico, no plano ecológico, no plano social, enfim, também no plano político nacional e internacional. Fazendo essas observações, quero congratular-me com V. Exª, cujos pronunciamentos ouço sempre com muito apreço, nesta Casa, para dizer que a partir do momento em que se constituiu essa Comissão Parlamentar de Inquérito, de que V. Exª é Presidente, nós devemos concentrar o nosso esforço, a nossa atenção no exame, no âmbito daquela Comissão, desses grandes problemas, para trazer, depois, ao Senado e à Nação, um relatório em que se possam, justamente esmaltar conclusões justas, técnicas, científicas e acertadas, com o alto propósito de preservar a Amazônia, de fazer o seu desenvolvimento e, sobretudo, de efetivar a sua integração à economia nacional. Era esta a intervenção que queria fazer no seu discurso.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Agradeço ao nobre Senador as congratulações que V. Exª presta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Gostaria de informar ao nobre Senador Evandro Carreira que o seu tempo já está esgotado.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, Sr. Presidente, já vou encerrar.

Agradeço sensibilizado e aproveito a oportunidade para lembrar ao ilustre Senador que a Amazônia está a exigir de todos nós uma revisão crítica muito séria na nossa tábua de valores. A Amazônia está a exigir, como já disse aqui, um exame axiológico.

Precisamos, primeiro, fazer uma revisão no conceito de desenvolvimento. O que é desenvolvimento mesmo? Será que o que foi desenvolvimento para Nova Iorque é desenvolvimento para a Amazônia? Será que o conceito de desenvolvimento que se prestou para o posicionamento que desfruta hoje a Europa é compatível com os reclamos da biota amazônica? Será que o conceito de ocupação não está a exigir uma revisão?

Nobre Senador Aloysio Chaves, gostaria que V. Exª atentasse para isso porque é uma colocação muito importante o conceito de ocupação.

Será que o conceito de ocupação para a Amazônia não é outro diferente deste da presença da pata do homem já não digo da pata do boi? A pata do homem na Amazônia, indiscriminadamente, como hoje se comporta na Europa e nas grandes megalópoles, não seria um contra-senso para esses reclamos amazônicos? É preciso que se faça uma revisão desses conceitos, talvez uma conceituação que hoje compreendemos e aceitamos pacificamente. O que é ocupar um território? É colocar o homem lá, mas talvez isso não seja o conceito de ocupação para a Amazônia, nobre Senador. A Amazônia, talvez, já esteja ocupada.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Concorde com V. Exª Evidentemente, o próprio conceito de colonizar traz implícito em si alguma coisa além da presença física do homem na área. Colonizar não consiste apenas em colocar o homem numa determinada área, numa determinada região, mas colocar o homem e orientá-lo, assisti-lo para o tipo de atividade que ele pretende exercer.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Mas então ele já estaria lá, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Então, essa assistência ao homem — e na palavra assistência há um conceito muito abrangente...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Já não falo nem em assistência...

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nessa assistência pode-se incluir também uma orientação científica, adequada ao seu nível de compreensão, para preservar os valores da área, as condições naturais aí existentes, para não se perpetrar um erro, que afete o sistema ecológico daquela área, onde ele se pretende transformar num fator produtivo e não num elemento de destruição. É isso o que eu entendo, ao concordar com V. Exª

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, a natureza, que é muito mais sábia do que eu, do que V. Exª e do que toda a cultura que a humanidade já armazenou e poderá armazenar, arrumou a Amazônia daquele modo.

Quem nos autoriza a dizer que aquela arrumação não está certa? Quem nos autoriza a derrubar 50 milhões de hectares?

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador...

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador, permita-me concluir o raciocínio, o meu tempo já está esgotado e o Sr. Presidente já me está intimando...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — V. Exª já ultrapassou em dez minutos o seu tempo.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — É que V. Exª se dirigiu a mim e o meu assentimento não é total à tese de V. Exª Porém não mais interrompo V. Exª Muito obrigado.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — O diálogo está sendo muito cordial entre nós, inclusive é um prazer para mim. É que o Sr. Presidente está-me acicatando com as suas observações.

Mas, nobre Senador, é importante que nós entendamos a necessidade de uma revisão conceitual.

A Amazônia exige uma revisão conceitual e é importante que se entenda isso como um *a priori*...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume, faz soar a campainha.)

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Sr. Presidente, eu estou encerrando. Peço a sua benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A Mesa faz um apelo a V. Exª no sentido de que conclua porque há outros oradores inscritos.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Espero que a sessão não acabe às 16:00 horas e, sim, às 17:00 horas...

Sr. Presidente, é preciso uma revisão conceitual: quero que isso aqui fique para que nos debrucemos com seriedade a respeito disto.

A Amazônia está exigindo uma revisão conceitual, é preciso ter cuidado com isso. Não tentemos macaquear, nem imitar o progresso europeu e sulino, na Amazônia. Não tentemos dar uma economicidade para a Amazônia como a que é entendida na Europa, no Sul do País ou nos Estados Unidos.

Talvez a economicidade para a Amazônia seja outra, seja a manutenção da floresta íntegra e nós apenas como usufrutuários dinamizando, potencializando e multiplicando aquilo que a Natureza prodigaliza.

Sr. Presidente, encerrando desejo, agora, parabenizar-me com o Sr. Ministro Mário Andreazza, quando S. Exª falou em esquema pessoal e eu tomei aquela posição da tribuna; voltou S. Exª, em seguida, e disse que o problema amazônico é um problema do Congresso Nacional, é um problema de debate, de estudo. Este comportamento do Sr. Ministro leva-me a parabenizá-lo. Quero render minhas homenagens a S. Exª, por pretender uma discussão profunda, minuciosa, e pormenorizada do problema amazônico, para que, então, encontremos uma equação capaz de solucionar aquele enigma intrincado e misterioso.

Parabenizo o Sr. Ministro e espero que S. Exª continue com essa disposição, porque assim sendo contará com o meu apoio incondicional, vamos exaurir, vamos esgotar o debate em torno da Amazônia. Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao eminente Senador Jarbas Passarinho, que falará como Líder.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA, Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Praticamente a minha fala, que deveria responder ao nobre Senador pelo Amazonas e pelo MDB, estará já prejudicada pelo final do discurso de S. Exª Ao entrar, e reter-me apenas por pouco tempo nesta Bancada, tive a impressão de ouvir de S. Exª uma crítica ao Sr. Ministro do Interior, porque ele teria falado em planos próprios para a ocupação da Amazônia. E S. Exª, então, tanto quanto pude depreender, caracterizava essa atuação, no mínimo, como leviana, na minha compreensão, porque dizia S. Exª que ninguém tem conhecimento da Amazônia a ponto de fazer planos próprios.

Ora, o que o Ministro do Interior, Mário Andreazza, disse é exatamente aquilo que acabou sendo objeto de cumprimentos pelo

vigoroso Senador pela Oposição. O que S. Ex^a afirmou em relação à exploração florestal, — note-se bem, não é em relação à ocupação amazônica em sentido amplo; não é em relação à incorporação da Amazônia como um todo à Economia nacional, mas, particularizadamente, com referência à exploração madeireira, exploração da floresta, que deu margem a equívocos, que desde o ano passado aqui se desenrolam — era que não se considera evidentemente capaz de dar uma decisão pessoal num assunto desta natureza; que o ponto de vista dele é que um grupo de trabalho interministerial — uma vez que não cabe apenas ao Ministro do Interior, mas também, e fundamentalmente, ao Ministro da Agricultura — deve ser constituído para o estudo de uma política racional, que seja capaz de explorar, em termos rentáveis, a floresta amazônica, com vistas ao seu grande potencial madeireiro, sem levar à depredação da área. E como acha S. Ex^a que tal matéria ainda assim deve ter a mais ampla discussão nada melhor do que o Congresso Nacional para discuti-la. Em consequência, pretende S. Ex^a, depois de obtido o trabalho que leve a um ponto comum entre os dois Ministérios, o do Interior e o da Agricultura, fazer uma exposição de motivos ao Senhor Presidente da República, que por seu turno, se a abrigar, transformará essa exposição em mensagem dirigida ao Congresso Nacional para que este vote essa política de exploração madeireira da Amazônia. Então, eu me espanto que uma declaração dessa natureza possa dar margem a críticas que o Ministro receba e verifiquemos que deve ser o resultado de uma comunicação equivocada, de uma comunicação adulterada. Estamos hoje aqui, muitos da Amazônia, neste Plenário e sabemos como é difícil fixar políticas de desenvolvimento naquela região. Primeiro, pelo que disse o Senador Evandro Carreira, de uma relativa dificuldade em encontrar documentos fundamentais para a interpretação daquela imensa área; segundo, porque já tivemos políticas sucessivas com erros e acertos, com resultados bons e maus, desde a política de incorporação daquela área a Portugal, ou seja, desde o período da colonização da Amazônia, onde tivemos o desenvolvimento nodular, onde os rios — e apenas os rios — foram os instrumentos de penetração e de fixação do homem ao solo, mas apenas naquilo que chamamos o “beiradão”. A penetração na floresta já era bem mais difícil. A riqueza, pela variedade dos espécimes vegetais, transforma-se, paradoxalmente, numa pobreza para nós, porque as empresas, pelo menos médias, já não posso falar em grandes empresas, de exploração da madeira esbarraram precisamente na sua incapacidade de crescer, devido à grande dificuldade de explorar a madeira de lei, uma vez que os espécimes escolhidos e selecionados para tal encontram-se muito distantes um do outro.

Para dar uma pequena idéia aos que não conhecem a Amazônia, sobretudo os seringais nativos, basta dizer que estes seringais têm — em regra — um mínimo de duas árvores e um máximo de dez árvores por hectare. Enquanto um seringal cultivado chega a ter quinhentas árvores, no mesmo hectare. Isto prova, portanto, como é praticamente impossível à base do seringal nativo, sem o acompanhamento da pesquisa botânica e genética, voltada exatamente para a produção do clone altamente reprodutivo e da heveicultura, tentar competir com os seringais plantados.

Isto ficou provado para nós, ao longo do tempo, e ficou provado de uma maneira dramática, porque nós, da Amazônia, até hoje sentimos o peso desse desastre que fez com que Manaus e Belém, que eram cidades florescentes, tivessem que marcar passo no tempo, esperando a sua verdadeira oportunidade e não aquela à qual elas se haviam antecipado e gerado uma civilização que, se tivesse sido mantida e auto-sustentada seria, hoje, seguramente, no mínimo, comparável a uma civilização de São Paulo.

Nesta conjuntura, Sr. Presidente, com a modificação da floresta pela presença do homem, ou seja, pela humanização das florestas como de todas as regiões que passam a ser o ecúmeno, que passam a ser responsáveis pela produção de alimentos para a humanidade, é claro que a Amazônia teve modificações também na sua estratégia de ocupação. Eu mesmo, quando era um jovem major do Exército bra-

sileiro, tive a responsabilidade de dirigir uma seção para a qual a Escola do Estado-Maior não me houvera preparado, que era uma comissão militar de estudos destinada a estudar a ocupação da Amazônia, através dos pelotões de fronteiras, através dos pelotões lindeiros das unidades militares, que marcavam apenas simbolicamente a nossa presença como soberania. Eram, às vezes, apenas, 34 fuzis. Um mastro tosco, uma bandeira hasteada às 8 horas da manhã e arriada ao pôr do Sol, em que se ouvia um corneteiro só a dar o toque correspondente à saudação da bandeira. E aquele pequeno pelotão, 34 fuzis, perdido no dedalo da Amazônia brasileira, confrontando, muitas vezes, com uma Amazônia artificialmente preparada para dar garantia de soberania indiscutível, por exemplo, à Colômbia, que mantinha em Letícia um campo de pouso de boa qualidade, em terra, enquanto nós ainda trabalhávamos nos campos de pouso naturais, que eram as águas dos rios, onde pousavam os aviões catalinas.

A necessidade de fixar esse homem ao solo, uma vez que somente na fronteira o soldado e o cabo tinham permissão para casar, foi um objetivo dessa estratégia de desenvolvimento da área lindeira, com o apoio dos Ministérios em geral e dos Governos, como o Governo do Estado do Amazonas, o Governo do Estado do Pará, o Governo do Estado do Acre e os Governos dos Territórios Federais.

O balanço dos resultados, Sr. Presidente, eu diria apenas que é modesto, bastante modesto. No próprio Amapá, onde estaria situada a mais promissora das colônias militares, lá em Tabatinga, inclusive, também o resultado não foi aquele que se esperou e no qual o Exército depositou tanta esperança e dedicou tanto esforço. E não só o Exército. Era o Exército, com a ocupação permanente do solo; era a Marinha, com os seus navios navegando pelo centro do Rio Amazonas, porque não podiam, pelo seu calado, navegar nos afluentes, se não paravam, encalhavam; e era a Força Aérea, levando às vezes até uma acolhida de natureza psicológica e moral para aquelas tropas que se viam inteiramente cortadas da civilização, que eram sedidas em barracões, em alojamentos de madeira, que só mais recentemente passaram a ser de alvenaria; havia, ao fundo, um quilômetro de selva abatida, e a partir dali, selva pura.

Mais tarde, Sr. Presidente, como sabe V. Ex^a e sabem os Srs. Senadores, já o Governo do Presidente Geisel passou a uma nova estratégia, que foi a da POLAMAZÔNIA. Tentou-se fazer a exploração através de pólos que, se irradiando à proporção que crescessem, acabassem levando a civilização a toda a bacia amazônica. Mas, são milhões e milhões de quilômetros quadrados. É um ponto do qual eu humildemente divirjo do ilustro colega pelo Amazonas, quando penso que ele se dedica apenas a defender a recuperação — com isto, estaria de acordo — da aquavia, como grande instrumento. Mas, eu não perderia de vista, também, as estradas, estradas de rodagem que devem ser feitas lá, como foi a Belém—Brasília, como foi a Transamazônica, para que se incorpore logo um grande trato de terra à civilização brasileira.

Hoje, Sr. Presidente, nós vimos que possivelmente — e a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Energia Nuclear está aí, avançando seu projeto e seus estudos — repito, possivelmente, a Amazônia dará a grande solução para que o Brasil não seja obrigado a uma paralisação, a uma estagnação no desenvolvimento da sua Região Sudeste, sobretudo, onde concentra 80% do consumo brasileiro, graças aos grandes rios que correm não mais em leitos tranquilos, como o Amazonas, mas em leitos encachoeirados, que devem transferir sua energia hidráulica para transformação em energia hidrelétrica e com ela garantir até o final deste século que o consumo de grandes regiões industrializadas do Brasil não pare, não diminua, não estagne, porque de lá virão grandes blocos de energia transferida a grandes distâncias, intercalando com as linhas que, hoje, possuímos.

Este, evidentemente, é um ponto que deve merecer a maior atenção dos brasileiros em relação às riquezas potenciais da Amazônia, e, ao lado disto, as riquezas minerais que aí estão.

Conseqüentemente, o projeto que agora aparece para explorar a floresta, apareceu no ano passado pela primeira vez, causando um impacto e reboiços na Bancada da Oposição e em alguns jornais brasileiros, o que lastimei profundamente, Sr. Presidente, porque deu a impressão de se traduzir de novo num mero nacionalismo epidêmico do qual pensei que estávamos curados, há quinze anos, e vejo, com tristeza, que voltamos a ele. A roda do tempo gira, as palavras renovam-se e recriam os mesmos valores de outrora.

Ainda ontem, em palestra na minha cidade de Belém, eu dizia que, como Oficial do Estado-Maior, analisei com tristeza a pressão que o Estado de Goiás, sobretudo, fazia para pôr para fora de Goiás uma firma de capitais alemães, chamada Rio Impex, que tinha também correlações com o Estado do Pará. E o seu papel era fazer a exploração cientificamente feita de uma fabulosa riqueza que nós temos na mata, que é o mogno — o mogno é como o petróleo: um metro cúbico de mogno colocado FOB Belém dá pelo menos uns cento e muitos dólares — e nós colocaríamos apenas no porto de Belém para ser exportado. Entre a mesopotâmia Araguaia-Tocantins e até o Estado do Acre, onde nasci, há uma faixa contínua que tem uma média de largura de 50 km de mogno puro. Mas, os nacionalistas exaltados gritavam contra os alemães; e nós que éramos, na ocasião, Oficial do Exército, sem participação política, víamos o Governo de então, apesar de ser um governo populista, sendo acusado de ser um governo entreguista. E se fez a expulsão dos capitais alemães, dos técnicos alemães que sabiam trabalhar em mogno, para que esses homens voltassem a sua pátria com a pior impressão do Brasil. Fizemos desapropriações, expropriações, violências, e me coube, no meu curto período de Governador do Estado do Pará, durante um ano e meio, receber parte do acervo da Rio Impex. Eram peças de motor, de cerraria, atiradas nas beiradas dos rios. E os nacionalistas ficaram felizes. Fui depois, como Governador, ter a tristeza de visitar a área que havia sido abandonada pela Rio Impex e verificar o nosso colono, despreparado, naturalmente, porque não foi à escola, não tem escolaridade, aquele mesmo colono que talvez ouvisse no radinho de pilha as palavras tão veementes e tão ardorosas dos “nacionalistas”, este mesmo colono, agora, queimava largas extensões de mogno nascente para plantar mandioca. E os nacionalistas ficavam felizes.

Aí vêem os Srs. a dificuldade de fixar uma política que seja racional, quando uma política desta natureza esbarra numa corrente ir-resistível de irracionalismo e emocionalismo.

Inventou-se, aqui, que o Brasil estava estimulando a venda de sua floresta amazônica, para pagar a sua dívida externa. O nobre Líder da Minoria, o Senador Paulo Brossard, com a lucidez que possui, não incorporou ao seu discurso de protesto esta passagem, porque não acreditou nela, tão primária era, que quiséssemos nós devastar a Amazônia para, vendendo a madeira obtida pela devastação, pagar a dívida externa brasileira; mas poupou o trabalho de um alemão, que aliás não trabalha para nenhuma organização brasileira, apenas para a FAO. Nesse trabalho, talvez por deficiência de conhecimento da língua portuguesa, em vez dele falar em empresa de capital de risco para junto conosco explorar racionalmente a madeira, falou em contrato de risco; tanto bastou para que o mundo viesse abaixo. Então, se inventou uma novela e, através dela, uma bola de neve; vieram os protestos dos ecologistas, de todos os nacionalistas, dos brasileiros, dos europeus, dos japoneses e sei lá mais de quem. No entanto, no documento que há à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito que em boa hora aqui foi instituída para avaliar a ocupação da Amazônia e a sua suposta devastação, há, repito, um documento que declara que técnicos brasileiros que foram convidados a visitar países que já exploram, racionalmente, a madeira, países em vários continentes, chegaram horrorizados com o que verificaram que foi feito nas Filipinas, onde se dá assim uma presença de multinacional sem nenhuma responsabilidade, e não é só com a ecologia; sem nenhuma responsabilidade com o futuro da floresta que

está sendo abatida. E a recomendação desses técnicos era que, exatamente, aquele modelo não fosse jamais por nós adotado.

De modo, Sr. Presidente, que ao trazer a palavra do Ministro Mário Andreazza, quero juntar às do meu colega do Senado, pelo Amazonas, as minhas próprias congratulações. Porque S. Ex^a, pensando com lucidez, fez o que ninguém poderá criticar: declarou que mesmo agora, as áreas selecionadas pela SUDAM para o projeto experimental, aguardassem o resultado desse estudo comum entre os dois Ministérios; e mais tarde, que o Congresso Nacional — que é o representante do povo — pela voz dos seus Congressistas, decida se a política é adequada ou inadequada; em suma, aprove ou rejeite a proposição que há de vir dos Ministérios e, conseqüentemente, do Presidente da República.

O que me pareceria portanto, Sr. Presidente, imprudente, e além de imprudente, inadequado, por todas as razões, era criticar sem conhecer ainda a decisão tomada pelo Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 116, DE 1979

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requiero transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Senhor Nascimento e Silva, ex-Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, quando da homenagem prestada à memória do ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em Porto Alegre.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1979. — **Henrique de La Rocque.**

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O requerimento que vem de ser lido será publicado e submetido ao exame da Comissão Diretora, nos termos do art. 233, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1979

Altera os arts. 15, caput, e 16 do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 15 e o art. 16 do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 15. Os proventos de inatividade pagos em decorrência de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, por pessoa jurídica de Direito Público, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, até o valor de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) anuais, não serão incluídos como rendimentos tributáveis na declaração de contribuinte que tenha 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou mais, ao término do ano-base correspondente.”

Art. 16. A partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, não incidirá o Imposto sobre a Renda na fonte sobre os proventos de inatividade, pagos por pessoa jurídica de Direito Público, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, quando a renda líquida mensal for de valor igual ou inferior à soma de um duodécimo do limite de isenção da Tabela do Imposto sobre a Renda na fonte dos rendimentos do trabalho assalariado, em vigor no mês a que se referir o pagamento.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Nos termos em que estão redigidos os arts. 15 e 16 do Decreto-lei nº 1.642, de 1978, apenas os inativos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios são beneficiados com as medidas que preconizam.

Ora, o objetivo da exceção que se estabelece com os referidos preceitos é beneficiar o contribuinte idoso que, aposentado, tenha 65 anos de idade ou mais, seja ele da administração direta ou indireta da União, Estados ou Municípios.

O projeto, assim, corrige uma desigualdade que se estabelece mais pelo lapso de técnica legislativa na elaboração da lei vigente, do que pelos fundamentos doutrinários que a informaram.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1979. — **Cunha Lima.**

LEGISLAÇÃO CITADA**DECRETO-LEI Nº 1.642 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978**

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas.

.....
Art. 15. Os proventos de inatividade pagos em decorrência de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, por pessoa jurídica de direito público, até o valor de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) anuais, não serão incluídos como rendimentos tributáveis na declaração de contribuinte que tenha 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou mais, ao término do ano-base correspondente.

.....
Art. 16. A partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, não incidirá o Imposto sobre a Renda na fonte sobre os proventos de inatividade, pagos por pessoa jurídica de Direito Público, quando a renda líquida mensal for de valor igual ou inferior à soma de um duodécimo do limite previsto no artigo anterior com a importância correspondente ao limite de isenção da Tabela do Imposto sobre a Renda na fonte dos rendimentos do trabalho assalariado, em vigor no mês a que se referir o pagamento.

.....
(*Às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — A Presidência, por solicitação do Sr. Senador Mauro Benevides, orador designado para a comemoração do sesquicentenário do nascimento de José de Alencar, não havendo objeção do Plenário, irá antecipar, para a sessão ordinária do dia 2 de maio aquela comemoração que, anteriormente, havia sido marcada para o dia 3. (Pausa.)

Havendo concordância do Plenário, a comemoração fica antecipada para a sessão do dia 2 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia de hoje é destinada a Trabalhos de Comissões. Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Após 12 anos de total alheamento na escolha de seus respectivos prefeitos, as estâncias hidrominerais de São Paulo voltaram, ontem,

a elegê-los pelo voto direto e secreto, num reencontro salutar com o pleno exercício da democracia.

Durante todo esse lapso de tempo, àquelas comunidades do grande Estado bandeirante foi impingida a cabulosa sistemática dos prefeitos nomeados, contra a qual se ergueram todas as correntes de opinião das referidas e aprazíveis cidades interioranas.

Coube ao ex-Governador Paulo Egídio a iniciativa de restaurar, com o apoio da Assembléia, aquela prerrogativa, oferecendo, em lei estadual, a autonomia reclamada pelas estâncias localizadas no território da referida unidade federativa.

As primeiras notícias da campanha, intensificada nos últimos dias, davam conta de que os cem mil eleitores estavam eufóricos, diante da perspectiva cívica de poder sufragar diretamente o prefeito e o vice-prefeito de sua preferência.

O Presidente nacional da ARENA, o eminente Senador José Sarney, deslocou-se para algumas das aludidas comunas, levando aos seus correligionários o incentivo à disputa então deflagrada.

O MDB, por sua vez, tendo à frente os Srs. Senadores Franco Montoro e Orestes Quércia, ofereceu apoio aos candidatos oposicionistas, instando-os à vitória nas urnas de 29 de abril.

O próprio Chefe da Nação, General João Baptista Figueiredo, enviou mensagem telegráfica aos postulantes arenistas, expressando-lhes a esperança de êxito na memorável competição.

Embora o restabelecimento da autonomia política das estâncias hidrominerais tenha constituído iniciativa adotada a nível estadual, é de supor-se que ocorra, sem mais tardança, a elasticidade do princípio — o da eleição direta — para as capitais e os municípios incluídos na área de segurança nacional.

Com isso, completar-se-ia a reconquista de uma franquia democratizante, conspurcada, iniquamente, por esdrúxula norma constitucional, que merece ser revogada na fase de abertura política em que ingressa o País, após a cessação de vigência da legislação excepcional.

Nas Capitais brasileiras, são 12 milhões de eleitores que esperam, ansiosos, a aprovação da Proposta de Emenda nº 1/79, de que sou primeiro signatário no Senado, cuja estimulante ressonância fez com que o povo, nas ruas das principais metrópoles, pleiteasse o seu acolhimento pelo Congresso Nacional.

Nos próximos dias, a Comissão Mista, incumbida da apreciação da matéria, manifestar-se-á a respeito, através de parecer da lavra do Relator designado, Deputado Marcelo Linhares.

O presidente daquele órgão técnico, Senador Tancredo Neves, sensível à repercussão da Emenda, dispôs-se a realizar contatos com as mais categorizadas lideranças políticas — notadamente o Ministro Petrônio Portella, titular da Pasta da Justiça — com o objetivo de evitar que, em consequência de uma deliberação inadequada, se frustrasse o legítimo anseio que domina o eleitorado das maiores cidades do País.

E ninguém se arriscou em argüir, como inoportunas e inconvenientes, as eleições ontem realizadas em São Paulo, em cuja jurisdição têm eclodido, nos últimos dias, movimentos reivindicatórios, patrocinados por várias categorias profissionais.

Seria incoerente, pois, obstaculizar-se a reaquisição de idêntica autonomia para as capitais, sob fundamentos irreais, que escondem o receio de um confronto em urnas livres.

Não temos razões para descrever do empenho do Senador Petrônio Portella — dentro das diretrizes anunciadas tão enfaticamente pelo Presidente da República — de encaminhar soluções altas para os problemas políticos da Nação.

Entre estas deve inserir-se, pelo seu conteúdo essencialmente democrático, a restituição da autonomia às Capitais, da mesma forma como vem de se registrar em relação às estâncias hidrominerais de São Paulo.

Desde 1966, a massa de votantes indiscutivelmente mais politizada — que é a das Capitais dos Estados permanece marginalizada nos prélios municipais, limitando-se a sufragar apenas o Vereador.

Já é hora de se pôr termo a tão gritante discriminação, suprimindo-se o dispositivo constante da alínea a, § 1º, do art. 15 da nossa Lei Fundamental.

Que a eleição nas estâncias paulistas, ontem ocorrida, represente um marco decisivo na luta autonomista, dela se beneficiando as capitais brasileiras! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Roberto Saturnino, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Às vésperas do dia 1º de maio, quero, em nome da Bancada do meu partido, o Movimento Democrático Brasileiro, prestar uma homenagem ao trabalhador brasileiro, a este nosso concidadão que, realmente, nos últimos anos, pelo menos nos últimos quinze anos, não tem recebido da sociedade brasileira, da sociedade da qual ele é parte e parte fundamental, não tem recebido, como dizia, a parcela justa que lhe deveria caber desta riqueza nacional que ele, com seu trabalho, com o seu esforço, com a sua dedicação, contribui para o seu crescimento.

E, ainda agora, Sr. Presidente, ao tomar conhecimento do reajustamento do salário mínimo, decretado para ter vigência a partir de amanhã, verificamos que continua em vigor aquela idéia, aquela política salarial que resulta em prejuízo constante, crescente, para os rendimentos do trabalho, do fator trabalho, por conseguinte, do cidadão trabalhador brasileiro.

A mera recomposição do poder aquisitivo do trabalhador, ao fim do período de um ano, mesmo que seja uma recomposição integral, honesta, isto é, um reajustamento igual ao crescimento dos índices do custo de vida observados no País, mesmo que haja essa recomposição integral ao fim de um ano, deu-se uma perda efetiva, uma perda concreta sobre os rendimentos do trabalhador, na medida em que o custo das mercadorias, o custo das coisas que ele paga e de que ele necessita para sobreviver vai crescendo, não descontinuamente de ano em ano, mas continuamente ao longo dos meses, das semanas e dos dias.

Por conseguinte, se imaginarmos um gráfico em que a curva do custo de vida sobe continuamente e a curva dos salários se configura através de uma escada, com patamares horizontais e subidas descontínuas verticais de ano em ano, toda essa área correspondente entre a curva da subida do custo de vida e o patamar horizontal de cada ano em que o salário fica congelado corresponde à perda real, à perda concreta, efetiva, dos rendimentos do trabalhador. E se atentarmos para o fato de que as rendas do fator capital são reajustadas não de ano em ano, mas de três em três meses, pelo menos, através do mecanismo da correção monetária, então fica patente, fica flagrante, a injustiça do tratamento, a disparidade do tratamento injusto que penaliza justamente o fator trabalho, isto é, penaliza o trabalhador brasileiro. De modo que já não queremos falar em produtividade, porque, a rigor, para que não se concretizasse essa perda, o reajustamento do salário deveria compor-se de três parcelas; uma parcela que cumprisse a função de reajustar o poder aquisitivo; outra parcela que compensasse essa perda a que me referi, pelo fato de os salários terem ficado congelados durante um ano e o preço das coisas, das mercadorias, se ter elevado continuamente durante esse período; e uma terceira parcela correspondente ao aumento de produtividade de toda a economia nacional, para a qual o trabalhador contribuiu com todo o seu esforço, com o seu aperfeiçoamento, com a sua parte, enfim.

Sr. Presidente, esta insistência da política de reajustar apenas o que diz respeito à primeira parcela, à recomposição do poder aquisitivo, constitui uma política de penalização, com a qual nós não podemos concordar, da qual temos sistematicamente dissentido, contra a qual temos protestado, temos lutado, e continuaremos a lutar para que seja reformulada, para que o trabalhador brasileiro

realmente receba aquilo que de justiça lhe é devido, pela contribuição que ele dá ao engrandecimento do País.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Roberto Saturnino, é de se salientar que, este ano, a decretação dos níveis de salário mínimo foi antecedida por vários pronunciamentos do Sr. Ministro do Trabalho. Através da televisão, S. Exª apontou algumas fórmulas de que se valeria o Governo para a fixação dos novos níveis de salário mínimo. Lamentavelmente, nenhuma daquelas sugestões aventadas pelo titular da Pasta do Trabalho chegou a ser acolhida pelo Senhor Presidente da República, que é quem, em última instância, decide no País. Veja V. Exª, nobre Senador, que nem sequer aquela gradativa redução das regiões em que se subdivide o País, nem isso foi alcançado pelo decreto presidencial. Recorde-se que o anterior já iniciara um trabalho, um esforço nesse sentido, tentando diminuir o número dessas regiões subdivididas. Lamentavelmente, porém, em 1979, o decreto veio puro e simplesmente com a fixação desses níveis, que longe estão de corresponder aos legítimos anseios da classe operária do País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — Agradeço o aparte de V. Exª, que ilustra muito bem as hesitações, as divergências, a falta de definição, enfim, do Governo por uma melhoria no tratamento concedido ao operariado, ao trabalhador brasileiro. V. Exª lembrou bem declarações que a imprensa publicou, do Sr. Ministro do Trabalho, a respeito de suas idéias, de seus projetos, dentre os quais pontificava aquele de fazer reajustar os salários pelo menos num período de 4 em 4 meses, 3 vezes ao ano. Lemos, com interesse, as declarações de S. Exª, e aguardamos os acontecimentos.

A verdade é que o 1º de maio seria um dia próprio, um dia absolutamente adequado ao anúncio oficial de uma iniciativa dessa natureza. E, lamentavelmente, ficamos nós frustrados e decepcionados, imaginando que muito mais frustrados ainda, e muito mais decepcionados ainda devem estar os trabalhadores brasileiros. Os fatos desmentem as declarações do Ministro do Trabalho, o que, aliás, não nos surpreende, dado que, por ocasião da intervenção nos sindicatos do ABC de São Paulo, tivemos também oportunidade de verificar uma divergência, uma dicotomia entre as opiniões do Sr. Ministro Murilo Macedo e as medidas efetivamente tomadas pelo Governo. Se não estou equivocado, S. Exª chegou mesmo a anunciar que a intervenção seria breve, que os dirigentes sindicais do ABC retomariam os seus lugares à testa dos respectivos sindicatos, entretanto, mais uma vez, os fatos estão desmentindo as declarações e as intenções do Ministro Murilo Macedo.

Sr. Presidente, todos nós, os trabalhadores e nós que defendemos esta política de melhoria no tratamento dado ao contingente trabalhista brasileiro, ficamos decepcionados com o reajustamento minguaço, com o reajustamento curto, dentro daquela visão estreita do salário mínimo, de recompor apenas o seu poder aquisitivo, sem atentar para a recuperação, a compensação pela perda durante o ano e mais aquele acréscimo referente à produtividade.

Sr. Presidente, como eu disse no início, a nossa intenção é homenagear o trabalhador brasileiro, e achamos que nada mais próprio, nada melhor para consubstanciar esta homenagem do que anunciar, também, a esta Casa, que o nosso Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, vem de constituir uma comissão de Senadores, de Deputados e de membros do Partido não parlamentares, com o objetivo de formular, em entendimentos com as Lideranças sindicais autênticas e emergentes neste País, um conjunto de projetos que tenha por finalidade remodelar, atualizar, modernizar, toda a legislação sindical e trabalhista de nossa Pátria.

Queremos chamar a atenção especificamente para alguns pontos que serão objeto especial de nossa preocupação. Por exemplo, a questão da estabilidade, que achamos perfeitamente possível compatibilizar com o Fundo de Garantia, de modo que se elimine este recrudescimento, esta intensificação da rotatividade da mão-de-obra em quase todas as empresas do País.

É possível, é viável — entendemos — compatibilizar as duas coisas e dar ao trabalhador aquele mínimo de segurança para que ele exerça a sua profissão sem as preocupações com o dia de amanhã, conforme atualmente está acontecendo com muitos desses nossos concidadãos.

Ao mesmo tempo, achamos que é perfeitamente possível, que é perfeitamente viável introduzir medidas eficazes, medidas concretas que consubstanciem uma nova política de emprego no País, uma nova política que altere as proporções em que se empregam atualmente os fatores capital e mão-de-obra, de modo a solicitar mais, de modo a aumentar a demanda do fator mão-de-obra que, por esta via, seria, então, valorizada.

A este respeito, também gostaria de chamar a atenção, lembrando ainda o aparte do Senador Mauro Benevides, que lemos algumas declarações, senão me engano até algo que ficou resolvido em uma reunião recente do Conselho de Desenvolvimento Social, acerca de uma reivindicação que há muito tempo colocamos, que há muito tempo vínhamos defendendo nesta Casa — a alteração do sistema de cobrança dos encargos sociais, de tal forma que ele recaia sobre o faturamento, e não sobre a folha de pagamento, para que não se penalize o emprego de mão-de-obra. Ao contrário, se dê aos empresários, às empresas brasileiras a oportunidade de elevarem o seu contingente de mão-de-obra empregado, adotando, entre outras medidas, a valorização do fator trabalho, do fator mão-de-obra e de aumento, por conseguinte, das oportunidades da empresa.

Assim também, dentro da nossa lista de preocupações e de prioridades, a questão da política salarial e a questão do direito de greve, esta última intimamente vinculada ao problema da política salarial, sustentamos que o direito de greve é o único, é absolutamente o único instrumento capaz de equalizar as duas forças de interesse, em confronto, entre o empregador e o empregado, a empresa e o seu trabalhador. Só o direito de greve dá ao trabalhador a possibilidade de se equilibrar em termos de poder de barganha, enfim, com aquele que o emprega, com aquele que lhe paga os salários, que é o empregador.

Sr. Presidente, ainda dentro desse rol que pretendemos transformar em medidas concretas, em propostas concretas, já que essas propostas anunciadas pelo lado do Governo até agora não apareceram, vamos-nos dedicar também à questão da autonomia, da independência, da liberdade dos sindicatos em relação a essa tutela governamental, a essa possibilidade de intervenção que, lamentavelmente, vem de se verificar agora nos sindicatos mais organizados e mais fortes de São Paulo.

Enfim, Sr. Presidente, faremos toda uma apreciação do problema da inflação, do custo de vida e da ponderação entre os rendimentos do trabalho e os rendimentos do capital, mostrando que, nos últimos anos, os grandes favorecidos, os grandes beneficiários têm sido os detentores do capital, principalmente, fora de qualquer dúvida, os detentores do capital financeiro, isto é, aqueles que dispõem de dinheiro, de excedentes monetários, para emprestar a juros — os prestamistas, os banqueiros, os financistas, de um modo geral — enquanto que, do lado do trabalho, o tratamento foi aquele a que me referi logo no início deste pronunciamento.

Sr. Presidente, ainda deveremos dedicar alguns capítulos fundamentais, alguns pontos essenciais aos problemas do trabalhador rural, notadamente à questão da sua aposentadoria, hoje injustificadamente baixa, assim como a esse estado de coisas que gerou o *bóia-fria*, o sacrificado *bóia-fria*, esse homem que não tem nenhuma vinculação, nenhuma segurança, praticamente nenhum direito. Reconhecemos que esse problema começa a surgir também no meio urbano. O *bóia-fria* urbano começa a aparecer, na medida em que

empresas, chamadas empreiteiras, se especializam em fornecer mão-de-obra para outras empresas, sem que os trabalhadores, que labutam nessas outras empresas, tenham com elas nenhuma vinculação empregatícia, gerando toda uma situação, de instabilidade, de insegurança para esses chamados *bóias-frias* urbanos.

Enfim, Sr. Presidente, são estas as preocupações profundas que os homens do meu Partido têm hoje, a tal ponto que criamos uma Comissão específica para estudar o assunto, Comissão composta de Senadores, Deputados e outros integrantes do Partido.

Pretendemos apresentar algo de concreto, algo que realmente reflita os anseios, reflita o pensamento, reflita, finalmente, as grandes reivindicações do trabalhador brasileiro, esse concidadão que pretendemos hoje, desta tribuna, com estas palavras, homenagear na véspera da sua data, na véspera desse grande Dia Mundial do Trabalhador que é o 1º de Maio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Sr. Presidente, uma das coisas que mais me agrada no nobre Senador Roberto Saturnino é que S. Exª afirma e, afirmando, automaticamente nos proporciona o debate.

S. Exª começou por dizer, a título de homenagear o trabalhador brasileiro, que este vive contido no seu salário há quinze anos. Depois S. Exª fez incursões sobre os valores do salário mínimo, e, como não poderia ser diferente do procedimento de um Membro da Oposição, foi cáustico na análise dos valores concedidos. Crescendo no seu espírito crítico, atingiu o Ministro do Trabalho, criticou a intervenção nos sindicatos, criticou não ter sido posta em prática uma idéia que S. Exª chegou realmente a expor à imprensa, da possibilidade de um aumento de quatro em quatro meses, lembrou a necessidade de uma política salarial, preconizou o direito de greve como único meio capaz de equilibrar as tensões entre patrões e empregados, reclamou autonomia para os sindicatos e se queixou de que a aposentadoria do FUNRURAL é baixa, hoje.

Temo, aí, uma gama de assuntos para contraditar S. Exª

Em primeiro lugar, já seria a renovação, e não a primeira renovação, já várias vezes feita, aqui, nesta Casa, para que, em Comissão Técnica sobretudo, o MDB nos provasse os 15 anos de perda do poder salarial a que se denominou arrocho salarial. Seguindo fontes de que se serve o próprio Senador Roberto Saturnino, indicaríamos, ao contrário, como no último documento de outubro — não sei se estou equivocado, mas seguramente do ano passado — do Banco Mundial, que assevera que, a partir do segundo semestre de 1978, houve incremento real do salário das categorias organizadas.

Houve sem dúvida, Sr. Presidente, e manda a nossa honestidade confirmá-lo, um achatamento salarial que merecesse essa designação, com alta densidade psicológica e política —, arrocho salarial, entre os anos de 1964 e 1968, exclusive o segundo semestre, ou seja, quando o resíduo inflacionário foi calculado, não diria jamais intencionalmente subestimado, mas como resultado natural de uma política antiinflacionária que estava dando grandes êxitos ao Governo, a ponto de permitir que, em 1963, mais de 80% de inflação, em 1964 uma expectativa de inflação de 144%, que somente nos três últimos meses do Governo do Dr. João Goulart, ou seja, os três primeiros meses do ano de 1964, a inflação acumulada foi de 24%. Tendo o Presidente Castello Branco conseguido êxito de cortar essa inflação a pouco mais de 80%, era natural que, no ano seguinte, tendo obtido novo êxito cortando a inflação a 40%, que ele admitisse que essas quedas de 50% seriam previsíveis para os anos seguintes. De modo que se veio a fixar como resíduo inflacionário, para os anos de 1966/1967, o valor de 10% o que foi desgrazadamente irreal. Nessa ocasião, sim, o trabalhador tinha o seu salário corrigido à base dos

supostos 10% de inflação e, num determinado ano, a inflação chegou a 40% e, no ano seguinte, chegou a 24,5%. Nesses dois anos, sem dúvida nenhuma, houve achatamento salarial, corrigido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pela Lei de agosto de 1968, que os poucos líderes sindicais à época não admitiam que tivesse sucesso e não admitiam porque não criam que ela viesse a ser mensagem do Governo. Fui ao Presidente Costa e Silva, mostrei-lhe o quadro, a análise real da diferença que estava havendo em detrimento do bolso do trabalhador e S. Ex^a autorizou duas medidas: primeira, um abono de 10% dado a todos os trabalhadores brasileiros, na altura de agosto de 1968, quando ocorria a greve dos metalúrgicos de Minas Gerais, que tinham sido os últimos a fazer o reajuste de salário de acordo com o índice estabelecido pelo Plano de Ação Econômica do Governo. Portanto, eram aqueles que mais estavam sentindo na carne os efeitos desse achatamento.

Depois daí, Sr. Presidente, tenho documentos do Banco do Brasil. Tenho documentos da Fundação Getúlio Vargas, mostrando que a linha decrescente da inflação brasileira acabou sendo seccionada pela linha crescente dos salários, a partir de 1968, porque se dava o valor do resíduo inflacionário, que aumentamos em 50%, no ano de 1968, para as previsões de 1969, e a eles, um valor fixo de participação a título de produtividade, uma vez que não tínhamos as contas nacionais para a produtividade por empresa, nem produtividade por setor e, conseqüentemente, só poderíamos tratar da produtividade nacional. Esses valores foram secantes e a curva de salário se sobrepôs à curva do custo de vida, até o ano de 1973, quando tivemos um novo problema, um problema que estas duas Casas já debateram à saciedade e que o Ministro Delfim Netto, ainda antes de ser de novo Ministro da República, agora na Pasta da Agricultura, veio à Comissão Parlamentar de Inquérito de Salário e deixou os seus argumentos irresponsáveis para os Oposicionistas que lá se encontravam.

Sr. Presidente, creio mesmo, com bastante de audácia em relação ao Sr. Ministro Delfim Netto, cujo talento acho dos mais notáveis dos brasileiros contemporâneos, que houve um prejuízo, em 1973, e que esse prejuízo deriva de uma extrema dificuldade, que está exatamente na fixação do valor real do custo de vida, pois que é resultado de uma média que se monta sobre outras médias. Começa por ser uma família média, que teria em média cinco dependentes e que, em média, comeria um pacote de alimentação calculado, onde evidentemente entra um milésimo de miligrama de fiambre — já não digo caviar — entra uma boa parcela de feijão, entra uma parcela de salário para pagar transporte, para pagar despesas com a educação, para pagar moradia, de modo que tudo isso se compõe para que a Guanabara funcione como média nacional. E nós, hoje, sabemos perfeitamente, por alguns órgãos que funcionam paralelamente, como por exemplo, a Prefeitura do Estado de São Paulo, lá o IDESP, órgãos no meu Estado do Pará, na área de Minas Gerais, na área do Rio Grande do Sul, ora ligadas à universidade, ora ligadas a órgãos públicos que também já fazem o acompanhamento do custo de vida, prova-se é que a média não é assim tão média, razão pela qual, abastecendo-se a Guanabara de produtos no ano de 1973, ela figurou a média para o Brasil inteiro que, na verdade, talvez só fosse válida para o Estado da Guanabara ou para a Cidade do Rio de Janeiro. Que o Ministro Delfim Netto não concorde, não aceite a crítica, admitamos que ela fosse justa, mas esse mesmo valor, recalculado pelo Professor Julian Chacel, que é um homem respeitável da Fundação Getúlio Vargas, mostrou que se tivessem sido liberados os preços em 73, em vez dos 15% de inflação nós teríamos chegado aos 23% de inflação. Ora, isto corresponderia a seis, sete ou oito por cento de variação salarial, para o resto do Brasil, não para a Guanabara.

Posteriormente, no Governo do Presidente Ernesto Geisel, o que se declarou — e o Ministro Prieto fez essa declaração sem ouvir nunca quem lhe opusesse uma ressalva, contundente ou não, mas que desmoralizasse a afirmativa do Ministro — era que em parte esses valores teriam sido recuperados com os aumentos dados acima do

custo de vida. Aí está porque o primeiro ponto versado pelo Senador Roberto Saturnino encontra a minha mais formal oposição. E eu comentaria mais, nobre Senador; é baseado nessa tônica, é baseado nessa intriga de que há quinze anos o Brasil, através da sua revolução, está tomando dinheiro do trabalhador para dar ao rico, é baseado nisto que hoje eclodem por todo o País as greves de todos aqueles que acreditam nesse *slogan* piamente e acham que agora devem ir buscar onde alguém tenha amalhado o dinheiro que deles foi roubado, foi retirado. É um *slogan* político de alta significação, em palanques sobretudo, mas que temos o dever, como homens do Governo, de brasileiros, acima de Partido, de discutir com a maior serenidade.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ouço com o prazer, de sempre o nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Sugiro, nobre Líder da Maioria, que façamos em conjunto um pequeno cálculo com os dados oficiais do Governo, da Fundação Getúlio Vargas, com todas as restrições que se possam fazer, mesmo por dificuldades de estabelecimento desses índices, mas tomemos os índices oficiais publicados e façamos um pequeno cálculo de quanto evoluiu. Vamos tomar um período de 15 anos, Senador Jarbas Passarinho, porque os períodos pequenos são muitas vezes carregados dessas circunstâncias que realmente distorcem a apreciação, o confronto. Num período de 15 anos esses fatos circunstanciais se dissolvem, se diluem. Tomemos a evolução do salário real nos quinze anos depois de 64 e vamos comparar com a evolução do salário real nos 15 anos anteriores a 64. Se o salário real não cresceu menos nesses 15 anos, nobre Senador Jarbas Passarinho, rasgo meu diploma. Deveria ter crescido mais, porque a produtividade na economia nacional se elevou mais. Então se houvesse justiça social, se esse *slogan* fosse tão falso quanto V. Ex^a está pretendendo dizer, então o salário real deveria ter crescido mais nos últimos 15 anos do que nos 15 anos anteriores a 64. E, no entanto, isso não se deu. O crescimento foi significativamente menor, apesar da taxa de inflação ter sido maior nestes 15 anos do que nos 15 anos anteriores. V. Ex^a pode conferir o que estou dizendo. Estou afirmando porque fiz esses cálculos. Então não há nenhuma razão para explicar, a não ser esta, o resultado de uma política governamental que realmente penalizou o trabalhador e que é o fundamento desses movimentos reivindicatórios que V. Ex^a quer apenas atribuir à força do *slogan*, quando não é. Existem dados da realidade que estão por debaixo disso tudo e que estão aflorando neste momento em que realmente se abriu uma válvula de respiração para essas reivindicações. Mas este cálculo é um dado concreto. Vamos comparar a evolução do salário real nos dois períodos e comparar também com o aumento de produtividade que ocorreu na economia brasileira.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — É evidentemente uma colocação nova que V. Ex^a está fazendo, no seu aparte.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Mas bastante concreta, nobre Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ouvi V. Ex^a e o ouvirei sempre com prazer. Não se torne veemente porque V. Ex^a não conseguirá ser veemente com este seu pobre colega.

Em primeiro lugar, é uma colocação nova. Já, agora, não se compara 64 para frente, para mostrar que houve arrocho salarial. Agora, quer se comparar qual teria sido o ganho real de 64 a 77, comparado com 64, há 15 anos. Aceito a discussão com V. Ex^a, aceito e vamos para ela.

Agora, o que normalmente aqui V. Ex^{ts} têm afirmado é que de 64 para baixo, o que houve foi uma perda real de salário em benefício do dinheiro, em benefício do capitalista, em benefício da área financeira, que V. Ex^a acabou de citar. E esta eu não tenho diploma de engenheiro para rasgar e não teria prazer algum em ver V. Ex^a rasgar o seu. Mas esta eu convido V. Ex^a e repto V. Ex^a a me provar o contrário. É nessa que me baseio, porque quando cheguei a Ministro do Trabalho e Previdência Social segui, precisamente, a política salarial preconizada pelo Governo. Eram três os instrumentos para conter a inflação: um era o déficit de tesouro, fosse ele federal, estadual ou municipal, e se cumpriu perfeitamente, saímos daqueles déficits fabulosos do passado, em que funcionava a maquina de produzir dinheiro, a guitarra, como era chamada na gíria; saímos dos aumentos, acima do custo de vida, dados para o trabalhador, dependendo do tipo de trabalhador, nobre Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a fala "se houvesse interesse em favor do trabalhador". Fui Ministro daquela área. Se houvesse interesse em favor do trabalhador eu não teria encontrado o Ministério do Trabalho com 300 inspetores, um dos quais, sem demérito nenhum para ele, mas só para mostrar e evidenciar a completa inadequação, o Sr. Sebastião Prata, que é conhecido como Grande Otelô. Trezentos inspetores para policiar o quê? Só em São Paulo, havia 100 mil empresas cadastradas. Que Governo era esse que tinha interesse em proteger o trabalhador, quando qualquer governo que queira protegê-la sabe que, de acordo com aquela frase de La Cordaire, "na luta entre o fraco e o forte, só a lei liberta". Só a lei. Não posso deixar o fraco contra o forte, dizendo que cada um é livre para fazer o que quiser. E a lei era o Ministério do Trabalho que deveria estar ali fiscalizando a execução daquela lei. Enquanto verificamos esses mesmos metalúrgicos de São Paulo obterem, em 1963, 87% de aumento dos salários, os padeiros tiveram zero e os alfaiates tiveram 25%.

Ah! Havia brasileiros mais iguais do que os outros. Vamos usar aquela velha frase, muito usada pelo próprio MDB e, já, por seu turno, muito conhecida. "Todos os homens eram iguais, mas uns eram mais iguais do que os outros." Todos mereciam apoio do Governo, mas o Governo só apoiava, naturalmente, aqueles que lhe podiam dar, em contrapartida imediata, ação de massa na rua, prestígio político. E o que eu insisto em provar aqui é que havia três pontos na luta antiinflacionária. Dois que aqui citei e o terceiro que seria, exatamente, a expansão de crédito das empresas. E provo que até 1973 tivemos um resultado brilhante com essa tática. De 1964, com a maior correção, até 1967 e até o primeiro semestre de 1968 houve, penosamente, o sacrifício do trabalhador, porque ele ficou abaixo do salário que merecia receber. E são fatos dessa natureza que V. Ex^a, naturalmente, com a inteligência que Deus lhe deu, já quer colocar na nova comparação feita, porque sabe que a partir do momento que compararmos 64, 65, 66, 67 e o primeiro semestre de 1968, com o prejuízo real de salário, evidentemente, isso contaminará a série de 15 anos a que V. Ex^a está se reportando.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Uma série anterior, nobre Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Este é um ponto que eu gostaria de caracterizar, como disse. Provo e provarei com a mesma fonte. Provo com o IBGE. Lastimo que V. Ex^a, nas suas palavras, como sempre tão sensato e tão gentil, tenha dado a impressão de fazer qualquer tipo de restrição à Fundação Getúlio Vargas, enquanto teve o cuidado, — cavalheiresco que é na sua maneira de dizer e de falar — de dizer que a Fundação não é tão exata, menos pelo defeito dos homens, e mais pela dificuldade de estrutura. Mas V. Ex^a que é, aqui, o oráculo de todo nós, da Oposição naturalmente, em matéria de economia, V. Ex^a, quando bate palmas e apóia a indicação do DIEESE, não disse que o DIEESE tem infinitamente menos estrutura do que a Fundação Getúlio Vargas. Segundo V. Ex^a, o DIEESE disse a verdade, mas a Fundação Getúlio Vargas,

que não é um órgão do Governo, que não é um órgão oficial, mas, como todos sabem, vive às expensas de grande parte de verbas do Governo, é argüida de duvidosa, de suspeita.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Acho que meu aparte era uma breve observação a uma advertência de V. Ex^a quanto à escolha de um período em que teria havido essa ou aquela circunstância desfavorável. Queria apenas lembrar que, quando se toma um período grande é exatamente para diluir essa diferença. Porque, no período anterior também há de ter havido circunstâncias desfavoráveis: luta contra a inflação, aqui ou ali, enfim, um período ou outro em que o trabalhador tenha sofrido uma paralisação qualquer. Então...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — V. Ex^a não é mais velho do que eu, é bem mais moço, e posso dizer que nesse período em que vivi, o mesmo período anterior, eu dizia, muitas vezes, como militar da ativa vou sofrer um aumento. A queixa era generalizada, porque nós, funcionários militares, funcionários públicos, não tínhamos direito às greves.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RS) — E não obstante...

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Mas não em certa área elitista, que acabou se transformando em elitista da área do trabalho.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Mas, Senador Jarbas Passarinho, não me estou referindo nem à área elitista; vamos tomar o salário mínimo que, afinal de contas, nada tem de elitista; vamos tomar o salário mínimo ou o salário médio, como V. Ex^a quiser, mas o que quero dizer, é que nos 15 anos anteriores, apesar da taxa de inflação ter sido menor, apesar da taxa do aumento da produtividade ter sido menor, os ganhos reais dos trabalhadores foram maiores. É somente isso que estou desejando constatar.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Vou dar o aparte ao nobre Senador José Lins, e volto, imediatamente, ao calcanhar de V. Ex^a — se me permite a metáfora — para continuar a discussão.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Líder, estou de acordo em que é necessário fazer um pouco de justiça à política salarial do Governo — que não é a ideal — de vez que concordamos que o grande problema do desenvolvimento brasileiro se relaciona, hoje, com uma melhor distribuição da renda e com o levantamento dos níveis de vida das populações menos favorecidas. Quanto a isso, não há dúvida. Entretanto, é inegável quem nos últimos quatro anos têm nos assistido a uma grande abertura — não talvez a ideal — no sentido de que sejam atingidos esses objetivos. Por outro lado devemos convir que nem o problema da inflação nem o dos salários são prerrogativas dos Governos da Revolução. Por exemplo, entre 1959 e 1963 o menor salário mínimo caiu 26%. Todavia, entre 1963 e 1978, esse mesmo salário subiu 110%. Ora, isso significa que a situação não é tão vexatória como se quer dar a entender. É verdade que o maior salário mínimo, que havia caído entre 1959 e 1963, de 20% caiu, ainda, entre 1963 e 1978 cerca de 10%. Mas, isso vem em favor da tese defendida pelo MDB de que os salários mínimos devem ser iguais, isso é, de que não deverá haver diferenças entre o maior e o menor salário mínimo. Pois isso está sendo feito pela elevação sistemática do valor real do menor salário mínimo. Por outro lado, é interes-

sante observar que, se a política salarial fosse desastrosa — como às vezes se quer dar a entender — não teríamos jamais conseguido os elevados índices de crescimento de bem-estar social da família brasileira. Sabemos, por exemplo, quanto à saúde que passamos do nível de 5 anos de expectativa de vida para 63, e quanto a educação, de 6 milhões para 25 milhões de alunos nas escolas. Em suma, todos os índices relacionados com o bem-estar social — e V. Ex^a deve tê-los às mãos — tiveram uma evolução bastante significativa. Ora, a realidade dessas conquistas reais do povo brasileiro estão a indicar que nem tudo está errado como se diz. Era esta a observação, nobre Líder, que eu desejaria fazer. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Tomo seu aparte e vou dar mais um pouco de instrumento ao nosso preclaro Senador pelo Estado do Rio. Realmente, agora o nobre Senador José Lins levantou uma questão que me parece interessante, que é provar pelo oposto. Se nessa área os trabalhadores, como V. Ex^a diz, têm sido tão esmagados em seu valor real de salários — e, desde logo, encontrou a minha oposição — então, teríamos o empobrecimento nacional, caracterizado por um perfil. Quando se dá esse perfil dos indicadores sociais a que se referiu o Senador José Lins, note-se que coisa curiosa: a população economicamente ativa cresceu e por uma razão muito simples: é que a oferta de trabalho conseguiu sobrepujar os quase 3% de crescimento da população, crescimento demográfico alto, violento. Lá, no Nordeste, se não estou equivocado, um milhão de criaturas novas faz 18 aniversários por ano. Então, foi possível empregar essa gente. Segundo, poder-se-ia dizer: mas isso é um subemprego, daí então, caracterizar. Vejamos: quem é empregado num subemprego, comparado com os anos anteriores — e isso comparo com 1963, que é um marco muito caro ao seu coração e ao meu também, embora, talvez, por motivos diversos — a população econômica total era de vinte e quatro milhões e seiscentos e oito mil pessoas; a população economicamente ativa total, em 77, subiu para quarenta milhões e trezentos e noventa e três mil, com o crescimento, no período, de 64%. E a não agrícola subiu de 48 para 63. A renda média real — veja V. Ex^a que longe de mim querer arriscar a rasgar o seu diploma, mas é que estamos nos referindo a 63 e 77 — a renda média real, a preços de cruzeiros em 77: de mil e duzentos e sessenta e dois para três mil e oitocentos e cinquenta e oito, ou seja, houve o crescimento de renda média real de 205% da população econômica ativa brasileira. Então, o resto seria interessante mostrar: fogões e geladeiras em percentagem do total de domicílios. Domicílios em 63 que dispunham de geladeiras não chegavam a 15%; em 77, 46,4%; rádio de 41 para 80%; televisão, 7,5 para 53% — eu acho aí inclusive que há um fator perturbador — digo com o que me parece devia ser minha honestidade —, porque a velocidade da aceleração da compra de televisores se deu muito depois de 63; mas, de qualquer maneira, teríamos uma comparação. Automóvel, 4,1 para 18,6%. E vi várias vezes V. Ex^a pregando aqui, no que me convencia, a necessidade de pormos cobro apenas ao crescimento da indústria automobilística num País que não deveria estar voltado para este campo, sobretudo com um esforço maior na área industrial.

Bem, mas o que mais me impressionou, nobre Senador Roberto Saturnino, foi exatamente aquilo que V. Ex^a falou e que o Senador José Lins citou, usando dados conservadores da Fundação Getúlio Vargas. Eu não vou usar esses, vou usar os do DIEESE, que V. Ex^a já conhece bem. Aqui, nesta Casa, o nobre Senador Marcos Freire já apresentou um projeto de correção salarial de 3 em 3 meses — 4 é do Ministro do Trabalho; e aqui, nesta Casa, eu apoiei um projeto do Senador Nelson Carneiro, de 6 em 6 meses, e sei que o meu voto como Relator foi muito bem recebido na sua Bancada. Mas, infelizmente, fomos vencidos todos. Acontecia que, no projeto do Senador Nelson Carneiro, com o meu substitutivo, a correção de 6 em 6 meses não era automática; ela dependeria do comportamento da inflação e automaticamente da economia, mostrando, portanto, ser uma atitude cautelar e cautelosa ao mesmo tempo. Foi aí que eu

me surpreendi, verificando que o projeto não recebia apoio na Comissão de Economia, porque o Senador Franco Montoro, apresentava um parecer e neste parecer S. Ex^a defendia de novo a tese do Senador Marcos Freire contra o projeto do Senador Nelson Carneiro. E não sei se inadvertidamente ou não o Senador Franco Montoro incorporou ao seu parecer uma série histórica do DIEESE e não mais da Fundação Getúlio Vargas, e que agora vem de 59 para cá; quer dizer que já começa a se aproximar dos seus 15 anos; já estão 5 ou 6 para trás.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Certo. É como se deve analisar essas evoluções, em períodos longos.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Felizmente, V. Ex^a não falou em salário mínimo, senão teria um pavor de que em seu diploma, que tanta honra nos dá, viesse a ser feito pelo menos em corte numa das suas pontas de papel.

Confesso que acho os dados do DIEESE perfeitamente discutíveis, porque tem os do IBGE e tem os da Fundação Getúlio Vargas que não são semelhantes, embora o ano de referência do DIEESE seja 59 e o ano de referência da Fundação Getúlio Vargas seja 1960. Mas, ainda assim se pode recompor o quadro. Eu tentei recompor em casa.

E veja V. Ex^a: salário mínimo nominal, Cr\$ 5,90; salário mínimo real, a preços de 77, Cr\$ 2.404, 55, em janeiro de 1959. Tomamos o índice 100 para este salário — índice 100. Quem governava o Brasil em 1959? O notável estadista Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Não era, como se sabe, homem do PTB — era do PSD, embora o seu Partido tivesse o apoio do PTB e o PTB tivesse o apoio nas organizações previdenciárias. Todos os institutos eram considerados um campo sagrado de atuação do PTB. Índice 100, portanto, no Governo do Presidente Juscelino. Chega o ano de 1960, e o índice já tinha caído para 70; chega janeiro de 1961 — portanto, acho que não estou equivocado, antes da passagem da faixa ao Presidente Jânio Quadros — subiu para 85. Então: 100, 70 e 85. Em janeiro de 1962, caiu para 82; eu lastimo, porque, nesse período, o nobre Senador Franco Montoro foi Ministro do Trabalho, e nós sabemos da coragem que ele tem, a luta que ele faz, o zelo pessoal que tem pela melhoria do salário mínimo, e, no entanto, desgrazadamente, no seu período, ainda baixou um pouco. Isto, segundo o DIEESE, porque, segundo os dados da Fundação, de que disponho, é o contrário: no período do nobre Senador Franco Montoro, melhorou um pouco. Mas, agora, quero ficar com o oráculo, porque, volta e meia, a Oposição quase que — em termos apenas metafóricos — os esfrega no nosso pobre rosto de defensores do Governo. Chega janeiro de 1962, o Dr. João Goulart, como disse, 82. Em janeiro de 1963 — eu espero que o Sr. Senador Franco Montoro não seja mais do Governo — caiu para 76. E, em janeiro de 1964, com toda a pressão social já existente, com tantas belas palavras sobre reforma social e da estrutura de uma sociedade injusta, o salário mínimo desce ao seu mais baixo valor: 42. Significa que nesses seis anos a queda vertical do salário mínimo se deu de 100 para 42, perdendo 58 pontos do seu valor real. Insisto: DIEESE. Então, mais da metade do seu valor. Dir-se-á: mas, continuou caindo. E aí então é que eu já aceitaria o repto de V. Ex^a no segundo caso: comparar 15 anos com 15 anos.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Continua de pé. Não tome como repto um convite para esse debate, que continua de pé, porque V. Ex^a pega um período curto e ocorrem circunstâncias desfavoráveis aqui e ali. Mas, vamos pegar um período longo, uns 15 anos pós-64 e uns 15 anos antes de 64 e vamos comparar.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Senador, por isso que eu falei em série histórica. V. Ex^a há de pelo menos me cometer a justiça de não admitir que eu, com alguma conotação matemática que tive, vá chamar de série histórica três algarismos.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Não, estou falando realmente em série. De 1969 a 1977. Ai já é uma série. Em comparação, ela permanece homogênea. Concorda?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — É claro que o nobre Senador Roberto Saturnino tem razão. Para eliminar distorções, convém que se analise um período de tempo maior. Mas, há um ponto também muito importante, que não deve ser esquecido, que é o estudo das tendências. Nesse sentido é importante analisar os dados relativos aos últimos anos. É importante, porque estamos numa época de transformação e de ajustamentos, eu diria de humanização do desenvolvimento que tende incorporar, através de novas ações do Governo, mais benefícios para o povo brasileiro, como os decorrentes de uma melhor distribuição de renda e de melhores salários.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Se me permite o nobre Senador, há mais uma coisa, que o Senador Saturnino não nos quer desviar — não é do jogo de S. Exª esse tipo de combate — que é um *close*, uma aproximação sobre os valores vigentes no período de governos que se diziam populistas, totalmente zelosos com os interesses dos trabalhadores e voltados para o amor aos trabalhadores. Então, é evidente que esses números eu também tenho que analisar dentro da série, mesmo tendo que diluir no conjunto para tirar conclusões válidas. É fora de dúvida que os valores comparados entre 1959 e 1964 são muito importantes para nós e tanto são que o Dieese foi se referir, como dado básico, o ano de 1959 e não o de 1967. Daí, porque, insisti na mesma direção.

Ora, o nobre Senador José Lins mostrou que enquanto esse salário mínimo continua caindo, e em muitos anos ele vem caindo de 42 para 32, significando, portanto, um valor de aceleração bem menor na queda do que nos seis anos a que me referi. Vejo ainda uma explicação em favor dos Governos depois de 64; é que eu não tenho memória, na minha passagem pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, de que se fizesse treinamento de preparação de mão-de-obra nem intensiva, nem regular. O PIPMOI foi criado — depois anulamos o I para fazer Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra, nos setores primário, secundário e terciário — para colocar centenas de milhares de trabalhadores organizados. Eram apenas ajudantes, por exemplo, de uma construção civil; lançamos e começamos esse plano piloto na Guanabara, depois em Minas, depois no Rio Grande do Sul. Tomávamos mil empregados que eram ajudantes de pedreiro, ajudantes de estucador etc., gente que estava no limbo do salário mínimo, e tomávamos, com o patrão da empresa construtora, a garantia de que lá, por mais de duas horas, a obra ficaria à disposição desses empregados e do mestre-de-obra. Esse mestre-de-obra ia ao SENAI, aprendia como transmitir o conhecimento, trazia suas fichas organizadas para 40 ou 50 horas, dependendo do curso — estucador, bombeiro, carpinteiro ou o que fosse — e ao fim dessas 50 horas, em média, esses homens eram oficiais de uma profissão e não mais ajudantes. Ganhavam durante o período do curso, pelo Ministério, uma bolsa de alimentação: um copo duplo de leite e um cachorro quente, que talvez não tivessem nem em sua casa à hora do jantar, e recebiam do Ministério do Trabalho a ferramenta, de acordo com a profissão que haviam escolhido; se era bombeiro, recebia a tarraxa, aquela ferramenta com que trabalhasse; se era o pedreiro a colher de pedreiro, o prumo, e assim por diante.

Então, o Banco Nacional da Habitação se impressionou de tal forma pelo projeto, que correu a nós e resolveu ser sócio-capitalista, financiador da metade do curso, porque ele estava preocupado com o estrangulamento da mão-de-obra qualificada para a construção civil que estava em grande incremento. Foi o único que veio ao nosso encontro para nos ajudar.

Isso significava, nobre Senador Roberto Saturnino, valor real de aumento; não era valor de salário aumentado por decreto e consumido, em seguida, pela inflação residual ou não e assim por diante.

Então havia, é verdade — e durante o meu período houve — uma diminuição, não tão sensível, como no período do Dr. Goulart, mas uma diminuição de valor nominal de salário mínimo, porque o trabalhador estava ao mesmo tempo recebendo treinamento para se transformar em oficial de sua profissão. Então, há, pelo menos, esse aspecto.

Por outro lado, o Senador José Lins salientou o crescimento do salário mínimo, do menor salário mínimo.

Aqui está um documento do Ministério do Trabalho mostrando que, a preço de março de 1978, o menor salário mínimo tomado a partir de 1959 — toma-se Teresina por base para o menor salário mínimo pago no Brasil — decresceu 0,8% do seu valor até 1964. Depois ele cresceu 3,4% no período entre 1965 e 1970. E depois, de 1971 a 1977, cresceu 12,4%. Se V. Exª compulsar os dados do IBGE a respeito deste valor, vai verificar que Teresina, ano 1970, valor do salário mínimo real menor, com o 13º salário — pode-se tomar com ou sem o 13º salário — vemos a coluna com o 13º salário: Cr\$ 546,80. Pois bem, em 1977, o salário para Teresina era de Cr\$ 823,00, o que provou que, ao longo dos anos da Revolução, o salário de Teresina subiu mais de 50%. Isto não se mostra. Isto ninguém fala. E ninguém fala, em grande parte, porque nós não falamos. Porque não tinha graça que a Oposição fosse dizer que nós tínhamos tido qualquer êxito em qualquer canto.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Uma observação importante que deve ser feita também é a de que o problema do salário mínimo e o da incidência de trabalhadores nessa faixa está ligado à falta de formação da mão-de-obra. Creio que, em 1970, tínhamos, apenas 10% da nossa mão-de-obra com formação média, ao nível do ginásio, e apenas 3% com nível universitário. Por outro lado, a parcela de assalariados do salário mínimo vem diminuindo. Mas não podemos analisar o problema dos salários considerando apenas o salário mínimo. A análise do salário normal pago pela indústria, por exemplo, é importante; ora, os aumentos verificados nesses salários têm sido altos, haja vista o que vem acontecendo na indústria de transformação, onde o crescimento real de 1964 até 1977 foi de mais de 200%.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Aqui, por um trabalho da Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, e que confesso li pela primeira vez, declara o secretário que:

“Dentre os que ganham apenas o salário mínimo, o secretário de Emprego e Salário subtraiu os trabalhadores em atividades agrícolas (423 mil e 400) e os menores de 18 anos (313 mil e 700) chegando a conclusão de que apenas três milhões, 783 mil e 300 trabalhadores, no momento (porque a situação varia muito) irão se sustentar e as suas famílias com o mínimo.

Significaria um trabalho que eu gostaria de conhecer; até onde uma família pode viver com o trabalho apenas do seu chefe, com o valor do salário mínimo. Na verdade isso é extremamente difícil de entender, tão baixo é esse valor.

O que eu mostraria claramente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que hoje se mostra a Constituição mas não se mostrava ontem. Hoje se mostra a Constituição como se o salário mínimo tivesse sido uma grande conquista do passado, tivesse dado realmente garantia para que um pai de família pudesse manter uma família com seus dependentes, com todas as despesas a que já me referi, e até de recreação e

agora sim, não existisse por causa da desgraçada da Revolução, por causa da Revolução voltada para o mal, para o desejo sádico de explorar e liquidar o trabalhador.

É essa a comparação que eu também convido o Senador pela Oposição a fazer comigo: como era antes, como é depois. Se em quinze anos antes, quinze anos depois podemos; se em cinco anos antes, cinco anos depois também me cabe.

Eu gostaria de sustentar o que sustentei aqui; de 1964 para cá houve, até o fim de 1968, quebra de valor real, achatamento do valor real dos assalariados. Do segundo semestre de 1968 em diante houve, ao contrário, um incremento do salário real médio. Isto, eu não tenho diploma de economista para rasgar mas, evidentemente, se o tivesse não rasgaria o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Senador Jarbas Passarinho, não estamos duvidando das colocações de V. Ex^a. É claro, V. Ex^a se esforça por apresentar algum resultado positivo dos Governos que tem defendido, e isso é muito nobre de sua parte. Entretanto, está aqui colocado o convite; vamos pegar as séries de 15 anos e vamos analisar esses dados concretos globais. Se V. Ex^a quiser fazer uma outra comparação, eu também aceito neste caso o convite; seria o de comparar a evolução, na composição da renda nacional, da fatia referente aos salários, com a fatia referente aos lucros, aluguéis, rendas, juros, etc. Vamos comparar e ver como evoluíram essas duas fatias, no período X e no período Y. Acho que esses são os confrontos objetivos porque, é claro, se V. Ex^a vai procurar elementos positivos para defender o Governo, V. Ex^a vai encontrá-los, certamente. Ninguém está dizendo, aqui, que este Governo é o demônio, é o gênio do mau. Absolutamente!

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Já é uma voz a reconhecer isso.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Não. Não é novidade também. V. Ex^a, que acompanha os nossos trabalhos, poderá constatar isso nos nossos pronunciamentos.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não é novidade para um homem da sua sensatez mas, desgraçadamente, é para outros.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Não. V. Ex^a, também, está exagerando. Mas o que nós queremos é demonstrar que há uma política embutida nessa ação governamental que, realmente, tem favorecido muito mais o fator capital do que o fator trabalho. E nós queremos defender a tese de que é possível, é viável, sem nenhum caos, sem nenhuma revolução social, sem nenhum desmoronamento da economia, inverter essa tendência e dar maior retribuição ao fator trabalho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Veja V. Ex^a, como é que eu pretendo discutir. Nessa segunda parte eu estaria de acordo com V. Ex^a: é possível modificar isso? É. E não é só possível é desejável.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Claro.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — É desejável. O que eu mostraria, também, como concentração de renda, como V. Ex^a já salientou, ela existiu sempre, cronicamente numa distribuição dos ganhos no Brasil.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Também não contesto.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Eu sei, e nem coloco V. Ex^a como responsável por períodos anteriores. Eu sei de onde V. Ex^a vem, eu sei bem, e no caso de V. Ex^a me fica um pouco mais difícil de discutir, do que com outros, que fazem, exatamente, a comparação com os Governos populistas de certas épocas.

Mas, V. Ex^a cometeu, no meu entender, um engano que chega a ser injusto para com o Governo; foi quando V. Ex^a disse, se eu não estou equivocado, de que a aposentadoria do trabalhador rural é baixa hoje. Não! Aí sim, aí não dava margem para V. Ex^a se defender, nem defender a frase.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Não, nobre Senador, eu disse: é baixa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Ah! É baixa. Está bem; é baixa. Nós somos um País pobre...

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Se não me equivoco é meio salário mínimo.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Para alguns casos.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Mas, eu disse: é baixa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — O trabalhador rural, veja V. Ex^a, que nunca fora beneficiado por ninguém — é baixa, sem dúvida — mas, eu duvido que um trabalhador rural, um trabalhador do campo que jamais contribuiu para a Previdência, na hora em que estiver recebendo o seu salário de aposentadoria para a qual insisto, não contribuiu, que ele tenha a mesma posição pessimista e condenatória de V. Ex^a. É pouco, sem dúvida, mas é infinitamente mais do que qualquer Governo, que se dizia voltado para o trabalhador e voltado para o camponês, jamais lhe ofereceu. Aí está a diferença.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Mas, V. Ex^a não contesta a minha afirmação, concorda com ela: é baixa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Não, é baixa. Todos nós concordamos de que é baixa.

Ainda, hoje, eu lia no jornal, nobre Senador, que um Senador, nosso par, reclamava do seu salário achando que ele é muito baixo, também. De maneira que, todos recebemos pouco, com exceção talvez de alguns poucos, mas o resto todo recebe mal, e até nós que, acho, estamos na faixa dos abastados pelo Imposto de Renda, aqueles que ganham 80 mil cruzeiros por mês estão lá na lista — nós fomos ver esta pirâmide achatada brasileira — dos privilegiados, pois bem, aí mesmo há queixas. Há queixas por que? Porque na casa que não tem pão todos brigam e ninguém tem razão.

E a questão não está propriamente em caracterizar se ele é baixo ou não é. Baixo ele é! Agora, eu gostaria de saber qual é a mágica, qual é a varinha de condão de fazer com que a contribuição de salário que já é, por seu turno, uma caracterização da baixa renda brasileira, que quando fui eu Ministro, era sobre dois salários mínimos a média de contribuição salarial, como é que esta contribuição pode dar salários para quem nunca fez contribuição no valor, por exemplo, de três salários mínimos. Seria o mínimo.

Mas, não vamos falar em mínimo, já discutimos tanto sobre ele. Se tivéssemos, realmente, de colocar o problema em termos constitucionais, dizer: "é o salário digno" que deve proporcionar a uma família de cinco dependentes, casa decente para morar, meios para se transportar, pagamento para a educação dos seus filhos, recreação, está lá, uma fatia para recreação, e alimentação sadia. Eu pergunto o que poderíamos fazer com Cr\$ 2.700,00 ou com Cr\$ 5.400,00 com cinco pessoas dependentes e mais um, seis?

O que estamos fazendo — no meu entender, nobre Senador, e V. Ex^a, no fundo, há de concordar comigo, — é uma discussão sobre um país pobre que não pode proporcionar esses dados, mas que deve corrigir.

O SR. ROBERTO SATURNINO (MDB — RJ) — V. Ex^a vai me desculpar, mas esta é uma discordância fundamental. Acharmos que este País já não é mais aquele país pobre que não podia dar isso. Aí é que, realmente, se coloca a grande divergência. Na nossa visão, este País que tem, enfim, 1.700 ou 1.800 dólares de renda *per capita*,

não é mais um país que não possa dar esta remuneração, razoavelmente justa, aos seus trabalhadores menos qualificados. Na nossa visão é possível.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite-me mais um aparte, nobre Senador? (Assentimento do orador.) Lembro ainda a V. Exª que para uma avaliação judiciosa ao nível de salário, ou melhor, do nível de ganho do trabalhador brasileiro, não poderemos nos ater somente ao cômputo do salário direto. Teríamos também, de levar em conta os benefícios indiretos que são, hoje, distribuídos à classe trabalhadora e que, realmente, não são pequenos. V. Exª sabe que o orçamento social do País é considerável e que só o INPS tem hoje um orçamento comparável com o da República.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Bem lembrado. Se V. Exª me permite, o PIS, por exemplo, que dá o 14º salário até àqueles que ganham 5 salários mínimos, não entra no cálculo da série histórica do salário mínimo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — E nem os programas de alimentação, e nem os programas de educação, e nem os programas de saúde. Acredito que se formos fazer essa avaliação mesmo a comparação dos 15 anos a que se refere o Senador Roberto Saturnino, seria favorável à Revolução.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — V. Exª tocou num ponto, por exemplo, da educação. Até 1964/5, a educação média, no Brasil, no chamado curso secundário, a oferta era de 24% de oferta gratuita contra 76% de empresas que cobravam a educação. Isso significava, portanto que, desde logo, o filho do trabalhador pobre e o filho do camponês, não tinham acesso ao ginásio; já eram marginalizados, no ginásio. Mas a isso se chamava uma sociedade justa, humanística, voltada para o trabalhador.

Em 1972, ao meu tempo de Ministério, numa pesquisa feita pelo IBGE, chegamos à conclusão de que tínhamos 70% de oferta gratuita contra 30% da oferta paga. E mais. O saudoso Presidente Castello Branco tinha deixado um programa que crescia a cada ano com extremo valor, bastante significativo, que era o **PEBE** — Programa Especial de Bolsas de Estudo, fortalecendo o sindicato. Só era alcançado através dos sindicatos para, justamente, fortalecer a sindicalização, no Brasil. E muitas vezes, o que faziam os sindicatos? Em reuniões, mais ou menos fechadas, recebiam os valores que nós mandávamos do Ministério do Trabalho, chamavam os líderes e diziam: "Aqui está a sua bolsa de estudo para o seu filho, vá e vote contra este Governo do arrocho salarial". Era esta a resposta a dar.

De maneira que, insisto, na minha tese, nobre Senador Roberto Saturnino, e aceito o convite de V. Exª porque já fiz um ao reverso e que foi aceito e não encontrei o desenvolvimento.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª mais uma interrupção? (Assentimento do orador) Nobre Senador, eu queria, apenas, chamar a atenção para um aspecto interessante da importante análise, que V. Exª está fazendo no momento. É que, na base de 30 milhões de trabalhadores, se fosse dado apenas um acréscimo de mil cruzeiros por mês a cada um deles teríamos uma despesa adicional de 360 bilhões de cruzeiros, por ano. Analisando esse número à luz do orçamento, ou à luz do produto nacional, vemos que, realmente, essa é uma quantia fantástica para ser aplicada, de uma hora para outra. As repercussões seriam tremendas.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — E qual seria o grande valor prático de acrescentar mais mil cruzeiros?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Acho que de qualquer modo ajudaria.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — É uma melhoria. Mas qual seria o grande valor prático? Faria com que a Oposição dissesse que era justo? Certamente que não, continuaria injusto.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — O que eu desejo ressaltar com esse simples cálculo, é que o problema não é tão simples quanto se pensa e que não se pode resolvê-lo de uma hora para outra sem sérias dificuldades.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA) — Deposito as minhas esperanças no livrinho que li, de autoria de V. Exª, onde há, ao contrário da regra geral, há a crítica acompanhada da direção de dizer "este modelo seria o meu".

E eu me vejo, não desejoso de ser substituído na Maioria, mas me vejo — se Deus me der muito tempo e se os eleitores não me faltarem, porque isto vai ser em médio ou longo prazo — na bancada da Minoria, analisando as decisões que um dia alguém tenha o bom senso de adotar, indicadas pelo Senador Roberto Saturnino.

Por enquanto, insisto em que a crítica é injusta, e se eu for debater isso num palanque saio debaixo de pedradas, de violência, de ponta de pau e perdendo todos os meus votos. Mas não aqui; daqui posso sair, amanhã, lesado por uma informação que seja multiplicada por órgãos de informação.

Aqui, neste Plenário, quero concluir, dizendo que se convido a Oposição a discutir nos meus termos, e aceito acrescentar à discussão os termos que me foram proporcionados pelo brilhante Senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (ARENA — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senhor Presidente da República acaba de submeter à deliberação do Congresso Nacional Projeto de Lei criando a Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar, com sede na Capital do meu Estado e abrangendo também os territórios de Rondônia e Roraima, além do Acre.

Endossa Sua Excelência os argumentos da Exposição de Motivos, revelando que a Região não possui ainda um órgão dessa justiça especializada, obrigando o trânsito dos processos oriundos da área para apreciação da Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária, na Cidade de Belém, "o que se tem revelado, devido à grande distância, sobremaneira inconveniente".

Compartilhamos integralmente dessa tese, desde logo aplaudindo a oportunidade da iniciativa. Mas, bem a propósito, desejamos voltar à reivindicação da criação de um Tribunal Regional do Trabalho com sede em Manaus e jurisdição em toda a Amazônia Ocidental, repisando a justificação que, faz algum tempo, colocamos no Plenário da Câmara dos Deputados, pois os mesmos argumentos que dão validade, agora, à aprovação desse projeto governamental, asseguram consistência a esse antigo pleito das classes empresariais e dos trabalhadores amazonenses.

O quadro demonstrativo do funcionamento da Justiça no Amazonas não é diferente do encontrado nas outras Unidades da Federação. Principalmente em relação à Justiça do Trabalho, verificamos que a prestação jurisdicional não acompanhou o desenvolvimento da extensa área, que também abrange o Estado do Acre e os Territórios de Rondônia e Roraima, parando no tempo e a todos acarretando uma série enorme de prejuízos.

O grande aumento das demandas trabalhistas, decorrentes do progresso da Região, não encontra correspondência num tribunal especializado próximo, uma vez que a Corte de recursos, de acordo com a atual organização judicial, é a da Cidade de Belém, no Estado do Pará, o que é — como assinala o próprio Governo — extremamente inconveniente à eficiência dos trabalhos, em face da distância e da precariedade dos transportes e das comunicações, fatores de obstáculo à marcha dos feitos.

Sempre entendemos, como os empresários, trabalhadores, magistrados e advogados, que o Tribunal Regional do Trabalho de Be-

lêm não possui condições estruturais para o pleno exercício de sua função, por absoluto acúmulo de processos e sob permanente risco de colapso nas suas atividades. Acreditamos indispensável, na atual circunstância, que se reduza o volume de trabalho do TRT de Belém, pela divisão de funções com um novo tribunal, com sede em Manaus e, a exemplo do que se pretende com relação à Auditoria, com jurisdição em toda a Amazônia Ocidental.

Todos os argumentos — além da disposição do novo Governo — militam a favor dessa idéia, que garantirá a permanente qualidade da prestação jurisdicional do TRT de Belém, cujo esforço solitário não nos cansamos de elogiar, penalizados pelo desgaste físico e intelectual de que são vítimas seus abnegados magistrados e servidores.

A criação do referido Tribunal é, portanto, medida que se impõe quando o novo Governo se inclina para a solução desse tipo de problema. O nosso apelo, Sr. Presidente, ao Ministro Petrônio Portella, é no sentido de que S. Ex^a inclua essa iniciativa na pauta das prioridades do seu Ministério, como providência indispensável à Amazônia Ocidental e, em particular, ao Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de quarta-feira, 2 de maio, a seguinte

ORDEM DO DIA

a) **MATÉRIA INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA PARA QUE O PLENÁRIO DELIBERE SE DEVE TER PROSSEGUIMENTO.** (§ 1º do art. 368 do Regimento Interno.)

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 1966

(Nº 314/63, na Casa de origem)

Dispõe sobre o consumo do carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas a coque.

Andamento:

16-5-66 — Lido em plenário e despachado às Comissões de Economia, de Minas e Energia e de Finanças;

26-1-68 — Lidos os Pareceres nºs 45-CE (preliminar), 46-CE, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta; e 47-CCJ, favorável ao substitutivo da Comissão de Economia. Em 17-4-68 as Comissões de Minas e Energia e de Finanças emitiram pareceres (nºs 307 e 308/68) favoráveis ao substitutivo da Comissão de Economia.

15-5-68 — Incluído em Ordem do Dia. É apresentada Emenda de Plenário. A matéria volta às Comissões competentes.

Constam do processo, pareceres

Da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade da Emenda de Plenário.

Da Comissão de Economia, solicitando audiência, sobre a Emenda de Plenário, aos Ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio.

b) MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NORMAL

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 111, de 1979, do Senador Franco Montoro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1978, de sua autoria, que “consolida a legislação vigente, instituindo a nova Lei Orgânica da Previdência Social”.

— 3 —

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 99, de 1979), do Projeto de

Lei do Senado nº 347, de 1978, do Senador Accioly Filho, que dá nova Redação ao art. 51 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1977 (nº 1.912/74, na Casa de origem), que altera a Redação da alínea d do inciso I do artigo 40 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que “regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação”, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob o nº 91, de 1979, da Comissão:
— de Constituição e Justiça.

— 5 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1978 (nº 3.373/77, na Casa de origem), que introduz alteração na legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, tendo

PARECER, sob nº 98, de 1979, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 1978, do Senador Franco Montoro, que altera a destinação de taxa judiciária, em favor da construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil — seção do Distrito Federal, tendo

PARECER, sob nº 87, de 1979, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 22-3-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É esta a primeira vez que assumo à tribuna do Senado. Que as minhas primeiras palavras sejam para expressar o meu orgulho por pertencer agora a esta Casa. Sou apenas um modesto homem do Nordeste, com pequenas contribuições à minha região. Fui, porém, escolhido pelos meus amigos da ARENA do Ceará para candidato ao Senado. Eleito que fui, seja agora a minha profissão de fé de bem servir a esta Instituição, bem servir ao Brasil e ao Nordeste, bem servir ao mundo, do qual somos todos cidadãos.

O tema que vou abordar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem uma razão de ser: muitos se perguntam sobre o que vem acontecendo com o Brasil nos últimos 15 anos. Pretendo dar a minha opinião sobre os fatos mais expressivos desse período, analisando-os de modo amplo para que, uma vez estabelecida a face da realidade, mediante uma avaliação justa, possamos sobre ela firmar as bases da ação futura, para a construção de um Brasil maior e também melhor.

Srs. Senadores, o homem vem de uma longa caminhada no mundo; já se perde na idade do tempo o momento em que ele surgiu sobre a terra. Nos primórdios foi selvagem e, desgarrado no nomadismo, sofreu através de milênios até se firmar como espécie dominante na face do planeta.

Suas primeiras lutas foram terríveis na defesa incessante da sobrevivência, contra as feras e contra a própria natureza. A alimentação ele a buscava nos frutos e raízes dispersos na floresta que ele depredava na marcha incansada para novos sítios ainda inexplorados. Um dia, porém, ele aprendeu a plantar e a domesticar os ani-

mais. Uma luz nova se acendeu para iluminar o destino da humanidade; o homem se fez agricultor. Em vez de vagar perdido na floresta, na busca aleatória de alimentos, ele fixou a sua choça e, deixando para trás o nomadismo, plantou a primeira semente das aldeias humanas. Foi somente quando a agricultura libertou o homem das incertezas do alimento para a sobrevivência imediata que ele teve tempo de pensar. E foi então que, verdadeiramente, teve início o império da inteligência. Depois de fazer-se agricultor e criador, compelido pela força extraordinária do raciocínio que despertava, ele se tornou artesão. Essa experiência nova lhe aguçou a imaginação e, eis que afinal surgiu o homem industrial e com ele a explosão do progresso humano. A agricultura constituiu, entretanto, a primeira atividade produtiva organizada do homem. Historicamente ela serviu de base para o surgimento do processo econômico e, mesmo hoje, os países que têm sua atividade agrícola bem estruturada, avançam na área do desenvolvimento integrado com muito mais facilidade do que os países que não a possuem. No passado como nos tempos modernos a agricultura é fundamental. A garantia de sobrevivência da espécie humana seguiu-se a sua grande marcha para o domínio da natureza. O homem passou a multiplicar-se a taxas cada vez maiores e a ocupar, paulatinamente, a face do planeta. Dizem os estudiosos que há um milhão de anos éramos apenas alguns mil exemplares sobre a terra. A agricultura teria surgido cerca de 8.000 anos antes da era cristã. Desde então fomos aumentando rapidamente, até constituirmos uma população de 125 milhões de seres à altura do quinto milênio antes de Cristo.

Havíamos lutado, Senhores Senadores, 10 mil séculos para atingir, em todo o mundo, o nível da atual população do Brasil. De então em diante crescemos com tremenda rapidez. Após esse período de 10 mil séculos, dobramos em número num período extremamente curto, de apenas 5.000 anos, para virmos a ser 250 milhões de seres humanos no ano zero da era cristã. A partir daí, dobramos uma segunda vez em apenas 1.500 anos. Depois, dobramos, de novo, em apenas 300 anos; e novamente dobramos, em 130 anos. E, finalmente, dobramos em 45 anos, para atingirmos, em 1975, a imensa população de 4 bilhões de seres humanos.

Agora, Senhor Presidente, Senhores Senadores, vamos dobrar, mais uma vez, a população do mundo mas só precisaremos para isso de 25 anos. Ao alvorecer o século XXI seremos 8 bilhões (!) e se alguma coisa não mudar o curso dos acontecimentos, no ano 2025 seremos, pasmem todos, seremos 16 bilhões de criaturas sobre o perturbado planeta em que vivemos.

A dinâmica da explosão demográfica é semelhante a da reação em cadeia que liberta a explosão atômica. Sua aceleração é tal que, se levamos um milhão de anos para atingir o primeiro bilhão de indivíduos, levamos apenas 130 anos para alcançar o segundo bilhão. Depois levamos apenas 45 anos para o terceiro bilhão, 15 anos para o 4º bilhão e vamos atingir, agora, o 5º bilhão em apenas onze anos! Essa mecânica estonteante da multiplicação exige algumas perguntas, também estonteantes.

Comportará o mundo 16 bilhões de seres humanos? Uma população 4 vezes superior a população atual? Teremos condições de conviver, nesse nível espantoso de densidade demográfica, ou estaremos caminhando para uma catástrofe?

Por que o homem, durante 99% do tempo de sua existência sobre a terra aumentou tão lentamente em número, e por que, no último 1% dessa existência aumentou com tanta rapidez?

No início dos tempos tudo conspirava contra ele. Eram as intempéries, os micróbios, a barreira das selvas, o desabrigo, as feras. Antes do surgimento, da agricultura, 8 mil anos Antes de Cristo, nascia um homem para cada 150 mil indivíduos existentes. Com o surgimento da agricultura passaram a nascer 65 homens para cada 150 mil habitantes. Nos tempos modernos tudo mudou.

A ciência e a tecnologia criaram os remédios, as vacinas, os inseticidas que, milagrosamente, sanaram imensas áreas insalubres, mesmo nos países mais pobres. Nesses países reduziram-se tremen-

damente as taxas de mortalidade, enquanto permaneciam praticamente estáticas as taxas de natalidade; daí a explosão demográfica.

Esse extraordinário aumento da população do mundo, de 4 para 8 e, quem sabe, para 16 bilhões de seres humanos, nos próximos 50 anos, é desconcertante. Se hoje nos preocupamos com os problemas de habitação, de vestimenta, de alimentação, de educação, de saúde de serviços de toda natureza, de transporte, de água, de esgoto e de comunicação; se pesam já sobre nós os problemas da escassez de energia, para conduzir 4 bilhões de homens, como pensar em manter 8 ou 16 bilhões de seres humanos? E que homens serão esses? Hoje dois terços da população do mundo são constituídos de gente pobre, que vive em países subdesenvolvidos. Apenas um terço é constituído por ricos. Os mais pobres têm uma renda *per capita* da ordem de 70 a 250 dólares; os intermediários chegam a ter uma renda máxima de 2.000 dólares. Os ricos, porém, chegam a ganhar de 5 a 10 mil dólares *per capita*.

O problema maior, Srs. Senadores, é que, enquanto as populações ricas crescem a uma taxa de 1,1% as populações pobres explodem a uma taxa de cerca de 2,5% ao ano.

Assim, quando formos 16 bilhões de seres humanos, de cada 10, nove seremos pobres e apenas 1 estará contado entre os ricos.

Diante desse quadro, que perspectiva nos aguarda? Que medidas deveriam ser adotadas para evitar esse desfecho? A explosão demográfica é o fruto imediato do progresso e do desenvolvimento tecnológico: ela decorre do milagre da agricultura e da indústria. Do milagre da medicina, defensivos, dos inseticidas e de todas as conquistas humanas que amparam a criança e o homem, mesmo nos países mais pobres da face da terra.

E a contradição está em que essa mesma tecnologia tem-se mostrado incapaz de mudar a curto prazo essa estranha expectativa.

Tem-se apelado para os anticoncepcionais, e por que não dizer, até mesmo para a esterilização, como se fez na Índia. Tem-se recorrido, com esperança, ao esclarecimento e à educação familiar. No entanto a população do mundo continua a crescer, indiferente a tudo isso. O que poderemos esperar de uma avalanche humana que cresce irresistivelmente, produzindo de um lado uns poucos ricos e de outro lado milhões de pobres? Insatisfação, fome, guerras fratricidas? O que se sabe hoje, Srs. Senadores, é que só há um remédio capaz de evitar tudo isso. É que só há um caminho para evitar as dificuldades que, de outro modo, poderão ameaçar o gênero humano. Esse caminho é o mesmo caminho da fraternidade e da paz. Esse caminho se chama — desenvolvimento econômico e social!

O desenvolvimento reduz as taxas de mortalidade, mas reduz também, como se fosse um mecanismo automático, as taxas de natalidade. Os países desenvolvidos estabilizam suas populações, mantendo-as também num elevado nível de bem estar social.

No século passado, quando a própria Europa era subdesenvolvida, um quarto da população da França morria antes de um ano de idade, enquanto a metade não chegava a viver até os 20 anos. Hoje, apenas 2% da população da França morre antes de um ano, e somente 4% morre antes dos 20. No entanto, a população da França há muito atingiu a estabilidade.

Não defendemos para o Brasil uma política dirigida para o controle da natalidade. O Brasil é um País de área imensa; se tivermos uma participação equânime na população futura do mundo, poderemos chegar, sem problemas, a mais de 350 milhões de habitantes.

Como cidadãos do mundo interessam-nos profundamente os problemas do desenvolvimento econômico e social. A questão fundamental está em que esse desenvolvimento tem um custo. O problema crucial está em como conduzir esse desenvolvimento com um mínimo de trauma para as nações do mundo. O mundo atual já se apresenta com essas graves características: de um lado, os países ricos, de outro lado, os países pobres, separado por profundas diferenças de renda. Esses países estão, porém, extremamente próximos uns dos outros pelos meios modernos de comunicação. O milagre da tecnologia das transmissões à distância está contraindo o espaço e pondo as

populações pobres, de todas as longitudes e latitudes, em contato com as extraordinárias conquistas das nações desenvolvidas. Ainda há pouco as populações subdesenvolvidas não sabiam sequer o que acontecia com as nações vizinhas. Hoje, a telefotografia, o rádio e a televisão espalham, instantaneamente, em todas as direções, os acontecimentos, os fatos e as idéias surgidas nos mais recônditos lugares. Em consequência, põem as populações pobres em contato imediato com todas as conquistas das populações ricas; e despertam a espontânea e impulsivamente, nelas, aspirações que não podem, jamais, com a mesma rapidez, serem satisfeitas. O crescimento econômico não significa todo o desenvolvimento. Mas ele é necessário. E ele exige esforço e exige tempo.

Em outras palavras, o desenvolvimento tem um preço e esse preço não é baixo. Esse preço pode ser pago em sangue, suor e lágrimas, como fizeram alguns países, através de desumanas revoluções. Pode ser pago em módicas prestações seculares, ou pode ser pago com sacrifício suportável, mas com disciplina e imaginação, com compreensão e muito trabalho. Com senso de responsabilidade das lideranças e dos liderados mas, também, com o auxílio de técnicos competentes. Subdesenvolvimento é, em grande parte, sinônimo de pobreza. Povos subdesenvolvidos são povos pobres e, portanto, povos de governos pobres.

O fato mais dramático com que se vêem a braços os governos desses povos, surge, portanto, quando, sob a pressão das aspirações crescentes da sua gente, não contam com um mínimo de compreensão, de paciência e responsabilidade, que lhes ajude a encontrar os caminhos do sucesso. E aqui, são inevitáveis as oscilações de rendimento das medidas adotadas, porque não há experiências iguais nesse campo a servirem de exemplo seguro.

Povo pobre, governo pobre.

A matéria prima do desenvolvimento foi e será sempre o trabalho e através dele a poupança — e novamente através desta, mais trabalho, mais eficiência e mais produção. Tudo isso para o bem-estar do homem.

O drama maior das nações pobres amantes da liberdade, surge, pois, quando, preocupadas com o seu progresso, são presas do proselitismo de ideologias estranhas que lhes acenam com milagres; milagres que deverão ser realizados logo, ainda que através da rebeldia e da violência. Se o problema do desenvolvimento econômico e social se tornou, agora, o problema fundamental do mundo, o que estamos nós, brasileiros, fazendo para resolvê-lo?

O Brasil, Sr. Presidente, tem sido um País de desenvolvimento tardio. A história dos Estados Unidos da América aí está, para nos provar isso. Nesse ponto, estivemos por décadas e mais décadas em falta com a humanidade.

Mas nos últimos 15 anos conseguimos resgatar essa dívida e dar ao mundo um exemplo do qual todas as nações pobres se podem beneficiar. Começamos a construir um País novo. A partir de uma época de intranquilidade e desesperança, fizemos surgir uma nação próspera. O exemplo para o mundo em desenvolvimento não está somente nas altas taxas de crescimento que conseguimos. Está, sobretudo, na maneira como o fizemos. Não importamos modelos nem ideologias. Não violentamos nossas crenças nem nossas tradições.

Demonstramos, simplesmente, que a ordem, o patriotismo e o trabalho podem ajudar às nações livres a encontrar o caminho do progresso.

Alinharei, Sr. Presidente, alguns números para que possamos ter uma idéia do que aconteceu neste País nos últimos 15 anos. Procurarei comparar o que fizemos com o que aconteceu em outras áreas do mundo. Tomarei apenas os dados mais expressivos. Poucas observações nos bastam para mostrar a dimensão da nossa experiência.

Em 1963 éramos 76 milhões de brasileiros. Em 1978 passamos a ser 116 milhões.

Tudo o que produzíamos com o nosso trabalho, em 1963, valia em moeda de hoje, 62 bilhões de dólares. Chegamos a 1978 produzindo 192 bilhões de dólares. Cada um de nós produzia por ano, 813 dólares. Pois bem, apesar do grande aumento de nossa população, em 1978 cada um de nós já produzia, em média, o equivalente a 1.650 dólares. Isso significa que a nossa renda *per capita* cresceu mais de 100%, apesar de todo o crescimento da população. Além de produzirmos e ganharmos muito mais, passamos também a poupar mais ainda.

Em 1963 aplicávamos, apenas cerca de 11 bilhões de dólares nos nossos programas de desenvolvimento, isto é, em infra-estrutura econômica, em indústria, na agricultura, em educação, em saúde, etc. Ora, em 1978 já passávamos a aplicar mais de 42 bilhões, o que representa quase 4 vezes mais! Apesar disso, também passamos a desfrutar muito mais os benefícios do desenvolvimento. De fato, em 1963 cada brasileiro consumia por ano, apenas o equivalente a 690 dólares. Pois bem, em 1978 o nosso consumo médio já foi de 1.300 dólares por ano.

Em termos globais, o consumo do País passou de 52 bilhões de dólares em 1963 para 151 bilhões de dólares em 1978. Isto significa que o nível do consumo nacional foi multiplicado por 3, nesses últimos 15 anos. Durante esse período aprendemos a produzir mais e melhor, não somente para o nosso consumo, mas para o mundo. Nossas exportações passaram de cerca de 1,4 bilhões para 12,6 bilhões de dólares em 1978. Também passamos a participar mais do mercado internacional pelas importações, que a partir de 1,3 bilhões de dólares cresceram cerca de 10 vezes.

Para essa enorme dinamização de nossa economia foi necessário desenvolver um gigantesco esforço de produção e consumo de energia. Para isso criamos a ELETROBRÁS, uma *holding* que abrange hoje a ELETROSUL, a ELETRONORTE e a CHESF. Construindo grandes usinas hidroelétricas, passamos a aproveitar, cada vez mais o potencial dos nossos rios. Construimos, na bacia do Prata as usinas de FURNAS, Jupia, Ilha Solteira, Marimbondo e Osório. No São Francisco, Três Marias, Moxotó e Sobradinho, além do que ampliamos quase dez vezes a usina de Paulo Afonso. No Parnaíba construimos Boa Esperança. Na Amazônia Coaraci Nunes e Curuá Una. Com esse extraordinário esforço elevamos as nossas instalações de 6.500 megawatts para 25.000 megawatts, o que quer dizer, que multiplicamos por quatro nesses 15 anos, a nossa capacidade de geração de energia hidráulica.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer, nobre Líder.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Ouvi, há dias, numa exposição na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a questão nuclear, o Presidente de FURNAS chamar a atenção para este fato de uma maneira que me pareceu muito sugestiva e permita V. Ex^a que coloque isto no aparte. Ele disse que foi tal o nosso crescimento, que mudamos de unidade de referência. Vejo que V. Ex^a agora fala em mil megawatts. Antigamente, fazia-se um esforço grande para falar em milhão de quilowatts.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Exatamente. V. Ex^a tem toda a razão.

Igualmente extraordinária nesse período, nobre Líder, foi a evolução do nosso consumo de energia. Passamos de um consumo de 23,5 bilhões de quilowatts/hora, para 87,2 bilhões de quilowatts/hora por ano. Mas o progresso do País pode ser acompanhado, também, por outros índices. Por exemplo, no que tange às telecomunicações o desenvolvimento do País foi admirável. Em 1973 não tínhamos senão cerca de um milhão e duzentos mil telefones. Em 1978 já atingíamos cinco milhões de telefones. Multiplicamos mais uma vez por 4 o número de telefones disponíveis.

A quantidade de telex passou de 660 aparelhos em 1963, para 20 mil, em 1977. Tínhamos telefonia por discagem direta — DDD — em apenas duas cidades. Agora dispomos desse sistema em 660 cidades, isto é, em quase 15% das cidades brasileiras.

Quem negaria, Sr. Presidente, o extraordinário desenvolvimento e a eficiente reorganização dos nossos correios e telégrafos? Nenhum brasileiro sensato o negaria.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador José Lins, à brilhante exposição que V. Exª está fazendo, de maneira lúcida, com raciocínio lógico e irrepreensível, quero acrescentar, mais como um depoimento, algumas considerações particulares no que tange à minha região. No elenco de realizações que acabou de enumerar, V. Exª se referiu particularmente às ligações telefônicas. Quando nós tivemos a honra de assumir o Governo do Estado do Pará, poucos municípios tinham ligações interurbanas. Depois de quatro anos, com planejamento adequado, todos os municípios ficaram com ligações interurbanas, com a Capital. As cidades principais com serviços automáticos urbanos e muitas cidades, as mais importantes, com serviços de DDD, algumas com serviços de DDI. Por outro lado, foi possível, com a colaboração da TELEPARÁ, ao Governo, através da Fundação de Telecomunicações do Pará, empresa por nós, então, criada, iniciar um sistema integrado estadual de repetidores de televisão que serve, hoje, à região de maior densidade demográfica do Pará, beneficiando 25 municípios. Quando ocorreu a coroação do nosso último Papa, recebi o depoimento do prelado de Bragança, que me dizia encantado que havia assistido ao vivo e a cores toda a cerimônia de transmissão, no mesmo momento em que se realizava em Roma. E disse: "Isto é um milagre". Realmente, é um milagre da comunicação, é um milagre do progresso. As comunicações, no Brasil, realmente deram um passo gigantesco, como V. Exª acabou de destacar, com acerto, no seu brilhante discurso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Agradeço a V. Exª a oportuna contribuição do testemunho que nos traz. A ação dos últimos governos brasileiros foi marcada por inegável sensibilidade e compreensão das dificuldades do desenvolvimento. Talvez, seja oportuno lembrar que, se tivesse sido levada em conta a rentabilidade dos investimentos nos anos iniciais da implantação desses sistemas, fatalmente teríamos estrangulado o caminho para o progresso. A estratégia consistiu, porém, em quebrar o círculo vicioso da pobreza, investindo sobre o futuro e construindo, sobretudo nas regiões mais pobres, uma ponte que nos permitisse ultrapassar o abismo de dificuldades que se antepunham ao crescimento de nossa economia.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Senador José Lins, V. Exª permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Senador, nós aqui da Oposição estamos ouvindo o discurso de V. Exª e com ele nos congratulamos. É o discurso inaugural de V. Exª, como diz, e V. Exª está a se manifestar, saindo, a nosso ver, com segurança e lucidez. Congratulamo-nos também pelo fato de V. Exª vir a esta Casa, honrando-a porque V. Exª vem de um pleito eleitoral em que disputou a preferência de seus eleitores. Noto, também, que no seu discurso, há uma admirável tônica didática, V. Exª parece-me que é Professor. Eu, poucas vezes, vi uma seqüência tão interessante, onde V. Exª pega o homem nos seus primórdios — o *pithecanthropus erectus* — e o traz até o homem deslumbrado, que estaria vivendo no Brasil de hoje. Mas eu gostaria de fazer as seguintes ponderações ao discurso de V. Exª: Concordamos que houve uma melhoria aqui no Brasil. Não que se atribua esta melhoria ou este melhoramento ao Governo, pois muita coisa cresceu independentemente de sua ação, inclusive a população que duplicou nesse tempo. Queremos dizer a V. Exª que houve aumento do produto bruto, mas que o próprio

Governo reconhece, também, que 5% da população brasileira auferem 40% dos resultados nacionais. Então, houve resultado, mas para poucos. Houve hidrelétricas; houve aumento de quilowatts no País; houve barragens. Mas, em compensação, as terras inundadas não receberam a contraprestação justa. Onde havia, como no Paraná, terras médias, propriedades pequenas, além de não ter havido a justa contraprestação, não houve a proteção ao homem e o seu deslocamento justo a outras áreas do País. E, no que diz respeito aos telefones, com que V. Exª se deslumbra, queremos dizer que, ao preço com que se colocou aqui no Brasil os telefones e telex, V. Exª os colocaria, num prazo menor, no Deserto de Saara, a custo muito menor do que se colocou aqui no Brasil. A técnica é de fora, o dinheiro foi nosso e a custo elevadíssimo. E isto não pode ser levado à conta de um governo de eficiência. O valor de um governo se mede pela sua conseqüência no setor social. E o que se assiste, no País, hoje, é uma marginalização desesperante. Mas, continuamos a ouvir, com toda atenção, o admirável discurso de V. Exª.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Agradeço a intervenção do nobre Senador. Analisaremos, nobre Senador, logo mais neste discurso os aspectos sociais do desenvolvimento brasileiro nesses anos. Aliás, pretendo voltar, também, de outras vezes a esse assunto. Por enquanto, basta dizer a V. Exª, que, se este progresso não se deveu aos governos da revolução, deveu-se, pelo menos, ao povo brasileiro. Não separo os brasileiros dos seus líderes, dos homens que com eles trabalham. Venha o progresso de onde vier, e será bem-vindo para nós, nobre Senador. Mas, continuo.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite o nobre orador uma breve interrupção?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Concedo o aparte, com o maior prazer, nobre Líder.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Como V. Exª vê, a intervenção do nosso ilustre Senador pelo Paraná mostra uma tendência que é, realmente, geradora de perplexidade para nós que ouvimos. Vê V. Exª que ele disse, como quem tivesse acabado de descobrir a maior verdade, disse inesperadamente, para todos nós que o Governo não é o responsável pelo aumento da população, como que se o Governo, como entidade, fosse capaz de produzir filhos. É impressionante que o Governo possa ser acusado até disso. Mas, há uma política, há uma política que poderia ser de planejamento familiar. Então, o Governo seria atacado por estar impedindo a produção de filhos. Mas, dentro desses princípios, se os telefones crescem em número, podiam ser colocados por valores menores. Mas, S. Exª não se incomoda em comprovar isto, é apenas uma afirmativa. De modo que, se as hidrelétricas são feitas, então sim, S. Exª levantou um ponto como crédito. As hidrelétricas são feitas, mas as terras inundadas não recebem indenização justa. Eis algo que acho que a Maioria gostaria que S. Exª trouxesse, através de V. Exª, a quem ele chamou, sem nenhum favor de grande didata, trouxesse informações, porque, talvez, todos nós estivéssemos de acordo e estaremos, naturalmente, em pedir o que é mais justo. Agora, fora de qualquer dúvida, como V. Exª disse, é possível que o povo brasileiro tenha feito isso até à revelia do Governo. É possível que o Governo não tenha contribuição nenhuma. Mas o fato é que é iniludível, que há quinze anos o progresso está aí.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — V. Exª tem toda a razão nobre Senador Jarbas Passarinho. Os Governos da revolução não só realizaram. Corrigiram também injustiças passadas. Quando fui Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, lá no Nordeste sofrido, encontrei uma dessas injustiças, relativa, no caso, ao pagamento de desapropriações. O velho DNOCS havia sido criado em 1909. Assumi a sua direção em 1968.

Pois saiba V. Exª que, desde a sua criação nenhuma indenização das terras inundadas pelos açudes tinha sido paga. Mandamos

fazer um levantamento completo de todas essas terras, cumpulsando os arquivos gerais disponíveis e propusemos o pagamento dessas glebas com a devida correção monetária. Dou o meu testemunho, a V. Exª de que o eminente Presidente Médici acolheu a proposta e abriu, imediatamente, o crédito necessário. E todos os proprietários, inclusive os seus herdeiros, foram convocados para receber seus pagamentos. Ainda hoje, deve haver resíduos dessas indenizações, a pagar, porque nem todos os interessados apareceram, de logo, para recebê-las.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador José Lins, esse capítulo das desapropriações constitui, sem dúvida, a grande mácula da política desenvolvimentista cumprida pelo DNOCS, na nossa Região. Não por culpa de V. Exª, nem do seu sucessor, competente Engenheiro Oswaldo Pontes que, perante a Comissão de Agricultura desta Casa, já fez uma brilhante exposição sobre os planos desenvolvidos por aquele órgão federal. Na sessão legislativa passada, tive oportunidade de comentar, da tribuna do Senado, um trabalho que foi elaborado pelo ex-Senador Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães, em que ele faz realmente críticas incisivas e contundentes à política de desapropriação cumprida pelo DNOCS no Nordeste e, especificamente, no Estado do Ceará. Naturalmente, isso não constitui culpa nem de V. Exª, nem dos seus antecessores, e muito menos do seu sucessor, que é o Engenheiro Oswaldo Pontes. Mas, o fato é que os proprietários rurais daquelas áreas atingidas pelas desapropriações continuam a reclamar — e com muita justiça — aquelas desapropriações pagas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Seria o caso de se promover a revisão de todos esses critérios que V. Exª diz haver se empenhado para humanizá-los, mas que, infelizmente, constituem o pesadelo dos proprietários rurais, no Nordeste brasileiro.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Agradeço, honrado, nobre Senador, o aparte mas, cabe a V. Exª uma informação complementar: primeiro, reclama-se porque o Governo não paga. E, quando se diz que o Governo paga, reclama-se porque o Governo demora a pagar ou paga mal. É o direito amplo e descompromissado de reclamar. A verdade porém é que, de 34 projetos realizados no Nordeste, apenas em 5 ou 6 surgiram naturais problemas dessa natureza, e isso somente com alguns proprietários. Não gostaria de citar nomes, neste Plenário. Mas é bom que se diga que são sempre os mais ricos que reclamam. Não convém admitir que o Governo, exercido por seres humanos, só tenha sucessos e acertos. Algumas tabelas de pagamento podem conter deficiências. Não estou aqui defendendo que o Governo jamais erra. Mas é lícito afirmar que as autoridades têm sido sensíveis às reclamações justas que, normalmente, aparecem em casos como estes.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — E V. Exª, nobre Senador, durante a peregrinação que fez pelo Estado do Ceará, mais recentemente, não mais como detentor de cargo público, mas postulante a uma vaga nesta Casa, V. Exª ouviu, seguidamente, em várias áreas do Estado, reclamações de proprietários rurais contra os critérios estabelecidos para o pagamento dessas indenizações. Seria o caso de se fazer a reformulação desses critérios para humanizá-los, indo-se assim ao encontro desses proprietários rurais, que continuam a reclamar de V. Exª naquela oportunidade; de mim, noutras ocasiões; do Dr. Oswaldo Pontes, na atualidade, enfim, a reformulação desses critérios, que propiciam melhor atendimento das aspirações daqueles proprietários atingidos pelas desapropriações do DNOCS.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Acho justo, nobre Senador, que se façam revisões quando essas se tornam necessárias.

Mas quero garantir a V. Exª que, nos meus contatos com o eleitorado cearense, enquanto encontrava um para reclamar, encontrava cem para apoiar, porque através dos projetos que instalamos foram ajudadas milhares de famílias pobres que viviam no sertão seco e que hoje dispõem de terra molhada e florescente, produzindo suas safras quer chova, quer faça o sol mais inclemente.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite o nobre orador para uma breve interrupção?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com prazer, nobre Líder.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Com todo o apreço que nos merece o nobre Senador pelo Ceará, queria lembrar que o discurso de V. Exª está sendo universal e o nobre Senador pelo Ceará quer ele se transforme num discurso cearense; quer discurtir agora as questões ligadas à passagem de V. Exª pela SUDENE como um dos mais luminosos dos seus superintendentes. Acho que o Senador Mauro Benevides, que sofre tanto quanto os bons cearenses a diáspora cearense, há de permitir que V. Exª continue no cerne do seu discurso e que deixe essa questão para uma discussão posterior. O discurso é mais universal que cearense.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Quero dizer o nobre Senador Jarbas Passarinho que estava atento desde o primeiro minuto do pronunciamento de V. Exª e jamais pretenderia transformar a minha intervenção, digamos, numa colocação tipicamente local e regional. V. Exª, ao anunciar o seu pronunciamento, fez questão de ressaltar que falava para o Brasil e para o mundo, e eu estava atento, mas no curso do pronunciamento é que veio à baila o problema das indenizações e fiz menção a esse problema com a ressalva de que, se reclamações existem, elas não são devidas, nem aos antecessores de V. Exª, nem a V. Exª, nem ao seu sucessor, cuja competência fiz questão, sem nenhum constrangimento, como membro da Oposição, de reconhecer neste instante na tribuna do Senado Federal.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador Mauro Benevides, o aparte de V. Exª não deixa de ser oportuno, embora, realmente, eu necessite de mais tempo para concluir o meu discurso.

O Nordeste é, porém, tão importante para nós, que gostaria de trazer à baila os seus problemas em outra oportunidade.

Estávamos falando a respeito do que aconteceu no Brasil, desde 1963 até hoje. Referiamo-nos à evolução das telecomunicações e ao extraordinário avanço do sistema DDD em nossas cidades...

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Pois não, com o maior prazer, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador José Lins, o Senado ouve hoje, nesta tarde, na estréia de V. Exª na tribuna, não um discurso circunstanciado, estou ouvindo atento uma aula, ...

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Pela linguagem alta, pelos dados expressivos, pelas colocações universais e nacionais, pelos pontos de abordagem que V. Exª está fazendo como mestre. Ao ouvir V. Exª, recordo-me de um ditado da filosofia matreira de

nossas ruas: "Pelo barulho da carruagem, a gente já sabe quem vem dentro". V. Exª foi o Governador de um grande Estado dentro de um País grande. V. Exª, na SUDENE, regulando, estabelecendo, administrando recursos em dez Estados do Nordeste, foi Governador de uma grande fração do Território Nacional. É por isso que, com essa autoridade, V. Exª vem fazer o seu discurso. É a grande estréia que o Senado está ouvindo. É, portanto, como seu admirador, que me confesso desde a primeira hora, o grande reforço que V. Exª significa para a Bancada da ARENA nesta Casa, e quero saudar V. Exª com o mais puro do meu apreço e da minha admiração por este Senador e Governador de um grande Estado dentro de um País grande, que vai mostrar que tem uma jornada grande a fazer dentro do Senado Federal.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, V. Exª me comove. Permita-me agradecer do melhor modo e com as melhores palavras que eu possa tirar do coração: não mereço o que V. Exª está dizendo, mas fique certo de que tudo farei para estar à altura desta Casa. Para seguir os passos de homens que, como V. Exª, trabalham com o intuito de acertar, através do diálogo, já que ninguém é dono da verdade. Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Nobre Senador José Lins, admiradores de V. Exª, creia, somos todos nós Senadores desta Casa. Esta admiração vem já de algum tempo da observação do seu trabalho no Executivo, mas que, nesses poucos dias de convívio, vai sendo confirmada. Todos nós vamos encontrando razões para confirmar esta admiração, como, por exemplo, no discurso que V. Exª pronuncia nesta tarde, que é da maior seriedade e da maior profundidade, abordando problemas que, realmente, precisam ser discutidos. E, já que V. Exª faz um retrospecto de todas as realizações desses últimos anos, eu me permitiria levantar um aspecto que colocaria ao exame de V. Exª. Tenho tomado conhecimento, através de artigos publicados na Imprensa, da afirmação feita pelo Economista Gilberto Paim — economista sério, digno do maior respeito — que tem contestado os dados relativos ao crescimento de população, fornecidos pelo IBGE. Segundo esses estudos e essa análise do Economista Gilberto Paim, que eu não tenho profundidade de conhecimento para emitir um parecer definitivo, mas, a mim me pareceu, pelas leituras dos seus artigos, que ele tem razão. E se assim é, a nossa taxa de crescimento de população tem caído acentuadamente a partir do meio da década passada, de 1965 a 1966 para frente, e estaríamos, hoje, com uma taxa de crescimento inferior talvez a 12,5% ao ano, que seria ótimo, se realmente vier a ser confirmado agora, no censo de 1980. Mas, se assim é, Sr. Senador, isto constitui para nós uma grande vantagem, na medida em que a percentagem da população que não produz, e apenas consome, vem diminuindo desde a metade da década passada, o que, efetivamente, propiciaria um aumento da taxa de investimento, que realmente ocorreu: a taxa de investimento na colméia brasileira cresceu muito, exatamente do meio da década passada até os dois últimos anos. Agora, o que nos preocupa é que essa taxa de investimento começa a decair novamente. Decaiu em 1977 em relação a 1976, decaiu em 1978 em relação a 1977. Este problema é grave, Sr. Senador! A meu ver, resultado de erros graves na política econômica, erros que estão sendo agravados com a nova política econômica do novo Governo. Então, aquele fator favorável que nós tivemos nesses últimos dez anos estaria na iminência de ser anulado por uma orientação errada, eminentemente recessionista da nova política econômica do Governo. Era este ponto que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª, prestando homenagem à seriedade e à densidade do discurso de V. Exª hoje.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado a V. Exª

Nobre Senador Roberto Saturnino, quando analisamos problemas como estes, temos, forçosamente, que nos louvar em dados preexistentes. Dados, de preferência, oficiais. Tais dados podem provir de organismos diversos, nacionais ou estrangeiros. Não é impossível que algum técnico possa encontrar erros em dados oficiais, embora isso não seja comum.

Evidentemente, temos que nos basear em alguma coisa. E a mim me parece que os dados oficiais devem merecer nossa preferência.

Mas, se a taxa de crescimento da população estiver caindo, melhor para o Brasil.

Sabemos, hoje, que o decesso da taxa líquida de fertilidade e da taxa de crescimento da população é um sintoma de desenvolvimento. Sendo assim, talvez o nosso processo de desenvolvimento esteja se comportando melhor do que imaginamos.

Quanto à taxa de investimento, da formação de capital fixo, é claro que tem variado ao longo do tempo. Parece-me porém que, de 1977 para 1978, a taxa não caiu realmente. Pelo que sabemos a taxa se manteve inalterada em cerca de 21,9%. Isto pode ser um fenômeno passageiro. V. Exª sabe que isto depende muito do momento psicológico do investidor. Depende, naturalmente, de desincentivos que lhe possam ter sido levados. É porém fora de dúvida que estamos dentro de um processo de crescimento acelerado, e que não há motivos para temermos que a queda de alguns índices não possa ser objeto de recuperação. Obrigado.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Lastimo que nós, talvez em homenagem a V. Exª, estejamos nos alongando. Mas veja como é interessante já a experiência que V. Exª vai tendo no trato com a Oposição nesta Casa; uma parte da Oposição é integrista, nega na íntegra toda e qualquer melhoria que tenha havido. Outra explica isso por fatos independentes da atividade do Governo. O nobre Senador Roberto Saturnino acaba de introduzir um fato que me parece muito auspicioso. Ele admite que houve uma melhoria bastante acentuada do meio da década passada até os dias atuais, e começa a ter receios agora, por antecipação, em relação à política que ele já qualificou de recessiva do próximo Governo. Como se vê, nos fatos concretos S. Exª dá razão a nós; nos fatos hipotéticos, o futuro imediato dirá se ele terá ou não razão. O economista Paim é realmente um homem respeitado. Agora, o que me surpreendeu, porque também li o documento, foi que como um homem só, por mais assessores qualificados, que ele tivesse, poderia estar em condições de considerar como suscetíveis de erros grosseiros os trabalhos feitos pelas centenas ou milhares de agentes do IBGE, distribuídos em todo o País? Porque não se trata exatamente, apenas de uma interpretação mas da manipulação dos dados, e em que pese o alto respeito em que ele é tido, acho que ele não tem uma estrutura igual à do IBGE. Veja bem; o primeiro problema é um fato para ser discutido. S. Exª, o nobre Líder Roberto Saturnino, inclina-se por aceitar essa solução mas veja que no fundo ele se inclina por uma vocação oposicionista, inclina-se por aceitar para, com isso, explicar que os índices melhoraram porque os consumidores diminuíram, que a população é menor. E quando ele fala que é grave o fato da diminuição da taxa de poupança, deixa de nos dizer que essa gravidade que ele empresta está relacionada com menos de 2%, ou da ordem de 2%, que a taxa que chegou a vir de 12% a 25%, crescendo, caiu para 23%. Então, nisso, S. Exª deu uma gravidade que também a nós preocupa mas que talvez não seja tão grave assim. Diria, se pudesse dizer através de V. Exª ao nobre Líder do MDB, que ouvi uma vez um ditado chinês, que me lembraria, no momento, repeti-lo: preocupe-se, mas nem tanto.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado pela cooperação nobre Senador. Sabe V. Ex^a que cada vez defendemos com mais ênfase uma melhor distribuição da renda gerada no País. O Governo tem se esforçado para isso. É possível, portanto, que por algum tempo não mantenhamos as altas taxas de 24 a 25% de poupança, que vínhamos conseguindo. É também provável que esta seja uma das causas da estabilização da taxa de investimento a que se referiu o eminente Senador Roberto Saturnino. Não conheço o trabalho do Dr. Pais mas, gostaria de conhecê-lo; seria mais um estudo a analisar.

Mas, voltando ao nosso tema, Sr. Presidente, as comunicações estão hoje cobrindo este País; a TV e o telex ampliam a nossa voz e nos põem em contato com todos os recantos do Brasil.

Quanto à agricultura, tivemos graves dificuldades na década de 1960 a 1970. Seu crescimento, segundo os dados nacionais, foi, em média, de 2,2% ao ano, e, segundo o Banco Mundial, de apenas 1,9%. No entanto, a partir de 1970 a nossa agropecuária teve um melhor comportamento. Tivemos, então, uma taxa maior de crescimento de cerca de 5,0%, nível que pode ser considerado razoável em qualquer parte do mundo. O resultado, nobres Senadores, é que de uma produção de 18,6 bilhões de toneladas de cereais, em 1963, passamos a produzir 25,5 bilhões de toneladas em 1978. Isso significa que a nossa produção de alimentos cresceu bem mais do que o número de pessoas a serem alimentadas. A produção de oleaginosas cresceu de 2,4 bilhões de toneladas para 11,2 bilhões de toneladas, isto é, quase 5 vezes. Foi outra extraordinária contribuição à produção de alimentos.

Em 1963, o País praticamente não utilizava sementes melhoradas. Pois bem, em 1977, mais de 60 mil toneladas de sementes melhoradas foram entregues aos nossos agricultores.

Nossa capacidade de estocagem de produtos agrícolas atingia, apenas, a cifra de 9,7 milhões de toneladas; hoje ela se eleva a mais de 47 milhões de toneladas.

O aumento da oferta de produtos agropecuários, para o mercado interno, foi de cerca de 90%, contra cerca de 52% do crescimento da população.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer, nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — Eu quero felicitar a Casa pelo discurso que V. Ex^a está pronunciando nesta tarde, com a competência e a seriedade com que V. Ex^a costuma abordar os problemas econômicos do nosso País. Sou um velho admirador de V. Ex^a. Quando presidi uma comissão de estudo sobre o Nordeste, sem nenhum favor, o melhor depoimento de quantos nós ouvimos naquela oportunidade foi o de V. Ex^a. E daí, então, fiquei mais ligado e mais interessado pela opinião e pela ação de V. Ex^a em benefício da nossa região, do nosso Nordeste. Gostaria de lembrar a V. Ex^a, nesse depoimento sério e documentado que está fazendo, que, apesar da nossa multiplicação, no setor de produção agrícola, parece-me, se não me falha a memória, que nós temos recorrido à importação em várias oportunidades, e recentemente, de produtos mais carentes para a alimentação do nosso povo, como o feijão, milho, e se não estou enganado, até arroz, o que não nos deixa muito bem perante as estatísticas porque, na realidade, o nosso País era para ser continuamente um exportador, jamais um importador. Mas, V. Ex^a conhece muito bem o assunto, está discutindo com muita seriedade e documentadamente, repito, mas eu também gostaria de lembrar a V. Ex^a que ao lado da agricultura nós temos também o problema da pecuária, que é sério entre nós. Como sabe V. Ex^a, no seu Estado, no meu Estado, estão sendo sacrificadas as matrizes quase criminosamente. Novilhas em véspera de dar bezerros estão sendo sacrificadas e levadas aos açougues para alimentar a nossa região e vindas, principalmente, de Goiás e de Minas Gerais. Eu reputo um

crime o que está ocorrendo. E quando V. Ex^a falou, também, na questão agrícola, eu me lembrei do nosso Nordeste. Li todos os documentos da história do Nordeste, e por eles nós verificamos que o seu desenvolvimento está mais vinculado à pecuária do que à agricultura. Eu sou mais velho e alcancei uma época em que a agricultura era precaríssima. Li naqueles documentos antigos, centenários até, que quando se requeria a sesmaria, para posse da terra, todas elas eram requeridas em nome da pecuária. Havia um termo que era comum em todos os documentos: para recreação do seu rebanho. Nessa época nós só cuidávamos da criação; era a pecuária. Ainda alcancei uma época em que, naquelas fazendas mais produtivas, só se criava gado, mais nada. O Nordeste foi ocupado em nome da pecuária, depois é que veio a agricultura. E eu sempre digo que a civilização mais amiga do homem é a da pecuária, é a que confunde o vaqueiro com o proprietário; eles passam a ter uma espécie de parceria. Tanto que, naquela época, o vaqueiro não recebia salário; de 4 bezerros ele recebia um, ou seja, o vaqueiro recebia a quarta parte da produção de bezerros da fazenda. Eu alcancei uma época em que a agricultura não existia. Então, estou dando este depoimento a V. Ex^a e lembrando que esse é um assunto que nós precisamos rever todo dia, e espero que não cheguemos a necessitar de importar o arroz, o milho, o feijão — como temos feito — e também que se evite que amanhã não se fale, continuamente, em importar carne.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador Dinarte Mariz, V. Ex^a tem toda a razão. O fato é que estamos construindo um País. Estamos vivendo uma revolução em nossa economia e os problemas não se resolvem todos ao mesmo tempo. Sabe V. Ex^a que a agricultura não é como a indústria, cujo fluxo de produção é razoavelmente estável. A agricultura depende ainda das intempéries. É possível, portanto, que nos anos de dificuldade, em que as safras caem, dependendo do volume dos nossos estoques, tenhamos que recorrer a importações. No Nordeste, nos anos bons, produzimos um pouco de arroz e muita farinha. Como somos pobres exportamos, por necessidade, toda essa produção, em vez de estocarmos uma parte. Por isso mesmo, importamos esses produtos nas épocas de escassez.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — É exatamente aí que, a meu ver, deve chegar a ação do Governo. É reter essa produção para devolver ao consumo a preço razoável, para que o produtor não seja um eterno sacrificado, pois é exatamente o que acontece. Por exemplo, no meu Estado, na época da colheita se entrega o produto ao mercado, porque o homem não tem condições nem instrução para reter o seu produto e ele é obrigado a vender e, seis meses depois, ele está comprando o mesmo produto, em muitas ocasiões, cem por cento mais caro do que ele vendeu. Quando se fala em reforma agrária, costume sempre dizer, "Reformar o que nós não temos?" O que nós precisamos é organizar a produção e não reformar uma coisa que não temos. Essa é a minha opinião. Agora V. Ex^a tocou num dos assuntos mais sérios, nesta hora, para o nosso País: o aumento populacional. Acho que nós temos que nos voltar para a educação com os maiores recursos que possamos dispor, porque se nós não subirmos o morro para educar, exatamente, aquela parte mais empobrecida e mais ignorante, onde as mocinhas de quinze e dezesseis anos estão fornecendo filhos sem saberem se têm pai, para invadir as cidades mais populosas, dentro desse prazo que V. Ex^a citou no futuro, em 2.000 ou 2.025, nós estaremos com problema social absolutamente incontrolável no regime capitalista.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador, V. Ex^a tem razão. Todavia, em sua razão não fez mais do que entrar no campo das opções para o uso de um dinheiro que é escasso. Ou estocar, imobilizando, ou aplicá-lo em outros investimentos produtivos, o que se espera é que as duas coisas sejam feitas, aos poucos, na medida do possível. Mas este é um assunto que talvez mereça outras análises.

Dando, Sr. Presidente, continuidade às informações que estou trazendo a esta Casa, passo a falar a respeito do que aconteceu com a indústria deste País, a partir de 1963.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Pois não. Com muita honra.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Antes que V. Exª passe a um novo item do seu pronunciamento e aproveitando, inclusive, o aparte dado pelo Senador Dinarte Mariz, gostaria de assinalar que, na listagem feita pelo ilustre representante do Ceará, não vi nada referente à reformulação fundiária do Nordeste. Disse o Senador Dinarte Mariz que quando se fala em reforma agrária, ele pergunta: "Reforma de quê? Ora, V. Exª foi Superintendente do órgão desenvolvimentista da Região, e sabe muito bem que a nossa estrutura econômico-social, herdada de priscas eras, não daqueles milênios a que V. Exª se referiu, mas de alguns poucos séculos atrás, indo desde a nossa colonização, com a cana-de-açúcar, como nossa atividade básica lá no Nordeste. Pois bem, sabe muito bem V. Exª que predomina o monopólio dos meios de produção, monopólio da terra, virtual monopólio dos financiamentos que se fazem, sobretudo, tendo como base a propriedade que a grande maioria dos agricultores não possui, bem como, de fato, o próprio monopólio da comercialização daqueles produtos de maior repercussão, inclusive o algodão. Portanto, aí me parece reside um dos aspectos básicos para a reformulação do desenvolvimento do Nordeste. V. Exª vai entrar, agora, no problema da industrialização em termos nacionais. Mas exatamente as distorções da política industrial nacional repercutem sobre a política de industrialização do Nordeste, uma série de vícios e de desvios, que, evidentemente, não atende ao essencial que é trazer maior bem-estar para o povo, é oferecer emprego para a absorção da nossa abundante mão-de-obra. Por melhor que fosse a industrialização, por melhor que ela venha a ser, por menos distorções que ela venha a ter, na verdade, sem se tocar nessa ferida, que é o problema agrário, o problema fundiário, o problema da terra, o problema da reforma agrária, nós não teremos solução para o nosso desenvolvimento. Portanto V. Exª, como bom técnico, — não sei se tecnocrata — se deleita, desde o início do seu discurso, em citar estatísticas de PIB; de renda *per capita*, de reservas de divisas, sei lá, de exportações, tanta coisa bonita, que o planejamento do Governo se deleita, se compraz em repetir. No entanto, V. Exª sabe — sabe porque V. Exª foi chefe de um órgão desenvolvimentista da Região — da miséria que lá existe. V. Exª sabe que, sem resolver esse problema da terra, não resolveremos o problema do brasileiro que, lá, representa 30% da nossa população, este brasileiro que não sabe nada do que é isso a que V. Exª se referiu. O matuto, o homem do interior, o homem da enxada, o homem que está cavando a terra não sabe o que é PIB, não sabe o que é renda *per capita*, mas sabe, sim, que está sendo espoliado, continua a ser espoliado, e continuará a sê-lo enquanto não se resolver esse problema da terra, aquela reforma agrária que o Senador Dinarte Mariz acha que não há necessidade, mas sem ela não resolveremos o nosso problema. Permita-me V. Exª, que vem tendo uma atuação tão constante, tão sistemática, que me tem honrado em meus pronunciamentos com seus apartes, mas não gostaria de ficar silencioso, como que indiferente ao pronunciamento que V. Exª faz, como contribuição, sem dúvida, aos debates que estão sendo travados nesta Casa. Poderia parecer um aparte contra V. Exª, mas não o é; é a favor da matéria que está sendo tratada por V. Exª; é u'a maneira que tenho de contribuir, criticando e restringindo os elogios que pudesse fazer à sua atuação tão recente, mas já tão efetiva, como um dos Pares que aqui chegaram desta última eleição. Muito obrigado a V. Exª

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, com sinceridade, V. Exª honra-me muito com o seu apar-

te. V. Exª tem razão numa coisa! Cada estágio do desenvolvimento — a meu ver — tem uma estrutura fundiária adequada, e, realmente, a estrutura fundiária do Nordeste não é das mais adequadas ao seu estágio de desenvolvimento.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Muito bem!

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Outra coisa, porém, é saber como fazer para ajustá-la de uma vez. O problema dos recursos é fundamental. A meu ver, não adianta simplesmente distribuir terra. Em algumas áreas do Ceará, terras de terras têm sido distribuídas com os pobres da nossa Região.

Isso porém só tem resultado na desorganização do sistema de produção preexistente, no qual o agregado vive na terra do proprietário, recebendo um apoio que, por menor que seja, garante a sua subsistência. Porque o proprietário sabe ir ao banco. Protege a terra construindo as cercas. Fornece sementes e paga para plantar o seu próprio roçado, além de ceder pequenas áreas para o uso de seus assalariados.

O sistema não é bom e às vezes é desumano, mas destruí-lo, substituindo-o por nada, é terrível. Por isso, prefiro defender a irrigação, com colonização, porque, com ela, distribuímos a terra juntamente com outros meios de produção, com o crédito orientado e com a cooperação técnica. Outros, porém, reclamam dessa solução. Ainda há pouco, o eminente amigo Senador Mauro Benevides reclamou dos processos de transferência das terras desses projetos que considera injusto.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — Permite V. Exª apenas uma interrupção rápida?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Pois não.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — Apenas quero referir-me ao aparte do nobre colega pelo Estado de Pernambuco, Senador Marcos Freire, quando S. Exª frisou que me manifestei contra a reforma agrária. Não! Apenas acho que devemos, primeiro, organizar a produção para, depois, então, chegarmos à reforma agrária. Não podemos reformar o que não existe; não existe política agrária praticamente, no Brasil, principalmente no Nordeste. Quando o Senador por Pernambuco se refere ao principal, e todo pernambucano, quando fala aqui, aborda, primeiro, a cana-de-açúcar, S. Exª não sabe que os nossos outros Estados, na sua maioria, quase não têm produção de açúcar. Vivemos do algodão, — cultura mais pobre ainda — do feijão, da batata e de outros produtos. De maneira que não sou contra a reforma agrária, mas que ela se faça na devida oportunidade. No momento, devemos nos organizar. Quando S. Exª se refere à comercialização, tem toda razão, pois é um dos aspectos que deve ser organizado. Estou de pleno acordo. O homem, ainda hoje, é explorado. O que existe em Pernambuco, na parte da produção de açúcar, é diferente do resto do Nordeste, eu sei. Acho que uma reforma no setor canavieiro em Pernambuco é admissível, porque lá existe imensa população vivendo só daquilo, e, apesar de não ter muita experiência no assunto, porque meu Estado é um pequeníssimo produtor de açúcar, acho que não devemos fugir da classe mais empobrecida, e ela está no sertão. Agora mesmo, estou apreensivo porque as chuvas não estão chegando como desejávamos. No dia em que tivermos uma seca, esta multiplicará a miséria, se compararmos com outras secas que já tivemos. Cada seca que vier trará maior dificuldade para o sertanejo, porque ainda não temos organização para conviver com ela. Mas, vamos nos organizar. Este é o aparte que desejava dar, explicando ou esclarecendo ao nobre Senador por Pernambuco que não sou contra a reforma agrária, sou contra a sua execução antes que se faça a organização agrícola neste País.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer, nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Com grande satisfação agradeço a V. Exª que é, sem dúvida alguma, um dos mais conceituados economistas deste País, e está dando mostras, nesta tarde, de ser também, ou de vir a ser, um dos mais conceituados políticos do Brasil. É evidente que, quando se fala em reforma agrária, não está se tratando apenas da distribuição gratuita da terra nua, crua, sem que o lavrador, o camponês tenha todo o instrumental necessário para lavrá-la e produzir, mas, também, estamos falando do Brasil. E, além do Nordeste, temos o Centro-Oeste que significa hoje, talvez, a região que as fronteiras agropecuárias mais rapidamente se expandem. Eu me abismo em verificar que a esmagadora maioria, a grande extensão, a grande proporção dessas extensões todas, que estão sendo incorporadas ao processo de produção agropecuária, estão se transformando em grandes propriedades. Estaremos criando, então, no Centro-Oeste um novo Nordeste, com todos os problemas de desumanidade, de injustiças do Nordeste brasileiro, para estarmos, daqui a trinta ou quarenta anos, discutindo o problema de uma reforma agrária no Centro-Oeste. E isso tudo está se fazendo com o beneplácito do Governo e, na maioria das vezes, com o próprio estímulo do Governo — governo pessoal, a estrutura governamental. O próprio ex-Presidente do Banco Central, recentemente, declarou à Nação que de todos os financiamentos agrícolas feitos no País, se não me engano, 73% foram para as propriedades de mais de 1.000 hectares, o que significa, em termos numéricos, propriedades que representam, talvez, menos de 10% de todo o País, mas que cobrem, se não me falha a memória, quase a metade do nosso território, ou mais da metade e que obtiveram mais de 73% de todos os financiamentos, estimulados ou concedidos pelo próprio Governo, através de juros subsidiados. Então, a Reforma Agrária, aqui discutida, não é, sem dúvida alguma, apenas a distribuição de alguns lotes de terra a lavradores sem terra, a homens de pés descalços, de chapéus de palha, na maioria das vezes, e que não estão preparados, tecnologicamente, para lavrarem suas terras e que, sem dúvida alguma, se recebem essas terras sem o amparo de uma estrutura social justa não poderão se integrar ao processo de produção do País. Nós pregamos a necessidade da Reforma Agrária entendida no sentido mais abrangente possível, para que ela fixe o homem à terra, ao invés de estarmos criando cancrios sociais nas favelas das grandes cidades. Agradeço imensamente o aparte que V. Exª me permitiu; foi uma honra para mim.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — V. Exª muito me honra com o seu aparte.

Como disse ao nobre Senador Marcos Freire, cada estágio de desenvolvimento parece ter uma estrutura fundiária mais adequada. No caso do Brasil é conveniente lembrar que apenas 5% da área está sendo cultivada. O problema está em que temos Regiões, as mais díspares, com densidade de população as mais diversas. Sabe V. Exª que não seria fácil levar uma família pobre do Nordeste ou do Sul para cultivar alguns hectares na Amazônia. Por outro lado, não podemos, simplesmente limitar o tamanho da propriedade privada.

O ideal seria um sistema de incentivos que levasse em conta tudo isso, complementado por ações mais diretas nas áreas afetadas por problemas críticos.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Estou referindo-me a uma área sem os problemas da Amazônia; estou referindo-me a uma área que se destine, sem dúvida alguma, a transformar-se no grande celeiro agropecuário do País se se fizer o que se promete: o estímulo à produção agropecuária, o verdadeiro estímulo. Preocupam-me, no entanto, o caráter e a qualidade desse estímulo, porque ele não pode ser dado como tem ocorrido até agora, criando-se problemas sociais dos mais graves, hipertrofiando as cidades, esvaziando os campos e enchendo-os de grandes propriedades, administradas, na maioria

das vezes, por empresas agropecuárias que muitas vezes aumentam a produção agrícola, mas que *pari passu* criam seriíssimos problemas sociais. Não estou me referindo à Região encharcada da Amazônia, mas do solo seco e fértil do Centro-Oeste brasileiro.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Creio que a colocação que V. Exª fez, nobre Senador José Lins, o seu conceito abrangia perfeitamente a idéia de uma reforma agrária; quando V. Exª se referiu a uma estrutura econômica adequada, ela pressupõe, necessariamente, no quadro brasileiro e no quadro regional, que serve de exemplo o Nordeste, uma reforma agrária. Ocorre que essa expressão é muito utilizada sem que se procure dar-lhe um conceito rigoroso. Afinal, o que vem a ser reforma agrária? Reforma agrária consiste em rever, periodicamente, relações que ligam o homem à terra. Essas relações são de ordem jurídica, econômica e social; e essa reforma agrária ou se faz pelo meio pacífico, que é a reforma agrária permanente, dentro desse regime democrático, ou pelo processo violento, revolucionário, como ocorreu no México e na Rússia. Então, essa estrutura que se vai preparar implica na reforma agrária, implica em rever todas essas relações, de ordem jurídica, econômica e social, e não se cinge apenas em distribuir terra...

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Mas quem disse isso?

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — ... mas também em resolver o problema fundiário. Quando V. Exª encaminhou a sua exposição, o seu discurso, pareceu-me que não estava pondo em dúvida a necessidade de se fazer, com prioridade, essa modificação, essa reforma global. Apenas estou dando este aparte para que, talvez, se possa voltar ao caminho natural do discurso de V. Exª e à linha do raciocínio preciso que vinha desenvolvendo, abordando esse assunto com absoluta propriedade.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado, ilustre Senador.

Como já salientei, o ideal seria termos uma estrutura fundiária adequada a cada estágio, a qual, evidentemente, variaria de uma sub-região para outra. Em Recife o estágio é um. Na Amazônia é outro, portanto, as necessidades são outras. Se no Nordeste seco as condições são diferentes, ajustemos a estrutura à sua situação. A solução não é única e nem estática, também. Nos Estados Unidos, por exemplo, hoje, apenas 4% da população trabalha na agricultura. Na medida em que progredirmos o número de agricultores, no Brasil, fatalmente diminuirá. Nessas condições as propriedades devem ser recompostas para que não resultem áreas improdutivas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltando ao meu pronunciamento, falarei sobre as modificações que ocorreram, nos últimos 3 lustros na nossa indústria. Entre 1963 e 1978 o produto da indústria nacional cresceu cerca de 3,5 vezes. Sua participação no PIB atingiu, em 1978, a quase 40%, contra cerca de 32% em 1959. Nesse mesmo período o setor de transformação cresceu quase 350%. As modificações na estrutura do setor foram, portanto, enormes. Em 1959, 57% de nossa produção industrial era constituída por bens de consumo. Em 1978 esses bens representavam apenas 42%. Em contrapartida, os bens duráveis passaram de 4,8 para 7,1% o que significa uma importante mudança. Quase duplicamos a produção desses bens. A participação dos bens intermediários, também sofreu substancial variação. De 29% passaram a representar 37%. E, finalmente, Senhor Presidente, a participação dos bens de capital passou de 8,8 para 14%. Modificações estruturais dessa natureza não deixam dúvidas quanto ao extraordinário progresso do setor industrial brasileiro nesse período. Alguns analistas exageram suas críticas ao Governo, quando se referem à nossa indústria automobilística. A par do dinamismo do setor, seria bom lembrar que toda a produção de bens de consumo durável,

no País, representa apenas 7% do produto industrial, e que os automóveis são apenas parte desta produção, num conjunto representativo de outros bens.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana. Fazendo soar a campainha.) — Gostaria de lembrar a V. Exª que o seu tempo já está esgotando.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Peço a V. Exª nobre Presidente, um pouco de complacência. Meus colegas mereceram que eu lhes dedicasse toda a atenção. Se o Plenário concordar, peço um pouco mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Também temos que ficar atentos ao Regimento.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Muito obrigado, Exª

Srs. Senadores, não poderíamos deixar de analisar o que aconteceu no campo social, desde 1963 até hoje. Muitos, com certeza, estão convencidos do enorme desenvolvimento econômico brasileiro. Às vezes, porém, passam a obscurecer os resultados alcançados no campo social. Somos ainda um povo pobre, com imensos problemas, sobretudo na área das camadas de menor renda. Mas não é possível desconhecer as conquistas realizadas no campo do bem-estar humano, durante os últimos 15 anos. Em 1963 apenas 24% da população brasileira dispunha de abastecimento de água. Em 1978, 57% da população já dispunha de água tratada nas torneiras de suas casas.

Fato semelhante se deu com a disponibilidade de energia elétrica. Em 1963 somente 41% das habitações eram servidas de luz. Hoje, nada menos de 70% dispõe de luz elétrica. Não mais de 27% da população desfrutava o uso de fogões a gás; hoje, 70% já dispõe desse benefício. Tínhamos apenas 15% da população com geladeiras, hoje, mais de 50% da população já dispõe delas. Em 1963 somente 7,5% dos nossos lares dispunham de televisão; hoje esse número se eleva a 52%! No que tange a automóveis, a diferença é impressionante. Em 1963 somente 4,1% dos brasileiros podiam usá-los. Hoje 21% das nossas famílias já têm automóvel. E quanto à saúde, Sr. Presidente? O que aconteceu neste País? Em 1963, cada brasileiro que nascia podia esperar viver 55 anos. Hoje a esperança de vida de cada brasileiro elevou-se para 63 anos.

A mortalidade geral caiu de 11,2 por mil para 8 por mil habitantes e, embora tenhamos problema com a mortalidade infantil, pelo menos nas cidades, ela caiu de 110 para 77 por mil. O número de nossos médicos, elevou-se de 2,9% para 3,5, para cada 10.000 pessoas e os leitos nos hospitais, à disposição do povo, passaram de 4,6 para 7,6 por 10.000 habitantes. Tudo isso foi realizado nos últimos 15 anos. E não só, Sr. Presidente. Passamos também a nos preocupar mais com a educação do povo.

De um total de 27 bilhões de cruzeiros, aplicados no ensino em 1973, passamos a aplicar 271 bilhões por ano, em 1978. Em 1963 tínhamos somente 8,7 milhões de meninos em nossas escolas. Hoje, temos 25 milhões de estudantes! Passamos de 8 milhões de crianças nas escolas primárias para 21 milhões! De 267 mil jovens no ginásio, para 2 milhões e 200 mil. Tínhamos apenas 93 mil estudantes nas escolas superiores. Hoje temos 1 milhão e 200 mil estudantes em nossas Universidades. Por fim, Senhores, em 1963, 40 de cada 100 brasileiros eram analfabetos. Hoje apenas 13 de cada 100 de nossos irmãos não é capaz de ler e escrever.

Sr. Presidente, não há nem deve haver vanglória no que dizemos, mas uma coisa é vanglória, outra coisa é o reconhecimento justo. Nos últimos 15 anos, construímos 2 milhões de habitações, apesar de todas as dificuldades encontradas nesse setor. É certo que discutem-se muito os aspectos sociais de nosso processo de desenvolvimento. Mas os números aí estão.

Não são dados graciosos — são indicadores cujo significado não pode ser esquecido.

Ninguém pode, já, negar o extraordinário crescimento da economia brasileira nos últimos 15 anos. Mas é preciso mostrar, tam-

bém, que esse desenvolvimento tem um componente humano cada vez mais sensível.

Nos últimos 15 anos o menor salário mínimo cresceu consideravelmente. Na indústria de transformação a média salarial passou de 2.300 para 6.200 cruzeiros em meados de 1978.

O PIS e o PASEP já ajudam a mais de 27 milhões de trabalhadores. Entre 1970 e 1977 o salário real dos trabalhadores rurais subiu 61% no País como um todo e 100% no Estado de São Paulo. No Nordeste esses salários subiram mais do que no Brasil como um todo.

Há, é claro, muito o que melhorar no campo social, principalmente entre as camadas mais pobres. Mas o esforço começa a se intensificar nessa área. Tínhamos em 1963 mais de 12 milhões de famílias ganhando menos de 2 salários mínimos por mês. Hoje, já reduzimos esse número para 10,4 milhões. A metade mais pobre da população brasileira ficava, em 1963, com apenas 10,8% da renda nacional. Hoje essa mesma fração ganha pelo menos 13% da riqueza gerada no País. Ainda é pouco, mas a modificação já é significativa. No Nordeste, a renda *per capita* passou de 250 dólares para 650 dólares por ano, e, de apenas 150 cidades com água encanada, temos hoje, 1.200 cidades com água tratada e distribuída. O Nordeste está, portanto, mudando também. Tínhamos naquela sofrida região somente um milhão de crianças nas escolas. Hoje temos 6 milhões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, finalmente, comparar o que aconteceu no Brasil nos últimos anos, com o que sucedeu, nesse mesmo período, no resto do mundo.

Tomaremos o período compreendido entre 1960 e 1976, para o qual dispomos de alguns dados e que, no caso do Brasil está, grandemente, influenciado pelos Governos da Revolução.

Adotaremos, para efeito de comparação, os 4 grupos de países considerados pelo Banco Mundial:

1 — os países subdesenvolvidos de menor renda *per capita*. São, é claro, os mais pobres;

2 — os países em desenvolvimento, de renda média, entre os quais está o Brasil;

3 — os países desenvolvidos entre os quais estão os Estados Unidos, o Japão e outros; e

4 — os países de economia centralizada, entre os quais estão a Rússia, a China, etc.

Iniciemos a nossa comparação pela evolução da renda *per capita*.

Pois bem. Os países mais pobres, Srs. Senadores, tiveram entre 1960 e 1976, um aumento médio de sua renda *per capita* de apenas 15%. Os países do 2º grupo conseguiram, no mesmo período um aumento de 55%; os países industrializados obtiveram, em média, 71% e os países de economia centralizada, como a União Soviética e seus satélites, tiveram no mesmo lapso de tempo, um aumento da renda *per capita* de 73%. Pois o Brasil teve um aumento de 117%. Conseguimos, portanto, mais do que os 15% dos pobres, mais do que os 55% dos intermediários, mais do que o 1% dos ricos e mais do que os 73% dos países socialistas. Perdemos apenas para os países exportadores de petróleo, que obtiveram cerca de 195%. A posição do Brasil é, pois, excelente nesse caso. Deixemos, porém, de lado a renda média *per capita* e analisemos o crescimento do produto bruto.

Nesse período de 1960 a 1976, o produto médio (GDP) dos países de baixa renda, ou seja, dos mais pobres, teve um acréscimo de 103%. Para os países de renda média esse aumento foi de 176%; os países industrializados conseguiram um crescimento de 107%, enquanto os países de economia planejada obtiveram 108%. Pois bem, Srs. Senadores, o Brasil conseguiu mais. Conseguiu aumentar o seu produto de 220%. Novamente perdemos somente para os países produtores de petróleo.

Tem-se falado muito no milagre japonês. E realmente esse milagre existiu. O fato porém é que, entre 1960 e 1976 o crescimento do

produto (GDP) brasileiro parece ter sido superior ao do Japão nesse mesmo período.

Podemos, portanto, nos orgulhar do esforço que fizemos. E isso se deu, a despeito das dificuldades atravessadas pela agricultura na década de 1960 e mesmo em alguns anos desta década.

É certo que a partir de 1963 o Japão teve sérios problemas no setor de energia, mas quem poderá negar as nossas dificuldades, decorrentes da elevação do preço do petróleo, a partir daquele ano? A comparação do crescimento do Brasil com o do Japão encerra, a meu ver, uma longa discussão que os mal-informados, os pessimistas e sobretudo os que agem de má fé teimam em prolongar.

Sr. Presidente, tenho defendido, hoje como ontem, a tese de que o desenvolvimento econômico e social não representa apenas um anseio justo, uma justa aspiração dos povos pobres do mundo. Defendo a tese de que o desenvolvimento é um imperativo de salvação da espécie humana. Sua conquista, porém, exige ingentes sacrifícios. Discuto aqui as conquistas do Brasil como uma contribuição e um exemplo à luta pelo patrimônio universal da humanidade. E essa contribuição tem sido importante nos últimos lustros. Há um aspecto, ainda, de nosso esforço que precisa ser realçada. Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, qual é o drama atual do mundo. O cerne desse drama são as desigualdades chocantes nos estágios da criação da riqueza e da conquista do bem-estar social.

O que há de mais grave, porém, é que essa desigualdade, em vez de reduzir-se, tem, ao contrário, se agravado ainda mais, nos últimos anos. Entretanto, é também aqui, Srs. Senadores, que o Brasil mais uma vez reafirma o seu admirável desempenho. Eis os números:

Em 1960 cada habitante dos países mais pobres tinham uma renda *per capita* equivalente a 4% da renda *per capita* dos países industrializados. Em 1975 eles passaram, infelizmente, a ter, em vez de 4%, apenas 2,6%. A pobreza diferencial se acentuou terrivelmente.

Com os países de renda média deu-se a mesma coisa. Sua renda média *per capita* equivalia a 18,3% da renda *per capita* dos ricos. De novo infelizmente, ela caiu em 1975, para apenas 17%. Agora, anote todos o que aconteceu com o Brasil: em 1960 a nossa renda *per capita* equivalia a 14,6% da renda *per capita* dos países ricos; hoje ela equivale a 18%! O mundo subdesenvolvido, pobre, perdeu posição. O mundo de renda média perdeu posição. O Brasil, porém, está entre os poucos países do mundo que melhorou sua participação na renda universal. É claro que os países produtores de petróleo também melhoraram de posição, passando de 16,1% para 22,6%. Não fizemos tudo. Há muita dificuldade a superar e injustiça social a corrigir. Mas, reconhecendo isso, temos, realmente, Senhores, o direito a um certo sentimento de orgulho.

Na classificação do Banco Mundial relativa aos países de renda média, devemos ter passado do quadragésimo primeiro para o 10º lugar.

Hoje, aproximamo-nos, velozmente, do grupo dos países industrializados.

Porque então, Sr. Presidente, porque, então, com todo esse progresso não estamos satisfeitos? Algumas lideranças do País, homens de negócios, brasileiros de todo o gênero, operários, e mesmo o povo em geral parecem insatisfeitos, apesar de tudo. Como se justifica esse comportamento, diante do extraordinário progresso do País?

É que, Srs. Senadores, sabiamente não comparamos a nossa pobreza de hoje com a nossa pobreza de ontem. Comparamos, sim, a nossa pobreza de hoje com a nossa esperança no futuro, que é muito maior. Desejamos muito mais para os nossos filhos do que aquilo que até hoje conseguimos. Esse é o nosso objetivo. Esse é o nosso destino.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE. Fora do microfone.) — O próprio Presidente Geisel disse que há muito que fazer neste País.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — É claro, o Presidente Geisel deu sua grande contribuição ao nosso progresso. Um dia tere-

mos a oportunidade de analisar a obra desse grande brasileiro à frente do Governo.

Estamos diante de um mundo falho na distribuição de sua renda, onde há pobres que passam fome, analfabetos, seres humanos que clamam por saúde e que não têm habitação. Um grande esforço de solidariedade entre países ricos e pobres, entre regiões ricas e regiões desvalidas e até entre os membros de uma mesma família se faz necessário. Necessitamos de um enorme esforço de solidariedade, não apenas para tornar o mundo melhor e mais justo, mas para salvar o destino humano.

Mas, é preciso admitir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que as transformações sociais de que tanto carecemos dependem da solução de problemas econômicos, que exigem discernimento e disciplina, patriotismo e equilíbrio. O sacrifício consciente é um investimento. O planejamento, entendido como a ordenação das ações pelo bom senso, é indispensável. No seu sentido moderno o planejamento é recente nos países ocidentais. Surgiu em 1940.

Hoje o grande problema está ligado à sua humanização. O povo tem necessidade de bem-estar. Todos temos pressa para melhorar nossos padrões de vida. Não basta eliminar as diferenças entre os países. É para cada grupo, para família e para cada ser humano que devemos olhar. O desenvolvimento tem que ser um instrumento de mudança social para melhor. Senhores! É justamente isso que passamos a compreender no Brasil. Se nos dermos ao trabalho de analisar os programas mais recentes dos nossos governos, veremos que eles passaram a encerrar um profundo conteúdo de sentido social. Aí estão as instituições de apoio às classes de renda mais baixa. Aí estão o Fundo de Garantia, o Programa Habitacional, o PIS, o PASEP, a Central de Medicamentos, os Programas de Nutrição; os pré-investimento em educação e saúde, a legislação para educação pela empresa, o financiamento da educação superior, o FUNRURAL, a Aposentadoria dos Velhos; o Salário Maternidade, o Salário Gestante e todo um elenco de outras medidas de caráter social que vêm sendo adotadas ultimamente.

Aí estão, sobretudo, as mudanças estruturais nos programas de ação governamental.

No Nordeste o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o PROTERRA, os incentivos fiscais, o programa da cidade de porte médio, o PIASS e o extraordinário desenvolvimento do ensino em todos os graus. É claro que, apesar dessas conquistas, muito temos que fazer ainda. Apenas começamos. Um dos aspectos mais controvertidos de nosso desenvolvimento se relaciona com a distribuição interna de seus benefícios. Nesse caso está a questão dos salários. Mesmo aqui sabemos que o menor salário mínimo nacional elevou-se de 110%, em termos reais, entre 1963 e 1978. Por outro lado, um relatório do Banco Mundial diz, recentemente:

“O mais surpreendente fato novo, nos anos 70, no Brasil, tem sido a elevação dos salários-dia do trabalhador rural, que está entre os mais pobres assalariados do País. Entre 1970 e 1977 esses salários subiram cerca de 100% em termos reais, em São Paulo, e 61% no resto do País. Fora de São Paulo os maiores aumentos foram no Nordeste, onde os níveis são os mais baixos do País. Durante esse período o aumento da renda média *per capita* no Brasil foi de 57%. Assim, comparados esses números, muitos dos mais pobres, no Brasil, experimentaram tanto um modesto aumento relativo como um significativo aumento absoluto nos salários que lhes vinham sendo pagos.”

Concordamos, é claro, que o coeficiente de Gini apresenta-se elevado. No entanto, é o mesmo relatório que nos diz:

“Mas, nada se pode dizer sobre as tendências do índice de Gini, devido às medidas que estão sendo tomadas a partir de 1970/72, pelo Governo brasileiro.”

Finalmente, Srs. Senadores, gostaríamos de terminar este pronunciamento, que já vai longo...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Com o maior prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Nobre Senador, tínhamos o maior interesse em estabelecer o diálogo com V. Exª a respeito da matéria, mas o lembrete feito pela Presidência, em relação ao tempo de V. Exª, nos inibiu a isto, mas prometemos, na próxima semana, tentar responder as considerações de V. Exª. Não o fazemos a partir de amanhã ou segunda-feira, porque vamos nos ausentar de Brasília. Entretanto, queremos deixar esclarecido que reconhecemos o crescimento da economia brasileira, mas sem cumprir a sua grande missão que é a da promoção social.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador, V. Exª coopera com a minha exposição e sua contribuição só poderá enriquecê-la. Concordo que há distorções em nosso processo de desenvolvimento e que o nosso próximo passo deve ser tentar eliminá-las ou reduzi-las. Este é o novo objetivo e nem foi outro o pensamento do Presidente Geisel. O desenvolvimento tem que ser humanizado. Essa é a grande modificação a ser introduzida, paulatinamente, no planejamento nacional.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Para fazermos justiça, o desenvolvimento acelerado industrial iniciou-se com o Governo Dutra.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Concordo com V. Exª. Não foram somente os Governos da Revolução que tiveram bom senso. O que realço é o extraordinário avanço que demos no período da Revolução.

Mas, termino, Sr. Presidente. Somos um povo pacífico e inteligente.

A natureza nos foi dadivosa e estamos aprendendo o caminho da justiça social. Produzimos cada vez mais. A riqueza gerada deve ser repartida, parte para o nosso bem-estar atual e parte para construir o nosso futuro. Precisamos distribuir e precisamos poupar. Precisamos de equilíbrio na compreensão dos problemas, tanto da nossa geração atual como das gerações futuras.

A poupança é indispensável. Seja ela oriunda do lucro das empresas, seja proveniente da renda das famílias, seja oriunda dos impostos que pagamos.

Ela é necessária, ainda mesmo que seja chamada de "contribuição voluntária" dos "camaradas", nos países de economia centralizada. O essencial é utilizá-la judiciosamente. Nada nos impede que tenhamos taxas de crescimento menores, combinadas com uma distribuição mais justa, contanto que tenhamos consciência de nossa própria decisão e que não nos deixemos levar por demagogias destrutivas ou por esperanças vãs de riqueza sem esforços. Eis aí, onde, aflora, inofensivamente, a necessidade do bom senso e da união de esforços.

Srs. Senadores, há um gesto atual que pode simbolizar o esforço comum das lideranças em benefício do povo brasileiro, em busca de uma sociedade economicamente forte e socialmente justa: é o gesto de aperto de mão com que nos acenou o Presidente João Baptista Figueiredo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LUIZ CAVALCANTE NA SESSÃO DE 27-4-79, E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ensinava Lenine a seus prosélitos que a melhor maneira de destruir o sistema capitalista é desmoralizar a moeda.

E John Keynes explica-nos, didaticamente, porque a razão estava com o líder vermelho:

"Por um processo contínuo de inflação, os governos confiscam, de modo desapercibido, parte dos bens dos cidadãos, e o processo de aquisição de riqueza degenera em jogo e loteria."

Mas, no fim, os governos também saem perdendo, pois, como advertia ainda Lord Keynes:

"A depreciação da moeda esvai a confiança na autoridade legalmente constituída."

A mesma coisa dizia o nosso Leopoldo Bulhões, há quase 80 anos:

"A inflação é detestável, menos pela perturbação material, pelos danos econômicos que ela acarreta, do que pelos prejuízos morais que importa."

Quem, como nós, senadores, milita na política, não pode deixar de temer o espectro da inflação, visto que exerce ela uma enorme influência sobre os resultados eleitorais, vale dizer, sobre o nosso próprio destino político.

Em termos exclusivamente de vitória ou derrota eleitoral, no Brasil como em qualquer outro país, a inflação favorece à Oposição e desfavorece os políticos das hostes governistas. Daí por que nós, arenistas, não devemos ficar inteiramente a reboque do Governo no que diz respeito à luta inflacionária.

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Muito bem!

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Na posição mais comodista, devíamos, pelo menos, imitar o exemplo do meu conterrâneo Marechal Floriano Peixoto: confiar desconfiando das medidas governamentais...

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito bem!

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Muito bem!

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Agora vamos aos exemplos: o então Governador de São Paulo, Paulo Egydio, em 1976, explicando o resultado pouco favorável obtido para as nossas hostes lá no grande Estado bandeirante, dizia — está aqui o recorte do *Correio Braziliense* de 16 de novembro de 1976:

"Nenhum de nós pode bancar o avestruz e deixar de reconhecer que os problemas econômicos não influenciaram as eleições. Nosso principal inimigo foi a inflação, que está em torno de 45%."

Naquele ano de 1976, na verdade, a inflação foi a 46,4%.

Por sua vez — e agora mais recentemente — o ex-Governador Aureliano Chaves, falando de modo muito prudente, por causa da sua qualidade de Vice-Presidente da República, muito embora seja ele um bravo lutador, teve ocasião de dizer à imprensa — e me valho aqui de recorte do *Jornal do Brasil* do dia 22-11-78, — falando sobre as tendências do eleitorado:

"Essas tendências é que definem a posição do eleitorado e, mesmo que a ARENA faça a maioria na Câmara e nas Assembléias, não adianta tapar o sol com a peneira, ou com câmaras escuras."

Esta expressão "tapar o sol com peneira" foi muito explorada na época. E agora digo eu, por minha vez: nada contribui tanto para a tessitura dessa tendência a que se refere o Vice-Presidente da República, do que a delinquência da moeda.

O Sr. Aureliano Chaves lembrou, então, ser este o momento de repensar sobre os modelos político e econômico do País.

Por sua vez, o então apenas Ministro escolhido para a Pasta da Fazenda, Sr. Karlos Rišchbieter, falando à imprensa, a 24 de janeiro deste ano, entre outras considerações, disse o seguinte:

"Apenas os trabalhadores apertaram os seus cintos até hoje, e não se pode combater a inflação jogando a carga toda em cima dos assalariados."

A inflação no Brasil, no ano passado, como sabemos, ficou em 40,8% e vale a pena fazer uma comparação com a inflação que andou rondando outras plagas: a Alemanha Ocidental foi a campeã da menor inflação com apenas 2,5%; o Japão, com 3,5% a Venezuela com 6,9%; a Inglaterra com 8,4%; a França com 9,7%; os Estados Unidos com 9,0%; a Itália com 11%; o México, com 16,2%; o Chile, com 30,3%; o Peru, com 73,7%; e a Argentina, com 169,8%. Se isto serve de consolo, o Brasil não está no primeiro lugar de cima para baixo, mas também não detém o primeiro lugar de baixo para cima, que pertence à Argentina.

Mas, devemos atentar para as taxas da Alemanha Ocidental e do Japão, respectivamente 2,5% e 3,5%. A Alemanha Ocidental não produz, sequer, uma gota de petróleo e foi a nação de menor taxa de inflação no ano passado, com apenas 2,5%; é também, como sabemos, a nação campeã em reservas, mais do que a miliardária Arábia Saudita, mais do que os Estados Unidos da América do Norte.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Se me permite V. Exª, eu acrescentaria: é uma das nações que melhor paga aos seus trabalhadores.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Na verdade, neste ponto, é o grande exemplo mundial de harmonia entre empregados e empregadores.

O Japão, com apenas 3,5% de inflação, consome 5 milhões e 300 mil barris de petróleo por dia, cinco vezes mais do que o Brasil, e o coitadinho do Japão produz apenas 2 mil barris por dia! Pois bem, mesmo assim está ele numa situação fabulosa: não é o campeão das reservas, mas é o campeão mundial de saldos na balança comercial.

Esses dois exemplos servem para mostrar que a grande causa da inflação não é o petróleo, como se procura assoalhar em muitas partes e aqui no Brasil também. O petróleo é apenas o bode espiatório da inflação.

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Da inflação e da incompetência.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — No fim de março deste ano a inflação se alçava a 13,5%, e isso na quarta parte do ano. A persistir aquele mesmo índice, chegaríamos ao fim do ano com 54% de inflação. Por isso, certamente, o recém-instalado Governo do General Figueiredo tomou enorme susto, e veio então o "pacote" contendo medidas antiinflacionárias: nove medidas regulando o controle de preços; oito medidas regulando o abastecimento; quatro medidas exclusivas da área financeira. Nove e oito, dezessete, com mais quatro, vinte e um. Ficou faltando a tão esperada vigésima segunda medida, esperada por mim e pela Nação quase que inteira: a medida da redução obrigatória dos juros bancários.

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Muito bem!

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Muito bem! (Palmas.)

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Na verdade o dinheiro é a única mercadoria que se troca por todas as outras, é o denominador comum das mercadorias; do seu preço depende o preço das outras. Ao invés de fixar a taxa máxima de juros para os bancos, o Governo se contentou com um acordo de cavalheiros. A princípio, o próprio eminente Líder Jarbas Passarinho duvidou desse acordo. Tenho aqui *O Estado de S. Paulo* do dia 20 deste mês, o qual comprova essa dúvida:

O Líder do Governo no Senado, Jarbas Passarinho, mostrou-se descrente, ontem, quanto a um acordo de cavalheiros entre o Governo e os banqueiros, para a redução dos juros bancários dentro da estratégia de combate à

inflação. "Não há cavalheiros com quem o Governo faça um acordo".

Mas, infelizmente, enganou-se o nobre Líder, como eu também não esperei que chegássemos a esse resultado, pois os jornais confirmam que houve mesmo o tal acordo de cavalheiros entre o Banco Central e os banqueiros. E agora há de perguntar-se: por que acordo de cavalheiros com os banqueiros e ameaça de cadeia para os merceiros, os quitandeiros, os verdureiros, para que não vendam acima da tabela?

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Muito bem, Senador!

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Tomás Antônio Gonzaga, o poeta da Inconfidência, assim definia o herói: "Consiste o ser herói em viver justo, e tanto pode ser herói o pobre como o maior Augusto". E, parodiando o poeta, podemos dizer: consiste o ser cavalheiro em viver justo, e tanto pode ser cavalheiro o quitandeiro como o maior banqueiro. Vem bem a propósito, o que disse o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, chefe do grupo VOTORANTIM, segundo o *Jornal de Brasília* de 9 de dezembro do ano passado:

"Costumam dizer que, quando houve a Revolução Francesa, havia três partidos: a nobreza, o clero e o povo. Hoje, 13 anos depois da nossa Revolução, há dois partidos: os banqueiros e o resto."

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com prazer, eminente colega.

O Sr. Pedro Simon (MDB — RS) — Quero felicitar V. Exª e a Casa pela importância do pronunciamento que V. Exª está fazendo, aqui. V. Exª está trazendo dados da maior importância, do maior significado. Realmente, quando V. Exª apresenta o exemplo da Alemanha e do Japão para que não se possa aceitar que o petróleo é o grande responsável pela inflação brasileira, V. Exª está absolutamente correto, porque, quando a imprensa publicou que o Brasil estava vendendo gasolina para o exterior a menos de 2 cruzeiros, o Brasil não estava vendendo gasolina perdendo dinheiro, estava vendendo gasolina ganhando dinheiro. Se vende a Cr\$ 10,00 aqui é porque, por cima do preço do petróleo, há uma série de encargos que absolutamente nada têm a ver com o petróleo. V. Exª, ao apresentar o discurso que faz de análise do Governo, está prestando, como arenista, uma extraordinária colaboração ao Governo, porque V. Exª, como arenista, está dando ao Governo oportunidade de ele ver os equívocos e alterá-los. Tenho dito, nobre Senador, que prefiro muito mais que os meus adversários me olhem e me digam: "você está errado" e me dêem oportunidade de me alterar, de modificar os meus erros, do que os meus amigos, do que correligionários, até, que, batendo nas costas, me digam "muito bem", quando a minha consciência me acusa de que estou errado. V. Exª, sendo arenista e falando como está falando, dando ao Governo o seu depoimento sincero e leal para que ele possa alterar a sua linha de conduta naquilo em que ele está errado, V. Exª está sendo muito mais arenista, muito mais governista, dando muito mais colaboração do que aqueles que se acham na obrigação de aplaudir sistematicamente, mesmo quando a Nação inteira reconhece que as medidas não estão certas. Meus cumprimentos, não pela coragem, mas pela lealdade de V. Exª, mostrando ao Governo os equívocos deste Governo.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — O Senador Pedro Simon expressou com muita felicidade e muita propriedade o pensamento de toda a Bancada da Oposição, nobre Senador.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Muito obrigado a V. Exªs, eminente Senador Pedro Simon e meu antigo colega Roberto Saturnino. Agradeço em especial ao Senador Pedro

Simon o fato de ter destacado a minha posição de arenista. Espero que os meus companheiros de Bancada tenham, como V. Exª, a mesma convicção da minha condição de arenista.

Permita-me a Casa lembrar o que disse, certa vez, no seu jeito muito singular de dizer as coisas, o eminente Senador Jarbas Passariño: "Posso não gostar do paladar do cozinheiro de bordo, mas não é por isto que vou deixar o navio". Digo a mesma coisa: posso, por vezes, não gostar do paladar arenista, mas isto não é razão bastante para mudar de Partido.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Exª um aparte, uma rápida intervenção? (Assentimento do orador.) Eminente Senador Luiz Cavalcante, o discurso de V. Exª está calando fundo na memória do Senado e na minha sensibilidade, particularmente, eis que, ao começá-lo, V. Exª invocou o exemplo do grande estadista e grande Ministro da Fazenda de dois Governos sucessivos, meu conterrâneo, o maior homem de Estado que Goiás já produziu, que foi Leopoldo Bulhões.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Nós estamos com saudades desses Ministros da marca de Leopoldo Bulhões!...

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Como o Brasil está precisando de que ressuscite um Leopoldo Bulhões! E V. Exª está adotando na tribuna o mesmo comportamento de Leopoldo Bulhões, que, mais de uma vez, em ocasiões sucessivas ocupou a tribuna deste augusto Senado para criticar a política financeira do Governo de seu próprio Partido. E aquele grande estadista, aquele goiano que honrou o meu Estado, dizia sempre que, ao criticar o Governo do seu Partido, ao mostrar os erros que se cometia na política econômico-financeira, ele evitava — tinha consciência disso — que se produzisse mal irreparável para o País. Assim, prestava ao Governo uma colaboração muito maior do que se aplaudisse o Governo, cegamente. Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — V. Exª dá licença de uma aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — E dizia Leopoldo Bulhões que "uma das funções mais importantes da facção governista é conduzir e conter o Governo".

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Exatamente! Exatamente!

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Dou o aparte ao eminente Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — Nobre Senador Luiz Cavalcante, V. Exª é um homem de bem; V. Exª é um homem respeitável; V. Exª é um homem admirável. V. Exª tem autoridade...

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Não mais do que V. Exª, meu caro amigo.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — Não! Mais! V. Exª tem autoridade para criticar o Governo e o seu Partido. Sabe V. Exª como o Governo sempre recebeu as críticas as mais severas, algumas vezes não tão justas em alguns setores, mas o Governo sempre as recebeu com respeito, com admiração, porque elas partiam de um homem digno, de um grande brasileiro, de um grande Senador. E V. Exª é testemunha do respeito, da admiração e do carinho que o ex-Presidente Ernesto Geisel tinha por V. Exª. Sempre o procurava e discutia pontos de vista com V. Exª, aceitava e aplaudia mesmo as críticas que V. Exª fazia ao seu Governo, repito, às vezes não tão justas em alguns setores, porque nem todos nós podemos acertar sempre. Esteja certo de que o nosso Partido recebe com alegria as críticas, porque sabe que são sinceras, são críticas de um homem que realmente quer ajudar este País, quer ajudar o Governo a fazer uma boa administração, tem o desejo de ver esta Pátria no caminho certo

que todos nós desejamos. Se estamos na política, é porque todos nós queremos dar a nossa contribuição para que o País encontre o caminho certo de desenvolvimento e de progresso. Pode estar certo, nobre Senador Luiz Cavalcante; nós o admiramos, nós o respeitamos. E o Governo aceita as críticas de V. Exª e irá corrigi-las; e muitas dessas críticas o Governo já tem o pensamento e já está com o seu programa de dar uma solução, especialmente no setor de juros. Virá ele em parte, não pode de um dia para outro resolver todos os problemas que estão aí a exigir uma solução urgente. Mas, no setor econômico-financeiro, já o Governo tem tudo e irá agir; naturalmente o Governo tem que ter um bom senso e um critério para não tumultuar este País, para dar aquelas soluções justas, estudadas, equilibradas, que só assim os técnicos admitem. V. Exª realmente é um homem digno; faz uma crítica construtiva, apresenta soluções, não é dessas que se apresentam, às vezes, para criticar só por criticar. Muito grato a V. Exª

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Gratíssimo a V. Exª

Bem sei, meu eminente colega, que por vezes o Presidente Geisel comigo se agastava, principalmente na minha renitência de criticar o endividamento do seu Governo, que foi grande. Mas sempre me respeitou, felizmente.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — E tenho a certeza de que também o General Figueiredo há de relevar as minhas críticas, há de sopesá-las, pelo menos, porque tem demonstrado uma singular humildade, haja vista a sua prece na Missa de Ação de Graças pelo aniversário da Revolução, onde, no altar do Senhor, entre outras invocações, disse o seguinte:

"Senhor, fazei-me, neste momento, o mais humilde dos brasileiros, para que eu possa conduzi-los em direção ao futuro; fazei Senhor, que eu saiba ouvi-los em suas críticas, que eu tenha coragem de admitir o meu erro em benefício da verdade."

Um homem que diz isso não pode, de maneira nenhuma, molestar-se com críticas, sejam elas procedentes ou improcedentes.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Concedo o aparte a V. Exª, que muito irá me honrar.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — V. Exª sabe da velha admiração que tenho pelo grande homem público que é Luiz Cavalcante, o administrador admirável que conquistou a simpatia do povo alagoano e, ainda agora, vem V. Exª conduzido pelo voto da sua terra...

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Não com muita facilidade.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — ... elegendo-se Senador da República. Pertencemos a um Partido de homens livres e, V. Exª, ao fazer suas críticas construtivas ao Governo, está exercitando a sua tarefa, a sua missão, que o povo alagoano lhe confiou. Acredito que, com a humildade, que todos proclamamos, do nosso Presidente da República, essas críticas chegarão com a melhor das intenções com que enviadas, e o Presidente da República, por certo, dentro daquele espírito de humildade, vai recolher as suas sugestões, vai analisá-las, como homem que não apenas elogia, mas que critica, e às vezes a crítica tem uma finalidade, como é a de V. Exª, de construir. Meus cumprimentos a V. Exª pelo seu discurso, e tenha a cer-

teza que V. Ex^a está prestando um serviço ao País como arenista, reiteradas vezes confirmado; creia que essas críticas chegarão ao Presidente da República e ele as interpretará como uma colaboração de um correligionário.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — E agora, com o pronunciamento de dois eminentes Vice-Líderes, Senador Saldanha Derzi e Senador Lomanto Júnior, confesso, estou muito mais à vontade do que no começo do meu discurso.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com todo o prazer.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — V. Ex^a tem o respeito e a admiração de toda a Nação brasileira e aqui tem um de seus mais humildes e admiradores. V. Ex^a faz, nesta tarde, uma análise bastante profunda e exata da atualidade econômica e social do País. E eu gostaria que V. Ex^a me permitisse inserir, neste pronunciamento muito importante, uma preocupação; preocupação fundamentada em declarações não apenas de S. Ex^a o Ministro do Trabalho, mas também em declarações publicadas hoje pela Imprensa, de S. Ex^a o ex-Ministro do Trabalho também, e atual Líder da Maioria, Senador Jarbas Passarinho, quando ambos afirmam, Senador, que por trás dos movimentos grevistas, se escondem grupos interessados em tumultuar o processo de abertura. E sem querer localizar tais grupos, o Sr. Senador Jarbas Passarinho generalizou a afirmação, atribuindo essa atitude tanto à direita, quanto à esquerda. Essas são declarações do ilustre e insigne Senador Jarbas Passarinho. As de ontem foram declarações do ilustre Ministro do Trabalho, quando afirmou à Nação que, no seu cérebro, como um computador, tudo se fazia num sentido de levar à conclusão de que, nesses movimentos grevistas, que espoucam pela Nação inteira, estaria a existir uma conotação ideológica de esquerda, esquecendo-se de que esta Nação, durante 15 anos, se submeteu a um verdadeiro processo de caldeira, em hiperpressão, e é evidente que, à abertura da primeira fresta, a sociedade, como um todo, passasse a exigir, e a exigir, sobretudo, em movimentos grevistas. Eu gostaria de manifestar, neste seu pronunciamento, com o qual me solidarizo, também me congratulando com V. Ex^a, esta nossa preocupação e, sobretudo, este nosso alerta, no sentido de que as autoridades, realmente, não se encaminhem para uma interpretação deste modo de todos os movimentos grevistas que interpretam hoje, a exigência e a ansiedade da sociedade brasileira. Obrigada.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Muito obrigado.

Nobre Senador Henrique Santillo, espero que compreenda, em toda a aprofundidade, a resposta que vou dar ao aparte de V. Ex^a. Bem sei que V. Ex^a, — e bem sei de ciência própria, porque os meus fins de semana eu os passo em Caldas Novas, no Estado de V. Ex^a, — bem sei o grande prestígio que V. Ex^a e o seu irmão desfrutam no Estado de Goiás. V. Ex^a, recém-chegado a esta Casa, já está na linha de frente, já está no primeiro escalão, ao lado do Roberto Saturnino, do Jarbas Passarinho, Teotônio Vilela e outras grandes estrelas desta Casa. Mas, falava eu, no começo do meu discurso, como nós governistas estamos dependentes da inflação. Quem sabe, pois, se o nosso ex-colega Osires Teixeira, que se sentava ali na frente e era Vice-Líder desta Casa, e dos mais eficientes, quem sabe se a vitória de V. Ex^a sobre o meu ex-colega — e não estou lamentando a sua vitória, absolutamente — quem sabe se a inflação não facilitou a derrota de Osires Teixeira?

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — É possível, Ex^a Concorde com V. Ex^a.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Muito obrigado por ter compreendido até onde eu queria chegar.

E prossigo, eminentes colegas.

Outro ponto que me merece reparos, no elenco de medidas, foi a anunciada disposição governamental de reduzir de 50 para 40% o aumento já em vigor das tarifas de energia elétrica.

Mas, segundo a *Gazeta Mercantil*, de anteontem, não mais haverá dita redução nas bases anunciadas no pacote. Com efeito, diz a *Gazeta*:

“Como se esperava, a redução em 10 pontos percentuais, do reajuste sofrido pelas tarifas residenciais de energia elétrica em 1º de janeiro último — uma das medidas adotadas pelo “pacote” antiinflacionário, determinado pelo governo quarta-feira passada —, não será posta em prática.”

Espero que isso não se torne realidade. Não vejo como o Governo possa justificar a desistência de uma redução prometida, e justamente no único ponto em que ele, Governo, participa da luta antiinflacionária, cortando na própria pele uma redução de tarifas.

O General Figueiredo, que, por sua qualidade de Chefe de Governo, é quem está mais comprometido com o êxito do combate à inflação, declarou que se as medidas constantes do pacote não derem o resultado esperado, então virá um *container* de novas medidas mais drásticas, por certo. Contrastando com esta declaração do Presidente, o Sr. Ministro Mário Henrique Simonsen, reunido com altos dignatários do comércio, no Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro, procurou tranquilizá-los, dizendo que as medidas do Pacote são meramente transitórias. Vejo, então, um choque entre as declarações do Sr. Ministro e as intenções do Presidente da República.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer, meu antigo instruendo, em Ouro Preto.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Meu prezado — e posso dizer — querido Amigo e Mestre, Senador Luiz Cavalcante, creia V. Ex^a que me sinto sumamente honrado em me sentar, neste plenário, ao seu lado, e de afirmar, com todos os colegas desta Casa que hoje se manifestaram sobre a personalidade de V. Ex^a — a minha profunda admiração e o meu profundo respeito à posição que sempre — e não de hoje — V. Ex^a assume nesta Casa. E o que me agrada, o que me admira e o que, às vezes, até me comove, é a maneira modesta, sensata, cordata e mesmo suave com que V. Ex^a aborda os problemas mais sérios, as dificuldades maiores, porque, hoje, atravessamos neste País. Peço ao ilustre mestre que também entenda o meu pensamento a respeito da comparação que faz entre o Brasil, a Alemanha e o Japão. V. Ex^a sabe que a Europa é o berço da civilização industrial. A Alemanha desfruta na área da energia, de grandes reservas de carvão de ótima qualidade. O Japão tem uma tradição milenar de cultura, uma tradição milenar de trabalho e de disciplina. Nós, no entanto, somos um País jovem, que chegou atrasado à hora do desenvolvimento, e à hora da industrialização. Um País que chega ao início do seu desenvolvimento com séculos de atraso sobre os próprios Estados Unidos, para citar apenas um parceiro da América do Sul. Procuramos, agora, o caminho para o nosso progresso, fazendo um tremendo esforço para criar a nossa própria civilização e cultura, para criar ao mesmo tempo a nossa economia, a nossa empresa e o nosso mercado. Eis aí, Ex^a, a grande diferença que temos que entender existir entre países como a Alemanha e o Japão, países que, ademais depois de destruídos pela guerra, foram substancialmente ajudados em sua recuperação. A comparação, portanto, apesar de instrutiva, não é, realmente, a ideal. Ainda mais, V. Ex^a se referiu a esse câncer que consome a economia brasileira e que é a inflação. De absoluto acordo com V. Ex^a, acho que o País há de encontrar uma maneira de acabar com esse mal que corrói a economia principalmente dos mais pobres, e até mesmo o prestígio do Governo. Há de se compreender porém, o esforço do Governo, através das medidas recém-adotadas, que, se foram

incompletas, não deixaram de considerar como pensa V. Exª o problema dos juros. Acredito que a atitude do Governo limitando a 30% o aumento dos custos das vendas a prazo, terá forte repercussão sobre o programa de financiamento das financeiras com reflexos sobre o nível dos juros. Ao trazer esta observação à análise de V. Exª, não quero, entretanto, deixar de reconhecer o alto alcance do seu pronunciamento. Esteja também certo, Exª, de que não há nenhuma contradição entre a posição do Presidente João Baptista Figueiredo, quando se mostra determinado a defender a economia brasileira contra a inflação, mesmo através de outras medidas, e a posição do Ministro da Fazenda, quando diz que tais medidas são provisórias. Se são provisórias, significa que devem ser acompanhadas em seus efeitos e que poderão ser complementadas ou melhoradas. Tenho absoluta certeza de que contribuições como as que V. Exª, hoje, nos traz, são sumamente importantes para a compreensão dos nossos problemas e podem ajudar ao Governo a acertar cada vez melhor. Muito obrigado a V. Exª

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Eu é que agradeço, eminente colega, e deixo de opor argumentos a algumas das assertivas de V. Exª — não que elas sejam inconsistentes, absolutamente, são de todo respeitáveis, não menos respeitáveis do que as minhas — mas deixo de refutá-las em agradecimento à carinhosa acolhida que V. Exª deu à minha presença nesta tribuna. Muito grato, meu eminente colega.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Pois não, eminente Colega.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Tenho para mim que, pelo menos num ponto, merece um reparo o aparte que acaba de lhe dar o nobre Senador José Lins. É quando S. Exª se refere à limitação de 30% de acréscimos nos preços das vendas a crédito, que foi um dos aspectos das últimas medidas de combate à inflação baixadas pelo Governo. Sabe V. Exª que essa limitação se ateve apenas às vendas a crédito dos grandes magazines que operam com recursos próprios, não atingindo, em absoluta, as financeiras, que ficaram de fora. Só agora é que o Governo está pensando em disciplinar os problemas dos juros das financeiras no crédito direto ao consumidor.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — V. Exªs, que são especialistas em juros, que se conflitem mutuamente.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Desejo apenas explicar o meu entendimento, nobre Senador. (Assentimento do orador.)

É claro que a medida pode ser melhorada. Embora não se limite o juro das financeiras, é claro que o volume de vendas vai cair e que os estoques vão aumentar. O esforço do mercado para colocar os seus produtos será, nesse caso, muito maior. Isso forçosamente tenderá a abaixar as taxas de juros junto às financeiras. É este o meu entendimento. Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Não se explica, nobre Senador José Lins, é que os limites das taxas de juros das financeiras tenham ficado livres de qualquer limitação nessas medidas do Governo.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Entendo que a limitação dos juros é, realmente, uma medida que deverá ser tentada, talvez, até o seja. No entanto, V. Exª sabe das conseqüências relacionadas

com outras dificuldades que poderão surgir, inclusive de mercados paralelos. De qualquer modo, essa é uma sugestão que, necessariamente, deve estar sendo analisada.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Agradeço aos eminentes Colegas, expresso o desejo de chegar ao final do meu discurso, tendo em vista que o Senador Lázaro Barboza vai seguir-me na tribuna e, por certo, está um tanto inquieto quanto ao fato de eu estar avançando no seu tempo.

O Sr. Einar Kok, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas, entre outros comentários, teceu o seguinte, segundo *O Globo* do dia 25 deste mês:

A base da inflação brasileira, agora, são as influências psicológicas, que só podem ser revertidas com a existência de uma certa credibilidade no Governo e uma conscientização geral de que é preciso deter a inflação.

Para mim o Sr. Einar Kok, foi muito feliz nessa sua apreciação. Tem ele inteira razão. São essas hesitações, essas contradições que afetam a credibilidade no Governo, tornando cada vez mais preponderantes as influências psicológicas negativas a que S. Sª se refere.

Declaro, aqui, que considero particularmente negativo o fato da permanência de certa figura no primeiro escalão governamental, cuja credibilidade ficou demasiado afetada pela não concretização de não sei quantas afirmações, durante 5 anos, de que a inflação estava sob controle, e a inflação sempre escapava ao controle anunciado. Para mim isto é uma das circunstâncias psicológicas que se estão tornando um verdadeiro ônus para o Governo. Figueiredo, embora Sua Excelência, pessoalmente, esteja simplesmente bancando o holandês, pagando pelo que não fez, pois hoje, com apenas 42 dias de Governo, não pode ter responsabilidade maior pela inflação que aí está.

Para concluir, volto a citar o Sr. Rischbieter, que, numa de suas falas, disse, enfaticamente:

É preciso entender que houve uma mudança fundamental, uma reviravolta no País. O Governo Figueiredo reconhece que os recursos são escassos no País e fez a opção de utilizá-los em proveito da maior parcela da população, e não de uma minoria.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, imperioso se torna que o povo acredite que houve de fato uma reviravolta no País, reviravolta essa que extirpará de vez o *capitalismo de benesses*, segundo a expressão do próprio ilustre Ministro da Fazenda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

ATO

ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Áurea Machado de Araújo, Técnico Legislativo, Classe C, Referência 52, para exercer o cargo, em Comissão, de Diretora da Subsecretaria de Coordenação Legislativa, Código SF-DAS-101.4, do Quadro Permanente do Senado Federal, a partir de 23 de abril do corrente ano.

Senado Federal, 26 de abril de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente do Senado Federal.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1979

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de março de mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões do Bloco "B" do Anexo II do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Itamar Franco, Presidente, reúne-se a Comissão de Economia, com a presença dos Srs. Senadores Jessé Freire, José Richa, Cunha Lima, Bernardino Viana, Vicente Vuolo, Pedro Simon, Arnon de Mello, Marcos Freire, Benedito Ferreira e Roberto Saturnino.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, Luiz Cavalcante e José Lins.

Havendo número legal o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, o Sr. Presidente faz um apelo aos Srs. Membros da Comissão para que os projetos que lhe forem distribuídos sejam relatados dentro dos prazos estabelecidos no Regimento Interno da Casa.

Passando-se à apreciação das matérias constantes da pauta, o Sr. Presidente, pelas razões que apresenta, inverte a ordem dos trabalhos e concede a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. Senador José Richa, que emite parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução, à Mensagem nº 31, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ourinhos (SP) a levar em Cr\$ 65.364.000,00 (sessenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Em discussão o parecer, usa da palavra o Sr. Senador Pedro Simon e comunica que em reunião da Comissão de Finanças, convocada para apreciar matéria correlata, propôs a realização de um trabalho conjunto das Comissões de Economia e de Finanças da Casa, com a finalidade de elaborar normas comuns a serem seguidas quando chamadas a opinar sobre novos pedidos de empréstimos. Segundo o Sr. Senador Pedro Simon, esse trabalho, resultado de um esforço conjunto de integrantes dos dois Órgãos Técnicos incumbidos de examinar matérias dessa natureza, terá a vantagem de mostrar, a qualquer momento, o montante do endividamento da União, dos Estados e dos Municípios. Esses dados permitirão à Comissão fazer uma avaliação mais consentânea da capacidade de endividamento da unidade interessada, bem como uma análise aprofundada do real significado da realização da obra para a comunidade beneficiada.

Para justificar a tese que defende, o Sr. Senador Pedro Simon cita como exemplo a Mensagem nº 24, de 1979, que lhe foi distribuída para relatar, através da qual o Sr. Ministro da Fazenda propõe ao Senado Federal seja a Prefeitura Municipal de Santa Rosa, no seu Estado, autorizada a contrair um empréstimo com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no valor de Cr\$ 7.769.576,60 (sete milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), destinado à pavimentação asfáltica de uma avenida, naquele município.

Outro aspecto que o Sr. Senador Pedro Simon focaliza e que afirma ser a mola propulsora desses endividamentos, é o desejo dos Prefeitos em deixar marcada a sua passagem à frente da municipalidade. Todavia, conclui, essas contratações vão repercutir sempre no administrador seguinte, que terá a responsabilidade de pagar todos os débitos contraídos pelo seu antecessor.

Mais adiante, o Sr. Senador Pedro Simon, em suas considerações, alinha, também, como fenômeno causador da excessiva expansão dos endividamentos, o chamado PROJETO CURA, instituído pelo Banco Nacional da Habitação, através do qual canalizam-se quantias vultosas a determinadas prefeituras, para que sejam feitas verdadeiras revoluções em seus bairros, em termos de melhorias.

A continuar o Senado autorizando a contratação de empréstimos sem uma análise detida do problema, adverte o Sr. Senador Pedro Simon, levará, por certo, a municipalidade brasileira, num futuro breve, a uma situação de insolvência.

Em apartes, manifestam-se, pela ordem, o Sr. Senador José Richa, que fala da sua experiência quando Prefeito da cidade de Londrina e dos recursos usados, na sua gestão, para obter um financiamento do Banco Nacional da Habitação; e, o Sr. Senador Bernardino Viana, que lembra aos Srs. Membros da Comissão fazer parte dos processos de endividamentos o parecer do Banco Central do Brasil contendo uma pormemorizada análise sobre a capacidade de pagamento das entidades interessadas, o que garante o êxito das operações.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Marcos Freire, que atribui à política tributária imposta à Nação, o esvaziamento dos cofres das prefeituras municipais, tornando-as, cada vez mais, extremamente dependentes dos recursos federais. Portanto, conclui, embora sabendo que tais empréstimos vão dificultar a situação dos municípios, não pode negar o seu apoio à proposição.

Com a palavra, o Sr. Presidente declara que vai manter entendimentos com o Presidente da Comissão de Finanças, o Sr. Senador Cunha Lima, a fim de que tais processos sejam melhor examinados sob todos os seus aspectos, como propõe o Sr. Senador Pedro Simon.

Encerrada a discussão, o Sr. Presidente põe em votação o parecer apresentado pelo Relator, Senador José Richa, que é aprovado, por unanimidade.

Novamente com a palavra, o Sr. Senador José Richa emite parecer favorável, na forma do Projeto de Resolução que oferece, à Mensagem nº 37, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Londrina (PR) a elevar em Cr\$ 386.586.131,16 (trezentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e um cruzeiros e dezesseis centavos) o montante de sua dívida consolidada.

Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Concluída a votação das matérias distribuídas ao Sr. Senador José Richa, o Sr. Presidente volta à ordem original da pauta dos trabalhos e são relatados os seguintes projetos:

Pelo Senador Arnon de Mello:

Mensagem nº 26, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Cia. de Distritos Industriais de Santa Catarina — CODISC a elevar em Cr\$ 1.567.367,68 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada. Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução. Conclusão da Comissão: aprova, sem votos discordantes, o parecer do Relator.

Pelo Senador Jessé Freire:

Mensagem nº 28, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em Cr\$ 179.751.000,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Parecer: favorável, nos termos do Projeto de Resolução que oferece. Conclusão da Comissão: aprova, por unanimidade, o parecer do Relator.

Pelo Senador Bernardino Viana:

Mensagem nº 29, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Limeira (SP) a elevar em Cr\$ 101.479.570,92 (cento e um milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e setenta cruzéis e noventa e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada; e, Mensagem nº 30, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Osasco (SP) a elevar em Cr\$ 165.171.734,00 (cento e sessenta e cinco milhões, cento e setenta e um mil, setecentos e trinta e quatro cruzéis) o montante de sua dívida consolidada. Pareceres: favoráveis, concluindo por apresentar Projetos de Resolução, autorizando a contratação das operações. Conclusão da Comissão: aprova, sem debates, os pareceres oferecidos pelo Relator, Senador Bernardino Viana.

Pelo Senador Roberto Saturnino:

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1978, que "proíbe aplicações financeiras, pelas pessoas jurídicas de direito público, de recursos obtidos com a finalidade de financiar obras ou empreendimentos de interesse de respectiva administração". Parecer: favorável. Discute a matéria o Sr. Senador Benedito Ferreira, que apresenta as razões por que vota contra o parecer do Relator. Encerrada a discussão, é o parecer aprovado, com voto vencido do Senador Benedito Ferreira.

Pelo Senador Marcos Freire:

Ofício "S" nº 3, de 1978, do Governador do Estado de Pernambuco, solicitando retificação da Resolução nº 109, de 28 de novembro de 1977, do Senado Federal, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar operações de crédito no valor de Cr\$ 375.550.216,57 (trezentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil, duzentos e dezesseis cruzéis e cinquenta e sete centavos). Parecer: pelo arquivamento da matéria. Conclusão da Comissão: aprova, sem votos discordantes, o parecer do Relator.

Pelo Senador Pedro Simon:

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1978, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica". Parecer: favorável. Discute o parecer o Sr. Senador Benedito Ferreira, que manifesta a sua apreensão quanto à aplicabilidade do projeto, no que diz respeito aos enlatados. Encerrada a discussão, a Presidência concede vista do projeto ao Sr. Senador Benedito Ferreira.

Pelo Senador Vicente Vuolo:

Mensagem nº 25, de 1979, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Coxim (MS) a elevar em Cr\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil cruzéis) o montante de sua dívida consolidada. Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão da Comissão: aprova, sem restrições, o parecer do Relator.

A Presidência concede a palavra ao Sr. Senador Cunha Lima, que procede à leitura do parecer da lavra do Sr. Senador Franco Montoro, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1978, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço". Discutem o parecer os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Cunha Lima e Bernardino Viana. Encerrada a discussão, a Presidência concede vista do projeto ao Sr. Senador Benedito Ferreira.

São retirados da pauta, para redistribuição, os seguintes projetos: Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1977, que "estende às Prefeituras municipais os benefícios do crédito rural, institucionalizado pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e dá outras providências", redistribuído ao Senador Pedro Simon; e, o Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1976, que "inclui programa de melhoria de condições de habitabilidade dos trabalhadores nos projetos de financiamentos agropecuários", ao Sr. Senador Helvídio Nunes.

Esgotada a pauta, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Marcos Freire, que faz um retrospecto dos fatos principais ocorridos na sua gestão, quando Presidente da Comissão de Economia, no biênio 1977/1978, oportunidade em que realizou um simpósio sobre a "Inflação Brasileira" e promoveu, ainda, encontros sobre temas da mais alta importância para o País.

Prosseguindo, o Sr. Senador Marcos Freire dá conhecimento à Comissão de contato mantido com a Embaixada da China, que resultou num convite para visitar aquela Nação do Continente Asiático. Foram indicados para compor a delegação os nomes dos Srs. Senadores Dinarte Mariz e Luiz Cavalcante, pela ARENA; e, Roberto Saturnino e Marcos Freire, pelo MDB. Todavia, acrescenta o Sr. Senador Marcos Freire, face a problemas burocráticos e climáticos a viagem não foi realizada no decurso do ano passado. Ao encerrar as suas considerações, o Sr. Senador Marcos Freire renova a sua confiança na administração do Sr. Senador Itamar Franco, a quem faz os melhores elogios pela conduta exemplar com que sempre se houve no exercício do seu mandato.

O Sr. Presidente agradece, sensibilizado, as palavras proferidas pelo Sr. Senador Marcos Freire e comunica que numa das próximas reuniões promoverá a leitura dos ofícios trocados por Sua Excelência e o Sr. Embaixador, para conhecimento dos Srs. Membros da Comissão.

O orador seguinte a usar da palavra é o Sr. Senador Cunha Lima, que, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, se coloca à disposição do Presidente da Comissão de Economia, Senador Itamar Franco, para juntos, traçarem um plano de trabalho com vistas a estudar os problemas apontados pelo Sr. Senador Pedro Simon.

O Sr. Presidente agradece a interferência do Sr. Senador Cunha Lima e se prontifica a manter um maior entrosamento entre as duas Comissões Técnicas da Casa, a fim de realizarem um trabalho coordenado, cuja finalidade maior, é a valorização do Poder Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)
Benedito Canelas (ARENA — MT)
João Bosco (ARENA — AM)
Passos Porto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysio Chaves
José Lins
Aderbal Jurema
Lomanto Júnior
Moacyr Dalla
Murilo Badaró
Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Henrique Santillo
Humberto Lucena
Marcos Freire
Mauro Benevides
Orestes Quercia
Pedro Simon
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Porto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	

MDB

1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. João Bosco
4. Vicente Vuolo

Suplentes

ARENA

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

MDB

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ) (15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. José Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaró
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

Suplentes

ARENA

1. Lenoir Vargas
2. João Bosco
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

MDB

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lázaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Buena Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF) (11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares

1. Jessé Freire
2. João Bosco
3. Passos Porto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaró
7. Benedito Ferreira

Suplentes

ARENA

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE) (11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Itamar Franco
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. José Lins
4. Jessé Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

Suplentes

ARENA

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

MDB

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. José Sarney	

MDB

1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cunha Lima

Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. José Guimard	2. Mendes Canale
3. Arnon de Mello	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. Jessé Freire
5. Affonso Camargo	5. José Sarney
6. Vicente Vuolo	6. Milton Cabral
7. Alberto Silva	
8. Amaral Furlan	
9. Jorge Kalume	
10. Jutahy Magalhães	
11. Teotônio Vilela	

MDB

1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barbosa
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	

Assistente: Antônio Carlos de Nogueira — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Helvídio Nunes

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. João Calmon
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	

MDB

1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dirceu Cardoso

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Aderbal Jurema
3. Saldanha Derzi	3. Pedro Pedrossian
4. Lomanto Júnior	4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale	5. José Guimard
6. Teotônio Vilela	6. Luiz Cavalcante
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

1. Paulo Brossard	1. Marcos Freire
2. Nelson Carneiro	2. Mauro Benevides
3. Itamar Franco	3. Leite Chaves
4. José Richa	
5. Amaral Peixoto	
6. Tancredo Neves	

Assistente: Antônio Carlos de Nogueira — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilvan Rocha

Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	

MDB

1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jorge Kalume

Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	

MDB

1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evandro Correia

Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

MDB
 1. Evandro Carreira
 2. Humberto Lucena
 3. Lázaro Barbosa

1. Orestes Quércia
 2. Eveldásio Vieira

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
 E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
 Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares
 1. Benedito Ferreira
 2. Vicente Vuolo
 3. Pedro Pedrossian
 4. Affonso Camarões

Suplentes
 1. Passos Pôrto
 2. Lomanto Júnior
 3. Alberto Silva

MDB

1. Evandro Carreira
 2. Lázaro Barbosa
 3. Orestes Quércia

1. Leite Chaves
 2. Agenor Maria

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
 E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro
 Local: Anexo II — Térreo
 Telefone: 225-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
 2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos
 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	ANTÔNIO CARLOS
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	ANTÔNIO CARLOS				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976

Preço: Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Textos vigentes da Constituição Federal e das Constituições
de todos os Estados da Federação brasileira.

ÍNDICE TEMÁTICO E NOTAS

2ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA: 1977

2 tomos

Preço: Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00